



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI



Prestação de Contas Ordinária Anual

Relatório de Gestão do Exercício de 2019

Brasília – DF, novembro de 2020



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI

Autarquia vinculada à Casa Civil da Presidência da República

Marcelo Amaro Buz

Diretor-Presidente

Eduardo Magalhães de Lacerda Filho

Diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas – DINFRA

Ângela Maria de Oliveira

Diretora de Auditoria, Fiscalização e Normalização – DAFN

Ricardo Ferri Conzatti

Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração - CGPOA

Alexandre Munia Machado

Procurador Federal – Chefe



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI

Lista de Siglas e Abreviações:

AC – Autoridade Certificadora
ACT – Autoridade de Carimbo do Tempo
AGU – Advocacia-Geral da União
AR – Autoridade de Registro
ASCOM – Assessoria de Comunicação
ASESP – Assessoria Especial
BIPM – *Bureau International des Poids et Mesures* (Escritório Internacional de Pesos e Medidas)
BP – Balanço Patrimonial
BO – Balanço Orçamentário
BF – Balanço Financeiro
DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa
CC/PR – Casa Civil da Presidência da República
CCD – Centro de Certificação Digital
CG – Comitê Gestor
CGAFI – Coordenação-Geral de Auditoria e Fiscalização
CGD – Comitê de Governança Digital
CGISI – Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação
CGNPE – Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa
CGOPE – Coordenação-Geral de Operações
CGPOA – Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração
CGRC-GD – Comitê de Governança, Riscos, Controles e de Governança Digital
CGU – Controladoria-Geral da União
CGU-PAD – Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CISSET – Secretaria de Controle Interno
COAUD – Coordenação de Auditoria Interna
COEFI – Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira
COLIC – Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios
COPOM – Coordenação de Planejamento, Orçamento e Modernização Institucional
COSIN – Coordenação de Segurança da Informação
COTEC – Coordenação de Infraestrutura Tecnológica

COTIC – Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicações
DAFN – Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização
DILOG – Divisão de Recursos Logísticos
DINFRA – Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas
DN – Decisão Normativa
DNI - Documento Nacional de Identidade
DOC-ICP – Documento Principal da ICP-Brasil
DOU – Diário Oficial da União
DPV – Demonstrações das Variações Patrimoniais
EAT – Entidade de Auditoria do Tempo
e-GOV – Governo Eletrônico
EOR – Execução do Orçamento
e-OUV – Ouvidoria Eletrônica/CGU
e-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
FCT – Fonte Confiável do Tempo
GABIN – Gabinete
GT – Grupo de Trabalho
IAT – Índice de Atendimento às Demandas de TIC
ICP-Brasil – Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
IDC – Índice de Disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
IEC – Índice de Exposição em Canais de Comunicação
IFC – Índice de Fraude por Certificados Emitidos
IN – Instrução Normativa
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IOP – Índice de Otimização de Processos
ISA – Índice de Satisfação
ISC – Índice de Serviços e Aplicações com uso de Certificação Digital
IT – Instalação Técnica
ITC – Índice de Tempo Médico de Credenciamento
ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
ITS – Instalação Técnica Secundária
LAI – Lei de Acesso a Informação
LCR – Lista de Certificados Revogados
LOA – Lei Orçamentária Anual
NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade
NF-e – Nota Fiscal Eletrônica
PAINT – Plano Anual de Auditoria Interna
PC – Política de Certificado
PDA – Plano de Dados Abertos
PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PE – Planejamento Estratégico
PFESP – Procuradoria Federal Especializada
PJ-e – Processo Judicial Eletrônico
PO – Plano Orçamentário
POSIC – Política de Segurança da Informação e das Comunicações

PP – Posto Provisório
PPA – Plano Plurianual
PR – Presidência da República
PSBio – Prestadores de Serviço Biométrico
PSC – Prestador de Serviço de Confiança
PSS – Prestadores de Serviço de Suporte
RAP – Restos a Pagar
SECON – Serviço de Contabilidade
SEGEP – Serviço de Gestão de Pessoas
SEI – Sistema Eletrônico de Informações
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SG/PR – Secretaria-Geral da Presidência da República
SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SINAID – Sistema Nacional de Assinatura e Identificação Digital Brasileira
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCU – Tribunal de Contas da União
TED – Termo de Execução Descentralizada
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UG – Unidade Gestora
UnB – Universidade de Brasília
UPC – Unidade Prestadora de Contas
UTC – *Coordinated Universal Time* (Tempo Universal Coordenado)
VCGE – Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Relação dos indicadores estratégicos	42
Tabela 2- Relação dos projetos estratégicos.....	43
Tabela 3- Relação dos contratos por inexigibilidade vigentes	52
Tabela 4- Relação dos contratos por dispensa vigentes	53
Tabela 5- Atividades de Correição e Apuração.....	54
Tabela 6- Painel de indicadores estratégicos.....	59
Tabela 7- Força de Trabalho da Unidade – Situação em 31/12/2019	74
Tabela 8 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	74
Tabela 9 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Unidade – Situação em 31/12/2019	75
Tabela 10 - Despesas de Pessoal.....	76
Tabela 11 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	77
Tabela 12 - Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade	78
Tabela 13 - Composição do Quadro de Estagiários	79
Tabela 14 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	80
Tabela 15 – Entrada de bens no exercício de 2019	82
Tabela 16 – Entrada de bens no exercício de 2020	82
Tabela 17 – Desfazimento de bens.....	83
Tabela 18 – Custeio.....	86
Tabela 19 – Investimento	87
Tabela 20 – Principais Sistemas de Informação.....	88
Tabela 21 – Descrição dos processos	92
Tabela 22 – Principais responsabilidades do setor	93
Tabela 23 – Licitações.....	94
Tabela 24 – Detalhamento da Gestão de Contratos	94
Tabela 25 – Detalhamento da Fiscalização e Pagamentos	95
Tabela 26 – Detalhamento dos Gastos por Finalidade	95
Tabela 27 - Quantitativo de Solicitações Via SIC.....	99
Tabela 28 – Temas das solicitações	100
Tabela 29 - Despesas por Modalidade de Contratação	108
Tabela 30 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa	109
Tabela 31 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	110
Tabela 32 - Execução Descentralizada com Transferência de Recursos	110
Tabela 33 - Concessão de Suprimento de Fundos.....	111
Tabela 34 - Utilização de Suprimento de Fundos	111
Tabela 35 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício	112
Tabela 36 – Iniciativa.....	113
Tabela 37 – PO 0002 – Promoção e Disseminação do Uso da Certificação Digital – ICP-Brasil	114
Tabela 38 – PO 0000 – Gestão do Sistema Nacional de Certificação Digital da ICP-Brasil....	115

Tabela 39 – PO 0001 – Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviços de Certificação Digital.....	116
Tabela 40 – PO 0003 – Administração da Unidade	117
Tabela 41 – Ação 216H - PO 0000 – Auxílio Moradia.....	118
Tabela 42 – Ação 15R7 - PO 0000 – Ampliação da Entidade de Carimbo do Tempo da ICP-Brasil	119
Tabela 43 – Ação 2004 - PO 0001 – Assistência médica aos servidores.....	119
Tabela 44 – Ação 212B - PO 0001 – Assistência Pré-escolar	120
Tabela 45 – Ação 212B - PO 0003 – Auxílio Transporte	120
Tabela 46 – Ação 212B - PO 0001 – Auxílio Alimentação	121
Tabela 47 - Balanço Patrimonial.....	124
Tabela 48 - Balanço Orçamentário.....	126
Tabela 49 - Balanço Financeiro	127
Tabela 50 – Demonstração de Fluxo de Caixa.....	129

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas	37
Figura 2 – Cadeia de Valor do ITI	38
Figura 3 – Processos críticos.....	39
Figura 4 – Identidade Institucional.....	40
Figura 5 – Mapa Estratégico	41
Figura 6 – Painel de Bordo – Visão Mapa Estratégico	58
Figura 7 – Execução de Despesas – Balanço Orçamentário	126



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI

Sumário

1.	MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE	12
2.	VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	17
2.1.	APRESENTAÇÃO	17
2.2.	VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	22
2.2.1.	Certificação Digital – Importância e Benefícios.....	23
2.2.2.	Ambiente de Atuação.....	24
2.2.2.1.	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil)	24
2.2.2.2.	Estrutura da ICP – Brasil.....	27
2.2.2.3.	Funcionamento da Autoridade Certificadora Raiz da ICP – Brasil – Ambiente Seguro Principal e de Contingência	31
2.2.2.4.	Manutenção da Estrutura Física para operação da AC Raiz da ICP – Brasil, da Entidade de Carimbo do Tempo e Serviços de Certificação e Homologação de Equipamentos da ICP – Brasil	32
2.3.	ORGANOGRAMA	34
2.4.	MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	37
2.5.	AMBIENTE EXTERNO.....	39
3.	GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS	40
3.1.	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	40
3.1.1.	<i>Planejamento Estratégico</i>	40
3.1.2.	<i>Estrutura de Governança</i>	43
3.1.3.	<i>Alocação de Recursos</i>	45
4.	RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	49
4.1.	GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	49
4.1.1.	<i>Atuação da unidade de auditoria interna</i>	51
4.1.2.	<i>Atividades de Correição e de Apuração</i>	53
4.1.2.1.	Processos Instaurados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI/PR.....	54
4.1.2.2.	Processos Instaurados e/ou Supervisionados pela Ciset em relação ao ITI	54
4.1.2.3.	Utilização do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD	55
4.1.3.	Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	56
4.1.4.	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	56

5.	RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO	57
5.1.	ÁREAS DE GESTÃO QUE CONTRIBUÍRAM PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS	73
5.1.1.	<i>Gestão de Pessoas</i>	73
5.1.1.1.	Estrutura de pessoal da Unidade	73
5.1.1.2.	Demonstrativo das Despesas com Pessoal.....	76
5.1.1.3.	Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários.....	77
5.1.1.3.1.	Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular) 77	
5.1.1.3.2.	Contratação de Estagiários	79
5.1.2.	<i>Gestão Patrimonial</i>	80
5.1.2.1.	Gestão do Patrimônio da União	80
5.1.2.2.	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	80
5.1.2.3.	Cessão de espaços físicos e imóveis a Órgãos e entidades Públicas ou Privadas	80
5.1.2.4.	Informações sobre imóveis locados de terceiros	80
5.1.3.	<i>Gestão Patrimonial e Infraestrutura</i>	81
5.1.3.1.	Conformidades Legal ou no estabelecido no Regimento Interno	81
5.1.3.2.	Principais Investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do custo benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos	81
5.1.3.3.	Desfazimento de ativos	83
5.1.3.4.	Principais custos com serviços	83
5.1.3.5.	Custos com terceirização de administrativos.....	84
5.1.4.	Principais desafios e Ações Futuras.....	84
5.1.4.1.	Principais desafios	84
5.1.4.2.	Ações futuras.....	85
5.1.5.	<i>Gestão da Tecnologia da Informação</i>	86
5.1.5.1.	Conformidade Legal	86
5.1.5.2.	Modelo de Governança de TI	86
5.1.5.3.	Montante de Recursos Aplicados em TI	86
5.1.6.	Principais iniciativas (sistema e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor	87
5.1.6.1.	Principais Sistemas de Informação	87
5.1.6.2.	Projetos	88
5.1.6.2.1.	Atualização do Parque Tecnológico do ITI	88
5.1.6.2.2.	Nova contratação de infraestrutura de rede.....	88
5.1.6.3.	Resultados	88
5.1.6.3.1.	Resultados do projeto “Atualização do parque tecnológico do ITI”	89
5.1.6.3.2.	Resultados do projeto “Nova contratação de suporte ao usuário final”	89
5.1.7.	<i>Segurança da Informação</i>	90
5.1.7.1.	CGRC-GD	90
5.1.7.2.	POSIC	90
5.1.8.	Principais desafios e Ações Futuras.....	90
5.1.8.1.	Aprimorar o Parque Tecnológico do ITI.....	90
5.1.8.2.	Atualizar normativos do órgão	91
5.1.8.3.	Confeccionar normativos	91
5.1.9.	Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC).....	91
5.1.10.	Descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TI implantados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado	92
5.1.11.	Gestão de Licitações e Contratos	93
5.1.11.1.	Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios – COLIC	93
5.1.12.	Conformidade com a Gestão.....	93
5.1.13.	Detalhamento da Operações	94

5.1.14.	Projetos Implementados e Resultados	96
5.1.15.	Desafios e Riscos na Gestão de Licitações e Contratos	97
5.1.16.	Objetivos Estratégicos	97
5.1.17.	Quantitativos de Colaboradores	97
5.1.18.	Conclusão	97
5.2.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	99
5.2.1.	Canais de acesso do Cidadão	99
5.3.	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	103
5.3.1.	Adoção de Critérios de Sustentabilidade na aquisição de bens e contratação de serviços e obras	104
5.3.2.	Adoção de Critérios de Sustentabilidade ambiental diante do consumo de papel, copo descartáveis e outros materiais de escritórios	104
5.3.3.	ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DIANTE DO CONSUMO DE ENERGIA	105
6.	INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS.....	107
6.1.	GESTÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	107
6.2.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	122
6.2.1.	Desempenho Financeiro do Exercício	122
6.2.2.	Sistema de apuração de custos.....	122
6.2.2.1.	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	122
6.2.3.	Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64	123
6.2.4.	Notas Explicativas.....	124
6.2.4.1.	Balanço Patrimonial – BP	124
6.2.4.2.	Balanço Orçamentário – BO	125
6.2.4.3.	Balanço Financeiro – BF.....	127
6.2.4.4.	Demonstrações do Fluxo de Caixa – DFC	128
6.3.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE (RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA)	130
6.3.1.	Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	130
6.3.2.	Tratamento de Recomendações do Órgãos de Controle Interno	130
6.3.3.	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	130
6.3.4.	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/93	131
6.3.5.	Revisão de Contratos vigentes, firmados com empresas beneficiárias pela desoneração da folha de pagamento.....	131
6.3.6.	Relatório de Auditoria Externa.....	131
7.	ANEXOS E APÊNDICES.....	132
7.1.	ANEXO 1 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONTÁBEIS.....	132
7.2.	ANEXO 2 - PARECERES E DECLARAÇÕES.....	144
7.3.	ANEXO 3 – RESULTADOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2019	148
7.4.	ANEXO 4 – RESULTADOS DO PDTIC 2019-2020	160
7.5.	ANEXO 5 - PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE (AC RAIZ E WEBTRUST AC RAIZ).....	164



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019

Trata-se de Relatório de Gestão do Exercício de 2019 a ser apresentado aos Órgãos de Controle Interno e Externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Autarquia está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n° 63/2010, de 1° de setembro de 2010, da DN TCU n° 178/2019, de 23 de outubro de 2019 e DN TCU n° 180, de 11 de dezembro 2019, e demais orientações do Órgão de Controle Interno.

Os itens constantes da Decisão Normativa TCU n° 178/2019 não relacionados no presente Relatório, não se aplicam à Autarquia.

BRASÍLIA – DF, NOVEMBRO DE 2020.

1. MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

Este Relatório de Gestão retrata a fidedignidade, precisão e completude ao relatório integrado, tendo sua integridade totalmente alinhada ao pensamento coletivo da sociedade.

Registre-se que o presente Relatório de Gestão tem como premissa a integração de todas as informações, o que demonstra o total alinhamento à Decisão Normativa 178/2019, do Tribunal de Contas da União.

No exercício de 2019, o ITI cumpriu fielmente seu objetivo de garantir o pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil, assentada em sua disponibilidade de 99,99%¹, e investiu no desenvolvimento e implantação de novas tecnologias com vistas a garantir a segurança jurídica das transações e documentos eletrônicos assinados com o uso do Certificado Digital ICP – Brasil.

A expansão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil nos últimos dois anos é fato concreto. Somente em 2019, a Infraestrutura teve crescimento maior que nos últimos 15 anos. Os números são retratos dos trabalhos que vêm sendo realizados nos últimos dois anos no Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI. Além do crescimento em números, a representatividade da ICP-Brasil tornou-se mais evidente tanto no âmbito do Governo Federal e dos Estados, quanto em diversos setores importantes da economia brasileira.

O avanço é resultado de diversas ações do Instituto com órgãos do Governo Federal, em especial a Casa Civil da Presidência da República, e da reaproximação com a sociedade civil organizada e o mercado de certificação digital. Com isso, a ICP-Brasil passou a ocupar de fato o espaço de ferramenta estratégica para modernização do Estado Brasileiro nas esferas pública e privada.

Em 2019 aceleramos sobremaneira a emissão de certificados, demonstrando o compromisso da Administração atual com o desenvolvimento do ITI e na busca constante de demonstrar a importância da Autarquia junto a sociedade.

Destaca-se o crescimento havido entre 2012 e 2019, cujo percentual é de 161%², denotando, não só o trabalho que vem sendo desenvolvido, como a capacidade do ITI em tornar as necessidades do governo em modernizar a governança do país, passíveis de realidade em um prazo adequado para atingir os objetivos definidos pelo Governo Federal.

¹ Fonte: ITI - DOC-ICP-01 – item 2.6.1.3

² Fonte: ITI - COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO - CGAFI

A atividade do ITI vai além da auditoria e fiscalização convencionais, ao abranger áreas especializadas das Tecnologias da Informação e Comunicação, como sistemas criptográficos, biométricos, de segurança da informação e comunicação, identificação digital, dentre outras. Nos últimos 12 meses, tramitaram pela área de Auditoria e Fiscalização 35 processos relacionados a denúncias de irregularidades e de fraudes; 6.842 processos relacionados a credenciamentos, manutenção de credenciamentos abertos e 11 processos de auditorias. Foram abertos 32 processos de denúncias e desses 7 evoluíram para processos de fiscalização e 8 processos de natureza administrativa de acordo com o SEI, totalizando 6.928 processos. A título de exemplificação da natureza dos trabalhos realizados, observe-se que hoje a ICP-Brasil tem cerca de 17 entidades credenciadas, que são auditadas anualmente. Some-se a isso as auditorias pré-operacionais para efeito de credenciamento de novas entidades, fiscalizações e atividades de combate a fraudes. Todo esse desenvolvimento é efetuado por apenas 18 servidores em toda a área, o que deixa evidente o nível de produtividade que o ITI alcançou no ano de 2019.³

O serviço prestado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira implica na disponibilização do Sistema Nacional de Certificação Digital 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, para que transações e documentos eletrônicos possam ser processados com segurança.

É importante destacar alguns pontos da mensagem do Presidente Jair Bolsonaro enviada ao Congresso Nacional, onde o ITI se insere de forma objetiva, na busca da desburocratização, simplificação de processos e segurança nas transações negociais do Brasil:

Para que a eficiência permeie toda a Administração Pública, é fundamental que a ação seja orientada pela marca da desburocratização. Iniciativas que reduzam o peso do Estado sobre os cidadãos e as empresas devem perpassar as políticas públicas e as relações administrativas no âmbito das diversas áreas de atuação governamental. Inserem-se, nesse contexto, a eliminação de exigências comprobatórias que já não fazem sentido, a simplificação de procedimentos de análise de requerimentos diversos e uma ampla revisão normativa que se proponha a tornar simples e ágil o atendimento à população. Para tanto, será necessário assumir o princípio da presunção da boa-fé, já consagrado em alguns atos normativos; o compartilhamento de informações disponíveis nas bases de dados administradas pelos órgãos e pelas entidades; e a aplicação de soluções tecnológicas para a redução do tempo necessário para a prestação de serviços.

Em consonância com os padrões internacionais de governo digital, o Governo Federal buscará enfatizar plataformas de serviços públicos digitais para uso compartilhado entre os órgãos, o que desburocratiza, moderniza, fortalece e simplifica o acesso dos cidadãos e eleva a

³ Fonte: ITI - COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO - CGAFI

eficiência e a efetividade na prestação de serviços públicos.

O Sistema Nacional de Certificação Digital é uma ferramenta de economicidade e segurança utilizada pela grande maioria dos sistemas relevantes para a economia nacional, como a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB do Banco Central, responsável por toda a movimentação financeira no País, Sistema de Comércio Exterior – SISCOMEX, Sistema Público de Escrituração Digital, diversos sistemas de recolhimento e controle de tributos da Receita Federal, Passaporte Eletrônico, Comércio Eletrônico, Compensação de Cheques por Imagem da FEBRABAN, Petições Eletrônicas do Judiciário, Tribunal Superior Eleitoral (criptografia de urnas eletrônicas), INMETRO (certificado IOT), Cartório Notaria Brasileiro - Digitalização dos Cartórios, Farmácia Popular, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, Rastreamento da Produção, Certificação Digital Mercosul, WEB TRUST, Junta Comercial, Carteira de Identidade Estudantil, dentre outros.

O ano de 2019 foi de crescimento para a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil, quando foram emitidos 5,5 milhões de certificados digitais. Comparado aos números de 2018 – 4,42 milhões, representa um crescimento de 24,43% de um ano para o outro. O surgimento de novas aplicações de governo e obrigadoriedades empresariais aliados à maior divulgação da tecnologia estão entre as causas do incremento. O número de certificados digitais ativos, em dezembro de 2019, foi de 8.834.160, crescimento extraordinário de 40,81% em relação aos números de dezembro de 2018, que totalizou 6.273.847 certificados digitais ativos.⁴

A segunda reunião do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – CG ICP-Brasil foi realizada no dia 3 de dezembro de 2019. Na pauta, a simplificação de processos na emissão do certificado digital visando um maior alcance desta robusta ferramenta tecnológica, que garante concomitantemente autenticidade, confidencialidade, não repúdio, integridade e presunção legal de veracidade.

Nesta reunião, endereçou-se uma infraestrutura moderna com amparo jurídico para que todas as aplicações, tanto de governo quanto da iniciativa privada, façam uso do certificado digital para um processo de digitalização do Brasil muito mais seguro e adaptado às tecnologias existentes. Isso garantirá um crescimento ainda mais significativo em 2020.

Dentre as novidades está a simplificação do processo de certificação digital para pessoas jurídicas. Como o certificado digital de uma empresa, por exemplo, é utilizado como assinatura por um representante legal daquela instituição, basta que a pessoa

⁴ Fonte: ITI - DIRETORIA DE AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO - ITI

comprove o seu poder de representação, como por meio da certidão simplificada emitida pelas juntas comerciais.

A ICP-Brasil está se reestruturando e se modernizando. Uma plataforma tecnológica nacional deve atender aos anseios da sua população, que quer menos burocracia, preços acessíveis, flexibilidade e com facilidade de uso. É necessário o entendimento que ela precisa estar presente e pode endereçar muito mais do que é hoje.

O ano de 2019 foi de intenso avanço normativo da ICP-Brasil para modernização e simetria aos padrões operativos e legais internacionais que possibilitem segurança jurídica nas transações eletrônicas. Essa simetria regulatória viabiliza acordos internacionais para facilitação comercial e de serviços nas relações transfronteiriças. Exemplo disso foi a assinatura do acordo de cooperação técnica internacional entre ITI e Adobe Systems para o programa de Lista de Confiança Aprovada da Adobe - AATL.

Hoje a ICP-Brasil, com a operacionalização efetuada pelo ITI, está endereçando uma infraestrutura de chaves públicas moderna, com amparo jurídico e possível para que todas as aplicações, tanto do Governo quanto da iniciativa Privada possam fazer uso do Certificado Digital e alcançar um processo de digitalização bem mais seguro do que o que temos atualmente e para que isto ocorra, precisamos ter um certificado digital adaptado às novas tecnologias existentes e por isso o trabalho que se faz hoje é louvável e digno de aplausos por toda a Sociedade Brasileira.

Em 04 e 05 de dezembro o ITI esteve participando na Cúpula do Mercosul, onde a tendência é sermos signatários de um Acordo de reconhecimento mútuo das Assinaturas Digitais no âmbito do Mercosul e em sendo aprovado, teremos muito trabalho para convalidar, para alterar alguns normativos e mudar o patamar de atuação desta Autarquia.

Esse objetivo é um caminho sem volta, é um caminho para que a sociedade brasileira consiga atingir uma melhor qualidade dos serviços públicos prestados, pois o modelo de oferta de serviços públicos atual encontra-se totalmente esgotado. Não há mais espaço para criar despesas de pessoal, não há mais espaço para abrir novas agências, a sociedade brasileira não suporta isso do ponto de vista econômico e estamos percebendo nos últimos anos o quanto esse modelo se tornou obsoleto. Por isso a transformação digital, como os bancos muito bem fizeram, começando essa jornada há uns 20 anos. É a única saída que entendemos mais adequada para o desenvolvimento do País, como vários países do mundo também estão trilhando o mesmo caminho.

É nesse contexto, e considerando o crescimento vertiginoso no desenvolvimento de seus trabalhos ao longo dos últimos dois anos e a projeção de um novo patamar de administração, além de sua inequívoca importância, é que o nosso desenvolvimento está

centrado. Crescer para melhorar e tornar eficiente e eficaz a máquina pública do País.

Neste sentido, continuamos a trabalhar para massificar o uso do certificado digital. Temos que perseguir o censo populacional. Esse é o mercado que queremos atingir para tornar o país menos burocrático e mais ágil, permitindo a aceleração do crescimento, com segurança, integridade e validade jurídica.

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.1. APRESENTAÇÃO

O **Relatório de Gestão do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI**, Autarquia Federal vinculada à Casa Civil da Presidência da República, refere-se ao exercício de 2019 e foi elaborado de acordo com a modalidade “Relatório de Gestão Individual”, conforme Anexo I da DN TCU nº 178/2019, de 23 de outubro de 2019.

A seguir são apresentados os principais avanços da Autarquia, bem como dados sobre infraestrutura de chaves públicas brasileiras.

I. RESULTADOS PRINCIPAIS

Nesse período registram-se avanços nas seguintes frentes:

- a) **Plano de Dados Abertos – PDA:** para atender à Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal que tem por objetivo organizar e padronizar os processos de publicação de Dados Abertos de Estado, o ITI publicou o PDA e os dados e informações considerados úteis produzidos pela autarquia estão disponíveis no endereço: <https://www.iti.gov.br/dados-abertos>.
- b) **Termo de Execução Descentralizada – TED:** a iniciativa faz parte de parcerias com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, a Universidade de Brasília – UnB e com o Tribunal Superior Eleitoral – TSE.
 - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC: trata do aprimoramento e manutenção dos Sistemas de Gerenciamento de Certificados Digitais - Ywapa, Ywya, Hawa e Yba da ICP-Brasil e implementação de funcionalidades relacionadas com a simplificação de cerimônias de ICP-Infraestrutura de Chaves Públicas, redução de interações humanas em cerimônias de ICP e execução de cerimônias em lotes. A cooperação técnica terá vigência de 4 anos com um valor total estimado de R\$ 823.333,33, conforme proposta do plano de trabalho da UFSC/LabSEC, que passa a ser responsável pela execução e aplicação dos recursos financeiros. O montante será utilizado em bolsas de pesquisa e desenvolvimento de projetos. Ainda no exercício de 2019, foi assinado o Termo Aditivo deste TED que tem por objeto estudar a viabilidade da integração do módulo público do conjunto de softwares responsáveis pela emissão de certificados para usuários finais Hawa ao sistema de autenticação GOV.BR, bem como estudar uma solução para armazenamento seguro e uso dos certificados emitidos para os usuários finais (certificado “em nuvem”).
 - Universidade de Brasília – UnB: trata do desenvolvimento de plugin que permite a assinatura digital em arquivos PDF baseado no padrão PAdES.
 - Tribunal Superior Eleitoral – TSE: trata de aquisição e fornecimento de 12 módulos de Segurança Criptográfico – MSC, dispondo do conjunto de bibliotecas criptográficas para o algoritmo de curvas elípticas do tipo

Edwards E-521, para autenticação e sigilo da Autoridade Certificadora das urnas eletrônicas e sistemas eleitorais adjacentes, além do serviço de certificação de manutenção de Módulo de Segurança Criptográfica, bem como de homologação de biblioteca criptográfica e serviço de suporte técnico remoto para permitir que o Tribunal Superior Eleitoral e a AC Raiz da ICP-Brasil gerem e assinem certificados utilizando parâmetros de curvas elípticas de Edwards – E-521, em conformidade com os normativos da ICP-Brasil.

c) **Reuniões do Comitê Gestor da ICP-Brasil:** Foram realizadas 2 (duas) reuniões presenciais e 3 (três) plenárias virtuais do Comitê Gestor da ICP-Brasil no ano de 2019, onde foram publicadas 05 resoluções, conforme relação a seguir:

- **Resolução nº 151, de 30 de maio de 2019** – Alterou Regimento Interno do CGICP-Brasil, regulamentou requisitos para conformidade ao programa WebTrust, inclui emissão de certificado de atributo nos serviços providos pelo PSC, admissão de via de procuração emitida dentro de 90 dias e simplificação do processo para emissão de certificados digitais.
- **Resolução nº 152, de 13 de agosto de 2019** – Alterou a Declaração de Prática de Certificação da AC Raiz da ICP-Brasil para adequação aos requisitos WebTrust.
- **Resolução nº 153, de 17 de setembro de 2019** – Alterou os procedimentos para emissão de certificados digitais para servidores públicos federais.
- **Resolução nº 154, de 1º de outubro de 2019** – Prorrogou prazo para transferência dos dossiês às AC, revogou obrigatoriedade de verificação de integridade nas máquinas de AR e ampliou a verificação da identificação pelas AR próprias do PSS da AC.
- **Resolução nº 155, de 03 de dezembro de 2019** – Alterou os procedimentos de identificação e as previsões de entidades para execução de auditorias operacionais, atualizou as responsabilidades das AC superiores em caso de encerramento de AC subordinada, substituiu o procedimento de homologação de equipamento e definiu regras de validação do alvará no carimbo do tempo.

Foram aprovadas pelo Diretor-Presidente do ITI, que também exerce a função de Secretário-Executivo do Comitê Gestor da ICP – Brasil, 08 (oito) Instruções Normativas, que suplementam as regulamentações aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil. Essas normas são elaboradas e/ou atualizadas pela Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa (CGNPE). Segue a relação dessas IN:

- **IN nº 01, de 11 de fevereiro de 2019** - Amplia a validade da chave criptográfica simétrica empregada para geração de IDN.

- **IN nº 02, de 12 de março de 2019** - Atualiza requisitos para serviços de confiança de uso de chaves criptográficas e inclui a definição da Lista de Prestadores de Serviço de Confiança - LPSC no âmbito da ICP-Brasil.
 - **IN nº 03, de 04 de abril de 2019** - Atualiza os requisitos para serviços de confiança de uso de chaves privadas.
 - **IN nº 04, de 26 de abril de 2019** - Altera o item 2.2.6 do DOC-ICP-05.02, que trata da solicitação de certificado para servidores públicos federais da ativa e militares da União.
 - **IN nº 05, de 16 de julho de 2019** - Regulamenta o envio de certificados digitais, dos arquivos biométricos e demais informações sobre suas emissões ao Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI.
 - **IN nº 06, de 05 de agosto de 2019** - Altera a Instrução Normativa nº 05, de 16 de julho de 2019.
 - **IN nº 07, de 30 de outubro de 2019** - Altera os itens 6.4 e 6.5.7 do DOC-ICP-17.01, que tratam dos requisitos para serviços de confiança de uso de chaves privadas e da Lista de Prestador de Serviço de Confiança.
 - **IN nº 08, de 31 de outubro de 2019** - Altera o DOC-ICP-01.01 para retirar dos Algoritmos e Suítes de Assinatura a função *hash* SHA-1 e os algoritmos criptográficos RSA 1024 bits para certificados de usuário final e RSA 2048 bits para certificados de AC.
- d) **Elaboração da Política de Gestão de Riscos:** A elaboração da Política de Gestão de Riscos foi incorporada pelo Plano de Integridade e *Compliance*, aprovado pela Portaria nº 14, de 15 de abril de 2019.
- e) **Elaboração do Planejamento Estratégico (2019 a 2022):** Trata-se da expressão estratégica das ações a serem executadas pelo ITI no período de 2019 a 2022, compreendendo as definições de negócio, missão, visão, valores, análise do ambiente, proposta de valor ao cliente, mapa estratégico com respectivos objetivos, indicadores, metas, projetos estratégicos e processos críticos. Ademais, contempla a governança, com as metodologias e os critérios de acompanhamento dos resultados.
- f) **Mapeamento de Processos:** Técnica geral utilizada para entender de forma clara e simples como uma unidade de negócio está operando, representando cada passo de operação em termos de entradas, saídas e ações. Esse processo de compreensão e documentação é fundamental para diversas metodologias de melhoria de processos. Foram mapeados 28 dos 29 processos críticos no âmbito do ITI. Ao todo, o ITI mantém, hoje, 65 processos.
- g) **Elaboração do Manual de Integridade e *Compliance*:** Alinhado com a Lei Anticorrupção que trouxe um aspecto preventivo ao incentivar as pessoas jurídicas a adotarem o Programa de integridade *Compliance*, o ITI elaborou e publicou o seu programa em 28 de novembro de 2018. O Programa de Integridade e *Compliance* do ITI consiste em um conjunto de diretrizes e procedimentos que busca a Integridade do instituto com ênfase na ética e preza pelo *Compliance* na atuação dos servidores com estrito cumprimento às normas. Em conformidade com as determinações da Controladoria Geral da União – CGU, a COPOM foi designada como a Unidade de Gestão de

Integridade e *Compliance* pela Portaria Nº 1, de 21 de janeiro de 2019. Neste diapasão, foi desenvolvido um Plano de Integridade e *Compliance* aprovado pela Diretoria por meio da Portaria nº 14, de 15 de abril de 2019, com o objetivo de colocar em prática a conformidade e a ética perante os servidores do ITI. Espera-se, com isso, que o respectivo plano possa contribuir para uniformizar e otimizar o processo de avaliação estabelecido pelo Programa de Integridade e *Compliance*, tornando-o mais objetivo, célere e eficaz. Espera-se, sobretudo, que ele possa conferir segurança aos servidores responsáveis pelas Avaliações de Riscos. O Manual de Integridade e *Compliance* encontra-se incorporado no Plano de Integridade e *Compliance*, que foi aprovado pela Portaria nº 14, de 04 de abril de 2019.

- h) **Elaboração do Manual de Gestão de Riscos:** A elaboração do Manual de Gestão de Riscos foi incorporada pelo Plano de Integridade e *Compliance*, aprovado pela Portaria nº 14, de 15 de abril de 2019.
- i) **Elaboração do Código de Ética dos Agentes Públicos do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – CEITI:** Reflete o compromisso de alcançar os objetivos da autarquia com responsabilidade social, valorizando seu relacionamento com seus empregados e fornecedores e preservando o meio ambiente. Foi instituído pela Portaria nº 33, de 14 de junho de 2019.
- j) **Encontro de Autoridades Certificadoras – ACs da ICP-Brasil:** De forma inédita, o ITI reúne as principais Autoridades Certificadoras – ACs da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil para debates e proposições de melhorias para o setor. O fortalecimento de critérios de segurança necessários para operação da ICP-Brasil e das assinaturas digitais também esteve na pauta do encontro de ACs.
- k) **Acordo de Reconhecimento Mútuo de Assinaturas Digitais – MERCOSUL:** Em dezembro de 2019 foi assinado o acordo de reconhecimento mútuo de assinaturas digitais no âmbito Mercosul, onde o ITI teve principal ação na interlocução técnica com o Ministério das Relações Exteriores - MRE e os países associados.

II. INFORMAÇÃO SOBRE INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA

No período compreendido entre os meses de janeiro de 2019 e dezembro de 2019, a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil emitiu 5.494.687 certificados digitais, no mesmo período de 2018, de janeiro a dezembro, foram emitidos 4.417.118. Houve crescimento de 24,39% de um ano para o outro.

Ranking das 10 Autoridades Certificadoras – ACs que mais emitiram certificados em 2019

1ª AC SOLUTI MULTIPLA

2ª AC CERTISIGN RFB

3ª AC VALID RFB

4ª AC SERASA RFB

5ª AC SAFEWEB RFB

6ª AC OAB

7ª AC CNDL RFB

8ª AC SERPRO RFB

9ª AC LINK RFB

10ª AC ONLINE RFB

Ranking de emissões por tipos de Certificados no ano de 2019

A1 Pessoa Jurídica: 2.516.684 (45,89462%)

A1 Pessoa Física: 701.769 (6,37598%)

A1 Equipamentos: 3.491 (0,09365%)

A3 Pessoa Jurídica: 819.120 (22,58599%)

A3 Pessoa Física: 1.432.021 (25,04917%)

A3 Equipamentos: 15 (0,00034%)

Estrutura da ICP-Brasil

Autoridades Certificadoras – ACs de 1º nível: 17

Autoridades Certificadoras – ACs de 2º nível: 99

Autoridades de Carimbo do Tempo – ACT: 9

Autoridades de Registro – AR: 1.535

Prestadores de Serviço de Suporte – PSS: 25

Prestadores de Serviço Biométrico – PSBIO: 6

2.2. VISÃO GERAL DA UNIDADE

O **Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI** é uma Autarquia Federal, criada por intermédio do Art. 12 da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, e cuja vinculação à Casa Civil da Presidência da República está expressa no Decreto nº 8.872, de 10 de dezembro de 2016. Sua estrutura regimental está definida pelos Decretos nº 8.985, de 8 de fevereiro de 2017 e nº 9.183, de 30 de outubro de 2017.

O Brasil optou por dispor de infraestrutura pública e Sistema Nacional de Certificação Digital mantidos e auditados por uma entidade pública, no caso o ITI, a quem compete executar as políticas de certificação e as normas técnicas e operacionais estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, bem como realizar os processos de credenciamento, auditoria e fiscalização das entidades que compõem a ICP-Brasil, com vistas a manter a qualidade dos serviços prestados e o nível de confiança que a sociedade exige ao valer-se de um Certificado Digital.

A missão do ITI, nos termos do seu Planejamento Estratégico 2019-2022, é “atuar na inovação, regulação e provimento de soluções tecnológicas que garantam segurança e confiança digital a documentos e transações eletrônicas”.

E a visão de futuro é “ser referência nacional e internacional em tecnologias para segurança e confiança digital”.

O ITI tem como competências:

- ser a primeira autoridade da cadeia de certificação;
- executar as políticas de certificação e as normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil;
- propor a revisão e a atualização das normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil;
- gerenciar os certificados da Autoridade Certificadora Raiz – AC RAIZ e das Autoridades Certificadoras - AC de nível imediatamente inferior e lateral;
- prover a segurança física e lógica e a infraestrutura tecnológica da AC Raiz e da Entidade de Auditoria do Tempo – EAT;
- executar as atividades de fiscalização e de auditoria das AC – Autoridades Certificadoras, Autoridades de Registro - AR, das Autoridades de Carimbo do Tempo - ACT e dos Prestadores de Serviços credenciados e autorizados na ICP-Brasil;
- promover o relacionamento com instituições congêneres no País e no exterior;

- celebrar e acompanhar a execução de convênios e acordos internacionais de cooperação, no campo das atividades de infraestrutura de chaves públicas e áreas afins, ouvido o Comitê Gestor da ICP-Brasil;
- prestar o apoio técnico e administrativo à Secretaria-Executiva do Comitê Gestor da ICP-Brasil;
- fomentar o uso de certificado digital e tecnologias associadas para toda a administração pública federal; e
- exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pela autoridade gestora de políticas.

O Instituto também tem atribuição de estimular e articular projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológicos voltados à ampliação da cidadania digital, bem como a popularização da certificação digital e inclusão digital. Estimular a participação de universidades, instituições de ensino e iniciativa privada em pesquisa e desenvolvimento, nas atividades de interesse da área da Autarquia.

O ITI atua também como Secretaria-Executiva do Comitê Gestor da ICP – Brasil, composto por representantes dos seguintes Órgãos: Casa Civil da Presidência da República; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Secretaria de Governo da Presidência da República; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Ministério da Economia; ANCD – Associação Nacional de Certificação Digital; Câmara E.Net – Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico; AARB – Associação das Autoridades de Registro do Brasil; CNB – Colégio Notarial do Brasil; e ATID - Associação Brasileira de Tecnologia e Identificação Digital.

Neste contexto, a certificação digital é o principal negócio do ITI, tendo como insumo básico a tecnologia de ponta, tanto em *hardware* como em *software*, para assegurar, desenvolver, manter e prover com disponibilidade mínima de 99.99%, 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, os serviços da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

2.2.1. Certificação Digital – Importância e Benefícios

O Certificado Digital funciona como uma carteira de identidade virtual que permite a identificação segura do autor de uma mensagem ou transação realizada nos meios virtuais, como a rede de computadores – Internet. Tecnicamente, o certificado digital é um documento eletrônico que, por meio de procedimentos lógicos e matemáticos, assegura a integridade das informações e a autoria das transações.

O Certificado Digital contém dados de seu titular, tais como, número de registro civil, CPF, assinatura da Autoridade Certificadora que o emitiu, entre outros atributos, conforme consta nas Políticas de Certificados de cada Autoridade Certificadora.

A Certificação Digital é uma ferramenta que confere segurança a transações realizadas de forma virtual, ou seja, sem presença física do interessado, mas que exigem a identificação inequívoca da pessoa que está processando o documento ou transação de forma eletrônica.

O uso de um Certificado Digital em uma transação ou documento eletrônico garante integridade, autenticidade, segurança e validade jurídica aos atos praticados. Por essa razão é muito utilizada em operações de comércio eletrônico, assinatura de contratos, operações bancárias, iniciativas de governo eletrônico, peticionamento eletrônico, diversas transações da Receita Federal e de comércio exterior, dentre muitas outras.

2.2.2. Ambiente de Atuação

A criação da ICP - Brasil coincide com a criação do governo eletrônico no Brasil, em meados do ano de 2000. A certificação digital tem papel fundamental na operacionalização de quaisquer atividades em meio eletrônico que tenham como requisitos a segurança técnica e a segurança jurídica. Segurança técnica porque se baseia em princípios matemáticos e computacionais para legitimar e validar ações em meio eletrônico e segurança jurídica porque está amparada por legislação específica que dá a devida legalidade às ações produzidas em meio eletrônico, com o uso do certificado digital ICP-Brasil.

Assim, empresas privadas ou públicas que queiram aderir à ICP-Brasil devem fazê-lo a partir do credenciamento junto ao ITI, comprometendo-se a cumprir rigorosamente as normas técnicas aplicáveis à Certificação Digital da ICP-Brasil e submeter-se a auditorias periódicas e fiscalizações permanentes. Desta feita, o Instituto não tem concorrentes diretos, visto que não emite certificado digital ao usuário final (cidadão ou empresa). O ITI emite, enquanto Autoridade Certificadora Raiz, os certificados digitais das Autoridades Certificadoras de 1º nível.

2.2.2.1. Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil)

A Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) é uma cadeia hierárquica e de confiança que viabiliza a emissão de certificados digitais para identificação virtual do cidadão, de empresas e equipamentos. A ICP-Brasil viabiliza a utilização de assinaturas digitais com validade legal, eliminando a necessidade de uso do papel e outros insumos.

AC Raiz

A Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil (AC-Raiz) é a primeira autoridade da cadeia de certificação. Executa as Políticas de Certificados e Normas Técnicas e Operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil. Portanto, compete à AC-Raiz emitir, expedir, distribuir, revogar e gerenciar os certificados das autoridades certificadoras de nível imediatamente subsequente ao seu.

A AC-Raiz também está encarregada de emitir a lista de certificados revogados (LCR) e de fiscalizar e auditar as Autoridades Certificadoras (ACs), Autoridades de Registro (ARs) e demais prestadores de serviço habilitados na ICP-Brasil. Além disso, verifica se as ACs estão atuando em conformidade com as diretrizes e normas técnicas estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil.

ACs – Autoridades Certificadoras

Uma Autoridade Certificadora (AC) é uma entidade, pública ou privada, subordinada à hierarquia da ICP-Brasil, responsável por emitir, distribuir, renovar, revogar e gerenciar certificados digitais. Tem a responsabilidade de verificar se o titular do certificado possui a chave privada que corresponde à chave pública que faz parte do certificado. Cria e assina digitalmente o certificado do titular, onde o certificado emitido pela AC representa a declaração da identidade do titular, que possui um par único de chaves (pública/privada).

Cabe também à AC emitir Listas de Certificados Revogados (LCR) e manter registros de suas operações sempre obedecendo às práticas definidas na Declaração de Práticas de Certificação (DPC). Além de estabelecer e fazer cumprir, pelas Autoridades Registradoras (ARs) a ela vinculadas, as políticas de segurança necessárias para garantir a autenticidade da identificação realizada.

AR – Autoridade de Registro

Uma Autoridade de Registro (AR) é responsável pela interface entre o usuário e a Autoridade Certificadora. Vinculada a uma AC, tem por objetivo o recebimento, validação, encaminhamento de solicitações de emissão ou revogação de certificados digitais e identificação, de forma presencial, de seus solicitantes. É responsabilidade da AR manter registros de suas operações. Pode estar fisicamente localizada em uma AC ou ser uma entidade de registro remota.

ACT – Autoridade Certificadora do Tempo

Uma Autoridade Certificadora do Tempo (ACT) é uma entidade na qual os usuários de serviços de Carimbo do Tempo confiam para emitir Carimbos do Tempo. A ACT tem a responsabilidade geral pelo fornecimento do Carimbo do Tempo, conjunto de atributos fornecidos pela parte confiável do tempo que, associado a uma assinatura digital, confere provar a sua existência em determinado período.

Na prática, um documento é produzido e seu conteúdo é criptografado. Em seguida, ele recebe os atributos ano, mês, dia, hora, minuto e segundo, atestado na forma da assinatura realizada com certificado digital servindo assim para comprovar sua autenticidade.

PSBIO – Prestador de Serviço Biométrico

Com o advento da inclusão de dados biométricos para emissão do Certificado Digital ICP-Brasil, foram credenciados Prestadores de Serviços Biométricos para a coleta biométrica com foco na melhor identificação do requerente do certificado digital. O Modelo que será implementado prevê a coleta de dados biométricos digitais e faciais dos requerentes ao certificado digital ICP-Brasil.

ITS - Instalação Técnica Secundária⁵

Ambiente físico de uma AR – Autoridade de Registro, cujo funcionamento foi autorizado pelo ITI, por tempo indeterminado, onde serão realizadas as atividades de validação e verificação da solicitação de certificados.

IT – Secundária

Instalação Técnica Secundária é um ambiente físico de uma AR – Autoridade de Registro vinculada à Instalação Técnica, cujo funcionamento foi devidamente autorizado pelo ITI, onde é realizada exclusivamente a atividade de coleta e/ou verificação biométrica e validação da solicitação de certificados.

PP – Posto Provisório

Ambiente montado pela AR – Autoridade de Registro, fora de suas instalações técnicas, para realização das atividades inerentes às autoridades de registro. Possui período de tempo determinado para funcionamento.

PSC - Prestador de Serviços de Confiança

Entidade credenciada, auditada e fiscalizada pelo ITI que provê serviços de armazenamento de chaves privadas para usuários finais, ou serviços de assinaturas e verificações de assinaturas digitais padrão ICP - Brasil nos documentos e transações eletrônicas ou ambos.

PSS - Prestador de Serviços de Suporte

São entidades utilizadas pela AC – Autoridade Certificadora ou pela AR – Autoridade de Registro para desempenhar atividade descrita na DPC – Declaração de

⁵ A partir da vigência da Resolução n° 151 de maio de 2019, Instalação Técnica, Instalação Técnica Secundária e Posto Provisório não existem mais.

Práticas de Certificação ou na PC – Política de Certificado e se classificam em três categorias, conforme o tipo de atividade prestada:

- a) disponibilização de infraestrutura física e lógica;
- b) disponibilização de recursos humanos especializados; ou
- c) disponibilização de infraestrutura física e lógica e de recursos humanos especializados.

2.2.2.2. Estrutura da ICP – Brasil

A Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil está composta das seguintes Autoridades Certificadoras de 1º Nível:

AC SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados

Primeira Autoridade Certificadora de 1º nível credenciada pela ICP-Brasil, a empresa busca desde a criação de seu Centro de Certificação Digital - CCD, em 1999, divulgar o uso dessa tecnologia para os vários segmentos com que trabalha.

AC CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Única instituição financeira credenciada como Autoridade Certificadora da ICP-Brasil, a Caixa Econômica Federal tem trabalhado também para que a certificação digital integre serviços que resultem em melhoras para seus funcionários, clientes e titulares das contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

AC SERASA EXPERIAN

Autoridade Certificadora do setor privado, a Serasa fornece a segurança dos certificados digitais para quase todos os grupos financeiros participantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro –SPB.

AC RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A Receita Federal do Brasil – RFB disponibiliza uma grande quantidade de serviços com o objetivo de simplificar ao máximo a vida dos contribuintes, facilitando o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias para os que possuem certificados digitais ICP-Brasil.

AC CERTISIGN

A Certisign tem duplo foco no ramo da certificação digital. Além de fornecer a ferramenta tecnológica, o grupo desenvolve soluções para uso exclusivo com certificados digitais ICP-Brasil.

AC IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Imprensa Oficial é a Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo credenciada para oferecer produtos e serviços de certificação digital para os poderes executivo, legislativo e judiciário, incluindo todas as esferas da administração pública, direta e indireta, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

AC JUS

A AC-JUS alavancou definitivamente a implantação da Certificação Digital no Judiciário fomentando o desenvolvimento de aplicações para comunicação e troca de documentos eletrônicos, viabilizando dentre outros, o Processo Judicial Eletrônico – PJ-e. A AC-JUS por ser AC de 1º nível não emite certificados para usuários finais, isto é, apenas emite certificados para as suas Autoridades Certificadoras subordinadas. Estas sim, emitem os certificados para os usuários finais, que podem ser Magistrados e servidores, equipamentos e aplicações dos poderes judiciário, executivo ou legislativos federal ou estadual. Atualmente compõem a cadeia da AC-JUS: Certisign-JUS, Serasa-JUS, Valid-JUS Soluti-JUS, Serpro-JUS e Caixa-JUS.

AC PR

Credenciada para emitir Certificados Digitais totalmente aderentes às normas e padrões estabelecidos pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, a Autoridade Certificadora da Presidência da República – AC - PR foi criada em abril de 2002, por uma iniciativa da Casa Civil, no âmbito do governo eletrônico – e-Gov. A AC - PR emite certificados para autoridades e servidores da Presidência da República e da Vice-Presidência da República e para autoridades e servidores do Poder Executivo Federal que necessitam utilizar certificado digital para autenticação em aplicativos geridos pela PR.

AC CASA DA MOEDA DO BRASIL

Entre as mais antigas instituições públicas brasileira, a instituição consolida o objetivo de modernização de sua estrutura produtiva e administrativa, bem como se habilita para atender ao mercado de segurança na era virtual.

AC VALID CERTIFICADORA DIGITAL

A AC Valid, 10ª entidade a credenciar-se como AC de 1º nível, atua no mercado de certificação digital focando suas atividades em tecnologias que resultem na prestação de serviços. Além da emissão dos certificados, a Valid oferece serviços de tecnologia para infraestrutura de chaves públicas, consultoria e suporte no comando de processos e atividades de apoio a Autoridades de Registro.

AC SOLUTI CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Especializada em tecnologia da informação com atuação em todo o território brasileiro, em 2012 a Soluti tornou-se a 11ª Autoridade Certificadora – AC de 1º nível

vinculada a ICP-Brasil. A Soluti já atuava como Autoridade de Registro – AR em vários estados do país oferecendo serviços, produtos e soluções em certificação digital.

AC DIGITALSIGN

A Digitalsign é uma empresa portuguesa, que através da Digitalsign Certificadora – empresa brasileira, tornou-se a 12ª Autoridade Certificadora - AC de 1º nível da ICP-Brasil. O grupo é composto pelas empresas Digitalsign Portugal, AET Europe e Thomas Greg & Sons.

AC BOA VISTA

A AC Boa Vista é a unidade de negócios de Certificação Digital da Boa Vista SCPC e completa a oferta da empresa com soluções para a tomada de decisões sustentáveis de crédito e gestão de negócios. Controlada por brasileiros, a Boa Vista SCPC opera o cadastro positivo no país e investe continuamente em tecnologia de ponta para atender à sua carteira de clientes em todo o território nacional.

AC MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE

A 14ª Autoridade Certificadora credenciada à ICP-Brasil, a AC-MRE é responsável exclusivamente pela emissão do certificado digital que assina os componentes eletrônicos do novo passaporte brasileiro, aderente ao *Public Key Directory* – PKD da Organização da Aviação Civil Internacional – ICAO, agência especializada das Nações Unidas.

AC DEFESA

A AC Defesa tem por finalidade emitir e fornecer certificados digitais para o Ministério da Defesa, bem como para as três forças singulares: marinha, exército e aeronáutica. Visando aumentar a interoperabilidade, a segurança e a operação conjunta das forças.

AC SAFEWEB

A AC Safeweb é a 16ª Autoridade Certificadora da ICP-Brasil e faz parte de uma empresa de capital nacional. Com sede em Porto Alegre/RS, tem presença em todas as unidades federativas. Ao longo de seus 20 anos de existência, desenvolveu soluções para empresas e instituições nas áreas de Certificação Digital e de Atributo, Documentos Fiscais Eletrônicos, Portal de Assinaturas Eletrônicas, entre outros.

AC PRODEMGE BR

A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - Prodemge - está credenciada desde 2004 pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) - para a emissão de certificados digitais padrão ICP-Brasil e também pela Receita Federal do Brasil como uma Autoridade Certificadora (AC).

É nesse amplo ambiente que o ITI atua e, em que pese tratar-se de infraestrutura pública única, o Instituto está sujeito a fatores intervenientes que impactam positiva e negativamente no funcionamento da organização e o cumprimento de sua missão institucional. A dinâmica do ambiente em que se insere o ITI traduz-se em ameaças, que são as situações que podem colocá-lo em risco, e oportunidades, que podem ser aproveitadas para impulsionar o seu desenvolvimento.

São consideradas ameaças ao desenvolvimento das atividades do ITI:

- a) Avanço de meios e ferramentas voltados ao cometimento de invasões e fraudes no sistema.
- b) Avanços legais e normativos no Governo Federal com pouca ênfase à certificação ICP-Brasil.
- c) Estrutura legal precária da criação do ITI.
- d) Custos para aquisição e manutenção de certificação digital incompatível com a renda média do cidadão.
- e) Surgimento de tecnologias associadas à identificação e assinatura digital não dominadas pelo ITI.

Por outro lado, o ambiente externo apresenta oportunidades, tais como:

- a) Oferta de meios digitais para prestação de serviços à sociedade.
- b) Desconhecimento do potencial de uso e dos benefícios da certificação digital no Brasil.
- c) Novas atribuições relacionadas à identificação e custódia de dados dos cidadãos.
- d) Iniciativas do Governo Federal voltadas a simplificar os serviços públicos.

A análise ambiental evidenciou a necessidade de atuação em determinadas frentes, cujo êxito é considerado fundamental para o cumprimento da missão e o alcance da visão. Para tanto, o Instituto desenvolveu um Planejamento Estratégico para o período de 2019 a 2022.

Os direcionadores estratégicos do Planejamento Estratégico do ITI 2019-2022 orientam a ação do Instituto e tiveram como foco principal a ampliação do uso da certificação digital ICP Brasil e as novas tecnologias associadas à identificação e assinatura digital para melhor atender ao cidadão.

Tais comandos, que são o suporte essencial para a tradução da estratégia estabelecida no documento de planejamento, foram definidos pelos dirigentes do

Instituto, a partir do diagnóstico realizado em meados de 2018 e atualizados em 2019, como procedimento prévio à definição do planejamento estratégico.

Os direcionadores estratégicos do Planejamento Estratégico do ITI 2019-2022 são os seguintes:

- I. Prover soluções tecnológicas para a prestação de serviços digitais confiáveis;
- II. Massificar a certificação digital padrão ICP Brasil e novas tecnologias associadas à identificação e assinatura digital;
- III. Disseminar e fomentar o uso das tecnologias de assinatura digital para os documentos eletrônicos;
- IV. Fomentar acordos internacionais para interoperabilidade de Infraestruturas de Chaves Públicas e reconhecimento mútuo de assinaturas digitais;
- V. Modernizar o regimento da ICP Brasil;
- VI. Instituir o Sistema Nacional de Assinatura e Identificação Digital Brasileira – SINAID.

A ICP-Brasil é utilizada cada vez mais em sistemas e aplicações de grande relevância para o desenvolvimento nacional. No atual cenário, o Estado brasileiro também deve considerar a ICP-Brasil como uma infraestrutura crítica, que deve ser preservada, acompanhada e sustentada de modo a não trazer solução de descontinuidade aos inúmeros serviços que são prestados por meio dela pelo ITI.

2.2.2.3. Funcionamento da Autoridade Certificadora Raiz da ICP – Brasil – Ambiente Seguro Principal e de Contingência

No exercício de 2019, o ITI cumpriu fielmente seu objetivo de garantir o pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, assentada em sua disponibilidade de 99,99%, e investiu no desenvolvimento e implantação de novas tecnologias com vistas a garantir a segurança jurídica das transações e documentos eletrônicos realizados com o uso do Certificado Digital ICP – Brasil.

Para garantir a disponibilidade de 99,99% e pleno funcionamento da AC Raiz, são mantidos 2 (dois) Centros de Certificação Digital – CCD, sendo um em Brasília/DF (ambiente seguro principal), nas instalações da Presidência da República, e outro em Florianópolis/SC, na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Ambos os CCD são compostos de sistemas redundantes e autônomos, compostos dos seguintes subsistemas:

- Subsistema de Alimentação Elétrica;
- Subsistema de Climatização;

- Subsistema de Detecção e Combate a Incêndio;
- Subsistema de Supervisão e Controle;
- Subsistema de Controle de Acesso e Vigilância.

Em virtude da alta disponibilidade exigida pelas normas da ICP - Brasil (99,99%) é necessário manter contrato com empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas descritos acima, que são monitorados em regime 24x7 por equipe especializada. Além disso, faz-se necessário e são mantidos contratos para prestação de serviço de provimento dos meios físicos e lógicos para acesso à Internet.

No ambiente seguro principal da AC Raiz, são mantidas duas infraestruturas de rede e internet completamente independentes entre si e também independentes daquela do ambiente seguro de contingência com administração e gerenciamento realizados pelos técnicos do próprio ITI. Em tal ambiente, são mantidos a Entidade de Auditoria do Tempo – EAT, os repositórios da AC Raiz – parte online disponível para acesso através da Internet – onde são disponibilizados os certificados emitidos, as Listas de Certificados Revogados (LCR) e políticas de assinaturas. Essas informações são disponibilizadas nos dois sítios de Internet no CCD de Brasília/DF e, ainda, em um terceiro em Florianópolis/SC (contingência).

2.2.2.4. Manutenção da Estrutura Física para operação da AC Raiz da ICP – Brasil, da Entidade de Carimbo do Tempo e Serviços de Certificação e Homologação de Equipamentos da ICP – Brasil

No exercício de 2019 foram tomadas as seguintes providências para a plena e segura operação da Autoridade Certificadora Raiz da ICP – Brasil:

I -Operação da AC-Raiz da ICP-Brasil

- a) Criação da Autoridade Certificadora Raiz na Cadeia v10 – SSL e v11 - Codesigning. Estas raízes foram criadas para atenderem as extensões WebTrust que se aplicam como WebTrust Principles and Criteria for Certification Authorities – SSL Baseline with Network Security e WebTrust Principles and Criteria for Certification Authorities – CodeSigning.
- b) Instalação dos HSMs – Knets no Padrão FIPs nos ambientes de produção, backup e contingência. Estes HSMs estão destinados às cadeias v10-SSL e v11-*Codesigning*.
- c) Registro dos servidores de dados do ambiente de produção, backup e contingência com a subscrição de licença Sistema Operacional RED HAT.
- d) Assinatura do Certificado Digital da Autoridade Certificadora SERPRO – SSL na cadeia v10.
- e) Aperfeiçoamento do sistema de gerenciamento de certificado digital – SCG

Ywapa e SGC Ywapa – Simétrico;

f) Aquisição de HSM – AHX5 – Knet para o TED – ITI e TSE;

g) Aquisição de serviço de homologação de biblioteca criptográfica e certificação do Módulo de Segurança Criptográfico para o TED – ITI e TSE;

h) Elaboração dos seguintes Planos de Testes: Sistema de Gerenciamento de Certificados – SGC Ywapa e Módulo Criptográfico – AHX5 – Knet;

i) Emissão da Lista de Certificados Revogados – LCR's nas cadeias v1, v2, v4, v5, v6, v7, v10 e v11 nos ambientes de Produção e Contingência;

j) Assinatura e publicação das Listas de Políticas de Assinaturas nos padrões – XAdES, CAdES, PAdES.

II -Infraestrutura para Operação da Entidade de Carimbo de Tempo

A Autoridade de Carimbo de Tempo – ACT deve garantir a disponibilidade dos seus serviços de carimbo de tempo de, no mínimo, 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento) do mês, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, conforme previsto no item 4.2.7 do DOC ICP nº 12.

No exercício de 2019 foi mantida a disponibilidade de 99,5% do Sistema de Carimbo do Tempo. Para tanto, foi mantida a contratação de suporte, manutenção preventiva e corretiva para os Sistemas de Auditoria e Sincronismo e para os equipamentos da infraestrutura de carimbo do tempo.

No período foram implementadas outras melhorias, tais como:

- a) Realização das atividades previstas no acordo de cooperação técnico-científica com o INMETRO;
- b) Configurações do Sistema Monitor de Rastreabilidade da escala de tempo;
- c) Aquisição de novos equipamentos para a infraestrutura de carimbo de tempo;
 - 1 Novo Oscilador de Césio;
 - 2 Novos receptores GNSS de alta precisão;
 - 2 Novos Servidores de código de tempo;
- d) Início da Operacionalização das Autoridades Certificadoras do Tempo ACT Soluti e ACT Safeweb;

2.3. Organograma

A estrutura regimental do ITI está definida pelos Decretos nº 8.985, de 8 de fevereiro de 2017 e nº 9.183, de 30 de outubro de 2017, constituída na seguinte estrutura organizacional:

I. Órgãos de assistência direta e imediata ao Diretor-Presidente:

- a. Gabinete
- b. Procuradoria Federal Especializada
- c. Coordenação de Auditoria Interna
- d. Assessoria Especial

II. Órgão seccional:

- a. Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração

III. Órgãos específicos singulares:

- a. Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas
- b. Diretoria de Auditoria e Fiscalização, Normalização e Pesquisa

Membros da Diretoria em Março 2020



Marcelo Amaro Buz
Diretor-Presidente



**Eduardo Magalhães
de Lacerda Filho**
Diretor de
Infraestrutura de
Chaves Públicas



**Ângela Maria de
Oliveira**
Diretora de Auditoria,
Fiscalização e
Normalização



**Ricardo Ferri
Conzatti**
Coordenador-Geral
de Planejamento,
Orçamento e
Administração



**Alexandre Munia
Machado**
Procurador Federal –
Chefe

Membros da Diretoria em Novembro de 2020



Carlos Roberto Fortner
Diretor-Presidente



José Camilo Nagano
Diretor de
Infraestrutura de
Chaves Públicas



Pedro Pinheiro
Diretora de Auditoria,
Fiscalização e
Normalização



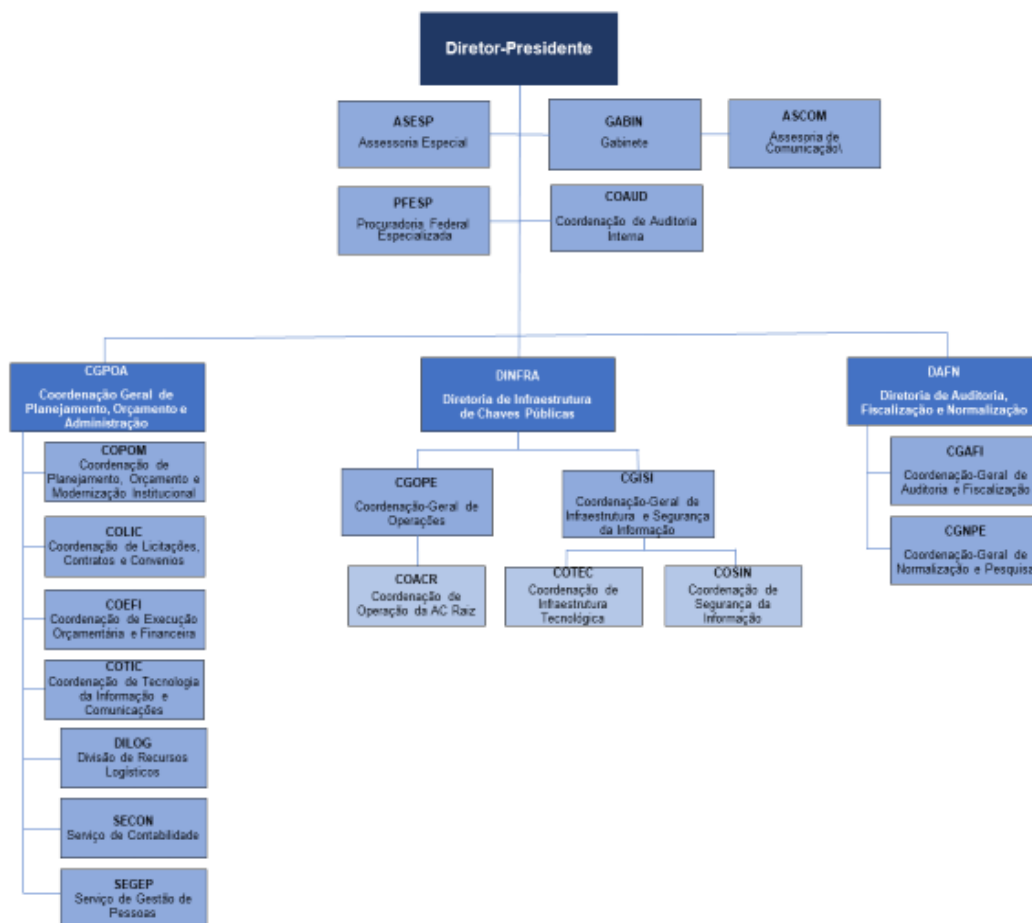
Ricardo Ferri Conzatti
Coordenador-Geral
de Planejamento,
Orçamento e
Administração



Alexandre Munia Machado
Procurador Federal –
Chefe

Organograma do ITI

Figura 1 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

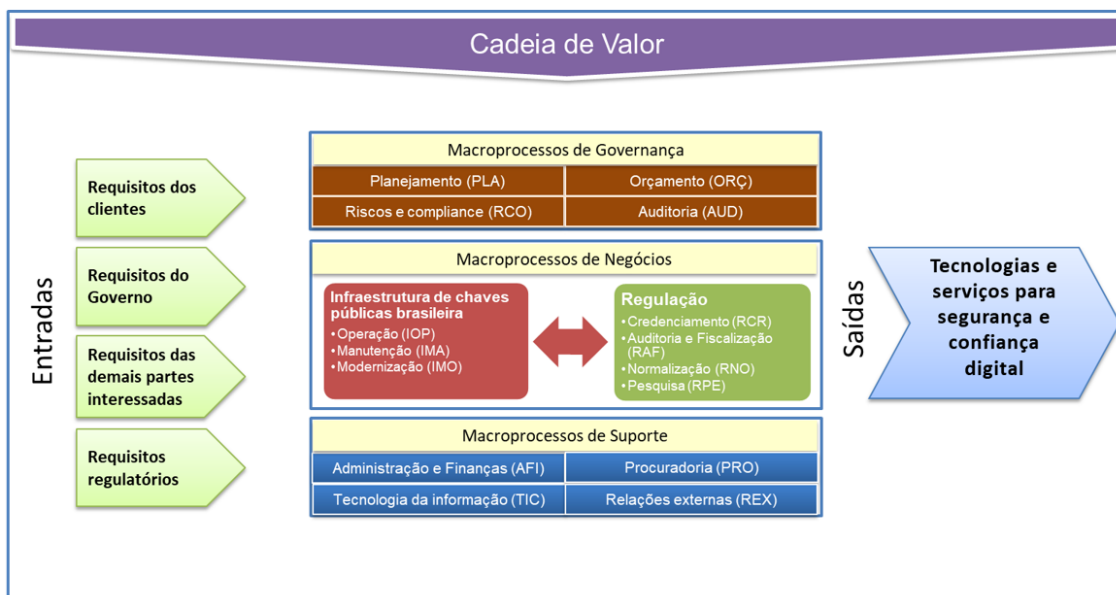


2.4. Macroprocessos Finalísticos

A Cadeia de Valor do ITI demonstra os macroprocessos necessários à entrega dos serviços aos clientes, sendo sua representação feita em três níveis:

- macroprocessos de governança: englobam as funções de governança e controle, ou seja, aqueles que estabelecem a forma como o Instituto é dirigido;
- macroprocessos de negócios: englobam as funções finalísticas, voltadas à atividade fim do Instituto, e centrais para a entrega dos serviços;
- macroprocessos de suporte: englobam as funções de alicerce, que proveem os meios administrativos e financeiros para dar suporte à entrega dos serviços.

Figura 2 – Cadeia de Valor do ITI



Os macroprocessos são desdobrados em processos, que materializam a forma como os insumos (entradas) e as entregas (saídas) são processadas e entregues ao próximo processo até que toda a cadeia de prestação do serviço seja concluída.

A criticidade de um processo é definida à luz do seu nível de contribuição para cada objetivo estratégico, ou seja, quanto maior a contribuição de um processo para a consecução de um objetivo constante do Mapa Estratégico, tanto maior seu nível de criticidade e a necessidade de acompanhar seu desempenho, de modo a garantir a execução da estratégia.

Para cada objetivo estratégico foram definidos os processos críticos relacionados. Tal designação permite, inicialmente, a busca pela otimização do processo, mediante seu mapeamento – quando não disponível –, reprojeto e a implantação das melhorias. No momento seguinte, a designação dos acordos de nível de serviços, para então ocorrer o monitoramento do seu desempenho.

Figura 3 – Processos críticos

Objetivo Estratégico	Processos Críticos
DI-1 - Aperfeiçoar, simplificar e consolidar o processo de credenciamento	Realizar credenciamento - AC Realizar credenciamento - ACT Realizar credenciamento - AR Realizar credenciamento - PSBio Realizar credenciamento - PSS Realizar credenciamento - PSC
D2 - Fortalecer a auditoria e a fiscalização, com foco no monitoramento, na prevenção e na melhoria da qualidade do serviço prestado	Realizar auditorias Realizar fiscalização Realizar acompanhamento de auditorias Gerir programa antifraude Gerir riscos
DI-4 - Garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Certificação Digital nos padrões nacionais e internacionais	Operar a AC Raiz Gerir infraestrutura tecnológica Gerir segurança dos ativos Operar a Entidade de Auditoria de Tempo Gerir Plano de Continuidade da AC Raiz Gerir normas Gerir riscos
DI-6 - Fortalecer a comunicação como forma de reforçar o papel e a imagem institucionais	Gerir comunicação Gerir portais da Internet Gerir ouvidoria
AL-1 - Assegurar a autonomia administrativa, financeira e de gestão de pessoas	Gerir competências Gerir riscos Gerir orçamento Coordenar o planejamento estratégico Gerir contratos e convênios Realizar licitações
AL-2 - Promover gestão organizacional que favoreça a integração e a inovação tecnológica	Gerir processos Gerir riscos
AL-3 - Melhorar as soluções de tecnologia da informação e comunicação mantendo-as compatíveis com as demandas institucionais	Realizar suporte tecnológico Coordenar o PDTIC Gerir riscos

2.5. Ambiente Externo

O ITI publica o planejamento estratégico com os objetivos e os projetos relacionados, com a área responsável, prazo e custos envolvidos no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/iti/pt-br/centrais-de-conteudo/pe2019-2022-pdf> (página 40).

Entretanto o acompanhamento sistemático dos resultados alcançados e planejados de forma desdobrada do plano de ação, a autarquia está estudando uma ferramenta que permita esse acompanhamento sistemático, e também a publicação no portal da internet já para o exercício de 2021.

3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

3.1. Planejamento Estratégico e Governança Corporativa

3.1.1. Planejamento Estratégico

O Instituto revisou seu Planejamento Estratégico para o período de 2019-2022. Trata-se de novo ciclo de planejamento, em continuidade àquele estabelecido para o período de 2015 a 2018.

Na mesma linha que vem sendo adotada nos últimos anos, o Planejamento Estratégico ITI 2019-2022 manteve a metodologia denominada *Balanced Scorecard* – BSC. O objetivo fundamental do BSC é traduzir a missão e a estratégia de uma unidade de negócios em objetivos e medidas tangíveis, monitoradas por indicadores e metas de desempenho.

Os principais destaques foram os direcionadores estratégicos estabelecidos pela Alta Administração, a declaração do Negócio e a revisão da identidade estratégica.

Figura 4 – Identidade Institucional



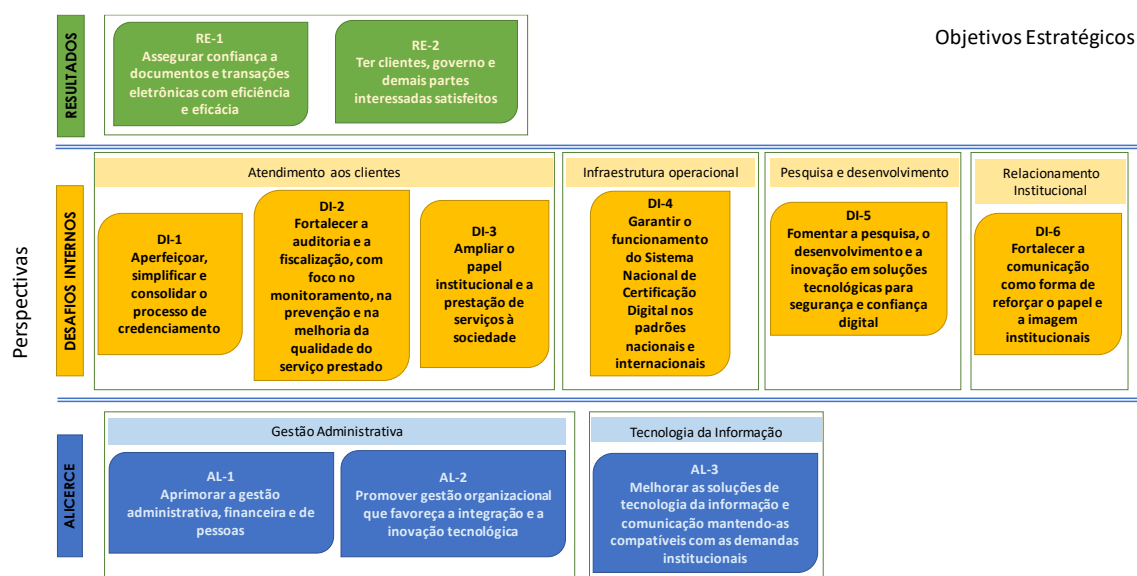
O Mapa Estratégico, que apresenta, de forma lógica e estruturada, a estratégia da organização, busca exatamente estabelecer essas conexões, apontando, por meio de objetivos estratégicos, relações de causa e efeito e indicadores, o desempenho da instituição, de modo a verificar se a estratégia foi efetivamente colocada em prática.

A partir da missão e da visão, o mapa estratégico permite a tradução da estratégia e a mensuração dos resultados, criando um referencial de fácil compreensão em todos os níveis da organização. Permite demonstrar para cada unidade organizacional e respectivos servidores em que medida estão sendo capazes de cumprir a estratégia da entidade naquele período estabelecido.

O Mapa Estratégico do ITI está estruturado em três perspectivas que representam o encadeamento lógico de sua estratégia de atuação. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retrata os principais desafios a serem enfrentados pelo Instituto no alcance da visão e do cumprimento de sua missão institucional.

A perspectiva de resultados define os resultados que o ITI deve gerar para atender às expectativas das partes interessadas (clientes, governo e demais partes interessadas). A de desafios internos retrata os processos internos prioritários nos quais o Instituto deve buscar excelência e concentrar esforços a fim de maximizar os resultados. Já a de alicerce que identifica ações e inovações nas áreas de finanças, administração, gestão de pessoas, tecnologia da informação, comportamento organizacional, suporte logístico, dentre outras, necessárias para assegurar o crescimento e o aprimoramento contínuo do ITI.

Figura 5 – Mapa Estratégico



As perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação do ITI. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pelo Instituto. Esses objetivos foram cuidadosamente selecionados para direcionar os esforços e permitir a criatividade das equipes na busca

pelo alcance dos resultados projetados, sem descuidar dos requisitos éticos, dos valores e dos princípios que guiam toda nossa ação.

Planejar as ações da instituição é, ao mesmo tempo, desafio e oportunidade: permite revisitar o passado, reconhecer erros e acertos e inovar para o futuro, de modo a desenhar novos caminhos que sejam ao mesmo tempo seguros e desafiadores para o Instituto.

Desse modo, o ITI com seu planejamento estratégico alinhado ao negócio de prover tecnologias e serviços para segurança e confiança digital no âmbito da sociedade brasileira contribui fortemente para a evolução do sistema ICP-Brasil.

Relacionado a cada objetivo estratégico foram definidos os indicadores de desempenho, os projetos estratégicos e os processos críticos. Tal medida permite subsidiar a alocação de esforços e evitar a dispersão das ações e dos recursos, além de promover a governança adequada dos processos essenciais, de modo a garantir que a estratégia esteja sendo cumprida efetivamente.

O uso de indicadores e sua vinculação com os objetivos estratégicos é uma importante ferramenta de gestão, pois permite a transparência na divulgação de resultados, garante o alinhamento dos esforços por meio do estabelecimento de linguagem e objetivos comuns e define critérios objetivos reconhecidos pela instituição.

Os indicadores e as metas estabelecidas para 2019, constantes da Tabela 03, bem como os projetos estratégicos, constantes da Tabela 04 foram monitorados mensalmente durante o exercício. Os resultados dos indicadores e projetos são apresentados no capítulo Resultados da Gestão.

Tabela 1- Relação dos indicadores estratégicos

#	Indicador	Meta 2019	Meta 2020	Meta 2021	Meta 2022	Unid.	Pol.	Period.	Peso	Área	Respons.	OE
1	ISC - Índice de serviços e aplicações com uso de certificação digital	30%	30%	30%	30%	%	+	Anual	40%	ASESP	Ruy	RE-1
2	IFC - Índice de fraude por certificados emitidos	0,0036%	0,0034%	0,0032%	0,0031%	%	-	Mensal	60%	CGAFI	Maurício	RE-1
3	ISA - Índice de satisfação	Implantação da pesquisa	A definir	A definir	A definir	%	+	Anual	100%	ASCOM	Brenda	RE-2
4	ITC - Índice de tempo médio de credenciamento	154	145	140	134	Qtde. dias	-	Trimestral	100%	CGAFI	Maurício	DI-1
5	IDC - Índice de disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	%	+	Mensal	100%	CGISI	Gonçalves	DI-4
6	IEC - Índice de exposição em canais de comunicação	40%	35%	35%	35%	%	+	Trimestral	100%	ASCOM	Brenda	DI-6
7	EOR - Execução do orçamento	95%	95%	96%	97%	%	+	Mensal	60%	COPOM	Geraldo	AL-1
8	IOP - Índice de otimização de processos	71%	100%	100%	100%	%	+	Trimestral	100%	COPOM	Geraldo	AL-2
9	IAT - Índice de atendimento das demandas de TIC	99,70%	99,70%	99,80%	99,80%	%	+	Mensal	50%	COTIC	Felipe	AL-3

Tabela 2- Relação dos projetos estratégicos

Id	Nome do Projeto	Ementa	Responsável	OE
1	Implantação do SINAID	Implantar o Sistema Nacional de Assinatura e Identificação Digital Brasileira	ASESP	DI-3
2	Atualização de Sistema Antifraude	Atualizar tecnologicamente o sistema antifraude	CGAFI	DI-4
3	Aderência da ICP-Brasil aos padrões internacionais	Prestar serviços de Autoridade Certificadora de acordo com princípios e critérios internacionais	CGISI	DI-4
4	Protocolo de auditoria e sincronismo de tempo	Especificar protocolo padrão para auditoria e sincronismo de tempo para a EAT - Entidade de Auditoria do Tempo da ICP-Brasil	CGOPE	DI-4
5	Referência mundial de tempo	Tornar o ITI uma das referências mundiais de tempo em conformidade com o INMETRO e BIPM	CGOPE	DI-4
6	Modernização tecnológica do ambiente seguro (principal e de contingência) da AC Raiz	Manter os subsistemas do ambiente seguro (principal e de contingência) da AC Raiz atualizados tecnologicamente	CGISI	DI-4
7	Gestão de processos	Implantar metodologia de gestão de processos, consistindo na seleção, priorização e otimização dos processos da cadeia de valor, bem como na gestão dos riscos associados	CGPOA	AL-2

O Planejamento Estratégico do ITI também está alinhado às diretrizes legais estabelecidas pelo Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2016-2019.

O ITI, apesar de não dispor de Programa Temático no âmbito do Plano Plurianual PPA – 2016-2019 sob sua responsabilidade, responde por Iniciativa - 06LB vinculada ao Objetivo - 1158 do Programa 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, descritas a seguir:

- Objetivo 1158 - Aumentar a eficiência da ação do Estado mediante o uso integrado da tecnologia da informação e o aprimoramento da gestão, contribuindo para a segurança da informação e comunicações e a segurança cibernética.

- Iniciativa 06LB: Massificação e aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados e dos Municípios, do Distrito Federal e da sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e do Carimbo do Tempo da ICP – Brasil.

3.1.2. Estrutura de Governança

O ITI foi transformado em Autarquia Federal pela Medida Provisória 2.200-2, de 24/08/2001 e, de acordo com a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão, aprovados pelo Decreto nº 4.500/2002, não foi contemplado com a unidade de auditoria interna.

Com a publicação do Decreto nº 8.985, de 08 de fevereiro de 2017, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE, foi possível

viabilizar a criação de uma unidade responsável pela gestão de riscos e controles internos, vinculada diretamente ao dirigente máximo.

Objetivando regulamentar o funcionamento da Autarquia, bem como, definir competências e responsabilidades das unidades, foi publicado o Regimento Interno, que estabeleceu a criação da unidade de auditoria interna, atendendo assim, recomendações efetuadas pelos órgãos de controle, acerca da inexistência desta unidade (Portaria nº 20, de 28 de fevereiro de 2018).

Dando continuidade as ações com vistas a melhoria da governança institucional, foi instituído o Comitê de Governança, Riscos, Controles e Governança Digital-CGRC-GD, composto pelo Diretor-Presidente, Diretor da Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas – ICP – Brasil e o Diretor da Diretoria de Auditoria, fiscalização e Normalização (Portaria nº 33, de 20 de junho de 2017).

Em 2018, foi aprovada a Política de Gestão de Riscos e Governança Digital (Portaria nº 40, de 28 de junho de 2018) e elaborada a Metodologia de Gestão de Riscos, assim como, foi disponibilizado e teve início os teste da ferramenta a ser utilizada, junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão quanto a definição da ferramenta e metodologia a serem utilizadas.

Além disso, foi aprovado em 30 de novembro de 2018 pela Diretoria do ITI o Programa de Integridade e *Compliance*, desenvolvida em conformidade com a normatização interna e externa existente sobre o tema. E, com o objetivo de implantar a prática de valores éticos e morais, prezando pela transparência, imparcialidade, lisura nas relações entre servidores, excelência na prestação dos serviços e sempre alinhado com o eu preconiza o Planejamento Estratégico, foi aprovado o Plano de Integridade e *Compliance* do ITI (Portaria nº 14, de 04 de abril de 2019).

O ITI exerce a Secretaria-Executiva do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas – CG ICP – Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que exerce a função de autoridade de políticas da ICP – Brasil. O ITI coordena a Comissão Técnica Executiva do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – COTEC/CG-ICP-Brasil, que tem o objetivo de realizar estudos e pesquisas de cunho técnico sobre assuntos ligados à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

O Instituto pode se valer de auditorias externas, como é o caso dos trabalhos realizados pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S, desde que destinados a verificar a conformidade de procedimentos da Autoridade Certificadora Raiz da ICP – Brasil.

3.1.3. Alocação de Recursos

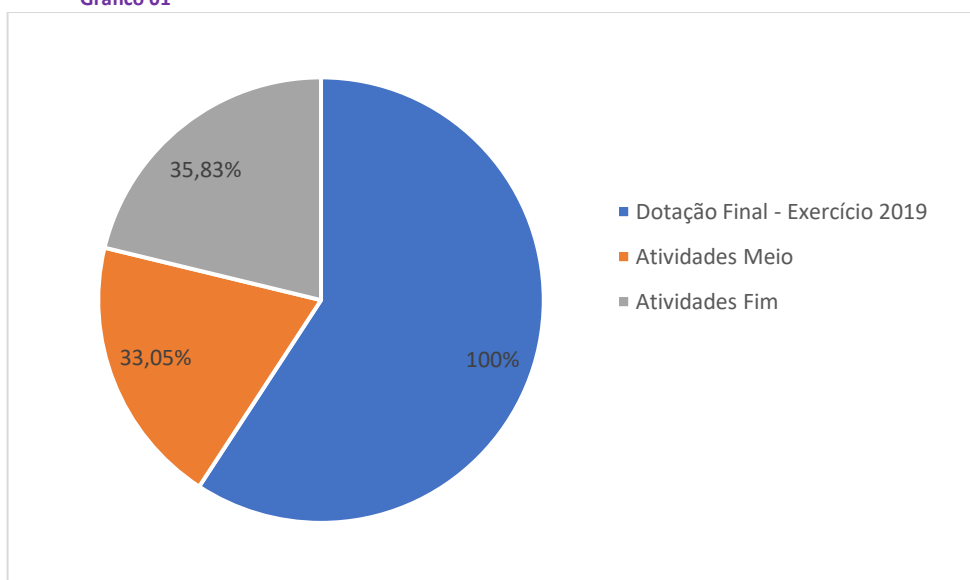
A demonstração da execução orçamentária-financeira do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em 2019 está segregada em três grupos: despesas obrigatórias, despesas com as atividades-meio (manutenção) e, despesas com as atividades-fim (finalísticas).

O grupo de despesas obrigatórias é formado principalmente por gastos como a folha de pagamento, assistência médica e odontológica, assistência pré-escolar aos dependentes de servidores, auxílio-transportes e outras despesas, caracterizadas pela baixa discricionariedade da gestão. O segundo grupo é formado pelas despesas que, basicamente, representam contratos realizados com serviços de manutenção, terceirizados e outros. Já o terceiro representa os gastos com as atividades-fim da entidade.

No exercício findo de 2019, o valor da dotação final foi de R\$ 28,7 milhões. Desse total, a dotação orçamentária para as atividades-fim foi de 35,83%; sendo que para as atividades de manutenção foi de 33,05% e para as despesas obrigatórias: 31,12%, conforme gráfico 01 abaixo.

DOTAÇÃO FINAL

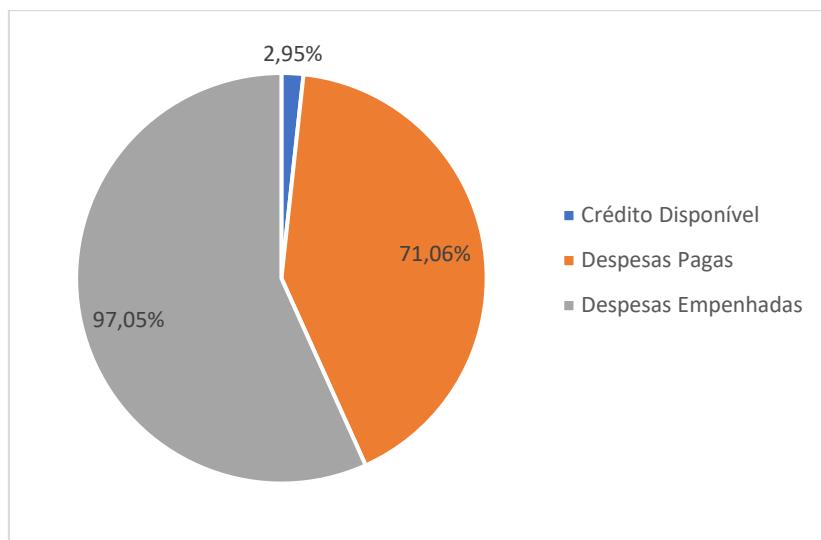
Gráfico 01



Quanto ao desempenho da aplicação dos recursos da dotação orçamentária, constata-se que o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação executou R\$ 27, 8 (vinte e sete milhões vírgula oitocentos milhões), o que representa 97,05%, cancelando o saldo de R\$ 0,8 (zero vírgula oito mil), que corresponde a 2,95%.

Após o encerramento do exercício de 2019, tem-se que as despesas pagas alcançaram o montante de R\$ 20,4 (vinte vírgula quatro milhões), correspondendo a 71,06 %, do valor total das despesas empenhadas, que somaram R\$ 27,8 milhões. O gráfico 02 abaixo representa a situação acima descrita:

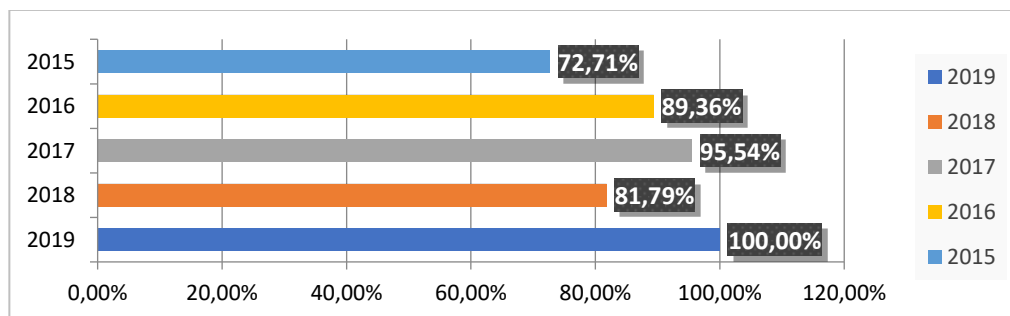
Gráfico 02



Fonte: Tesouro Gerencial do Governo Federal

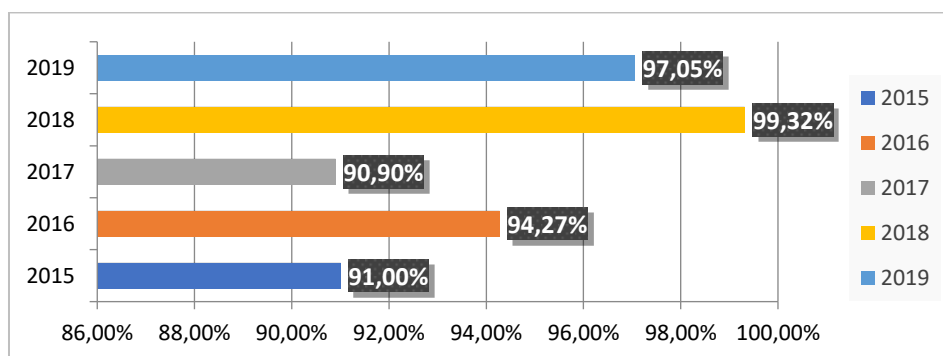
Neste exercício de 2019, a dotação orçamentária desta Unidade Prestação Contas – UPC representou um acréscimo de 18,21% em relação ao exercício de 2018 e, na média dos últimos 04 (quatro) anos, teve um acréscimo de 15,15%, conforme gráfico03.

Gráfico 03



No que tocante à execução orçamentária, o gráfico 04 demonstra que o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação teve 97,05% dos recursos aplicados no exercício de 2019. Embora não tenha superado o exercício de 2018, representou a segunda melhor média dos últimos 05 (cinco) anos.

GRÁFICO 4

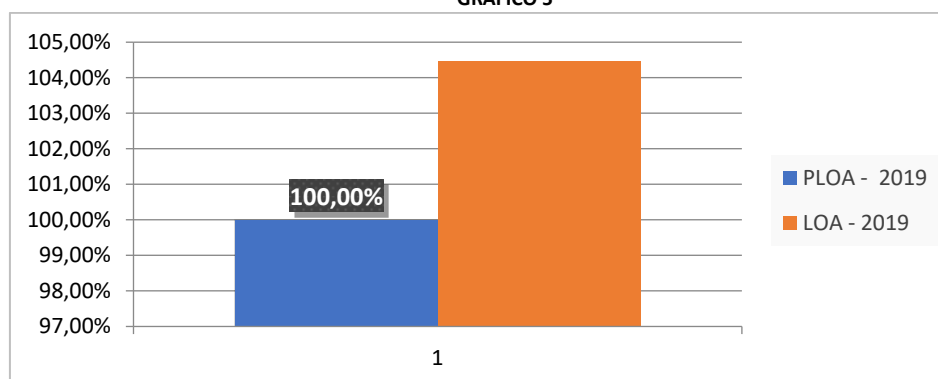


O planejamento orçamentário desta UPC foi elaborado com o objetivo de detalhar e programar a execução orçamentária do exercício de 2019, de acordo com os programas e ações estabelecidas no PPA, e nas diretrizes constantes na LDO e no planejamento estratégico para os exercícios de 2019 – 2020.

Registra-se que a elaboração da proposta orçamentária foi executada em conformidade com as orientações do órgão setorial orçamentário e financeira da Casa Civil da Presidência da República, unidade que tem competência legal para tratar do orçamento desta Unidade de Prestação de Contas junto à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia – SOF/ME.

Na comparação da dotação constante do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA com a Lei Orçamentária Anual de 2019, constata-se o esforço das autoridades da UPC em elevar seu orçamento, para melhor cumprir com sua missão institucional, o que resultou no acréscimo de mais de 4% em sua dotação orçamentária final, conforme demonstrado no gráfico 05 abaixo.

GRÁFICO 5



Fonte: SIOP – <http://www.siop.planejamento.gov.br>

Em números, a dotação constante do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA do exercício de 2019 foi R\$ 27.494.846 (vinte e sete milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil e oitocentos e quarenta e sei reais), tendo sido aprovado na Lei de Orçamento Anual a dotação de R\$ 26.479.846 (vinte e seis milhões, quatrocentos e setenta e nove mil e oitocentos e quarenta e seis reais). Todavia, após o esforço das autoridades desta UPC em buscar mais recursos para execução de seus programas de trabalho, houve a complementação orçamentária de R\$ 1.229.300 (um milhão, duzentos e vinte e nove mil e trezentos reais), elevando a dotação final para R\$ 28.877.398 (vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e sete mil e trezentos e noventa e oito reais), correspondente a 4,47% de acréscimo, conforme demonstrado no gráfico 05 acima.

4. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

4.1. Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos

No intuito de dar continuidade as ações com vistas a melhoria da governança institucional, foi instituída a Política de Gestão de Riscos do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, por intermédio da Portaria nº 40 de 28 de junho de 2018, onde foram estabelecidos os princípios, as competências, os objetivos, e a operacionalização da Política de Gestão de Riscos do ITI. Para melhor aproveitamento, a elaboração desta Política foi incorporada pelo Plano de Integridade e *Compliance* pela Portaria nº 14, de 15 de abril de 2019.

No tocante ao Mapeamento de Processos, prioritariamente, foram mapeados os processos críticos e em seguida serão mapeados os demais processos com previsão de término em junho de 2021. Após concluída essa atividade será dado início ao trabalho de Gestão de Riscos deste Instituto de acordo com a política de Gestão de Riscos citada acima.

Faz-se mister esclarecer que, os Riscos abordados na Portaria nº 40 de 28 de junho de 2018 dizem respeito a Governança Institucional, os quais diferem dos Riscos de Integridade e Compliance. No momento, estão sendo mapeados todos os riscos aos quais o ITI está exposto no que diz respeito a quebra de integridade tais como:

- Abuso de posição ou poder em favor de interesses privados.
- Nepotismo.
- Conflito de Interesses.
- Pressão interna ou externa ilegal ou antiética para influenciar agente público.
- Solicitação ou recebimento de vantagem indevida.
- Utilização de recursos públicos em favor de interesses privados e
- Bloqueio parcial da dotação orçamentária.

Vale pontuar, que além dos riscos acima elencados, existem os INSTITUCIONAIS já mapeados pelo o Planejamento Estratégico com base na metodologia do *Balanced Scorecard* respaldado na Matriz de S.W.O.T., discriminados a seguir:

- Não Implementação do Sistema Nacional de Assinatura e Identificação Digital Brasileira;
- Enfraquecimento do sistema tecnológico do sistema antifraude;

- Falha na prestação dos Serviços de Autoridade Certificadora de acordo com princípios e critérios internacionais;
- Especificação inadequada do protocolo padrão para auditoria e sincronismo de tempo para a EAT - Entidade de Auditoria do Tempo da ICP-Brasil;
- Falta de credibilidade do ITI, junto à sociedade, como uma das referências mundiais de tempo em conformidade com o INMETRO e BIPM;
- Desatualização tecnológica dos subsistemas do ambiente seguro (principal e de contingência) da AC Raiz;
- Desconfiança nas soluções tecnológicas para a prestação de serviços digitais;
- Não implementação da certificação digital padrão ICP-Brasil e estagnação tecnológica da identificação e assinatura digital; e
- Paralisação da modernização do regramento da ICP-Brasil

Foi também implementada neste contexto, a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (Portaria nº 16, de 9 de fevereiro de 2018), de caráter estratégico e deliberativo, é composto por representantes das unidades organizacionais e tem por finalidade deliberar sobre políticas, diretrizes e planos relativos à TIC e à Governança Digital, tendo como objetivos específicos:

- Contribuir para sustentabilidade, o cumprimento da missão e a melhoria dos resultados institucionais, em benefício da sociedade brasileira
- Integrar as práticas de governança, gestão e de uso das TIC às estratégias e planos do ITI
- Prover instrumento de transparência e controle da governança e da gestão de TIC
- Estabelecer diretrizes para gestão de TIC, bem como, para as atividades relacionadas ao provimento de serviços e soluções de TIC
- Definir os papéis e as responsabilidades dos atores envolvidos na governança e gestão de TIC no âmbito do ITI.

Outras ações implementadas neste contexto, foi a publicação da Portaria nº 79/2018 de 31 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Política de Segurança da Informação e Comunicações do ITI – POSIC. Em 2019, ocorreu o processo de consolidação de uma minuta de atualização da portaria em tela ainda pendente de aprovação final e publicação.

O Instituto também desenvolveu um Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC – 2019-2020, que norteia todas as decisões relativas a

Tecnologia da Informação, disponível no sítio <https://www.iti.gov.br/institucional/43-institucional/508-plano-diretor-de-tecnologia-da-informacao-pdti>.

O PDTIC é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação, permitindo o direcionamento das ações e projetos de TIC de todas as unidades organizacionais do ITI, a fim de garantir eficiência e eficácia na gestão de TIC.

Atualmente o ITI está em fase de revisão do PDTIC 2019-2020 para Elaboração do PDTIC 2020-2021.

4.1.1. Atuação da unidade de auditoria interna

Antes de se adentrar nas atividades de atuação da Coordenação de Auditoria Interna do ITI – COAUD, cabe tecer um breve histórico acerca da reestruturação desta Coordenação que deu início no segundo semestre de 2019.

Em 01/07/2019, o Coordenador tomou posse na Coordenadoria de Auditoria Interna do ITI, onde seu nome foi submetido à Controladoria-Geral da União – CGU para aprovação e nomeação ao cargo de Coordenador de Auditoria Interna do ITI, sendo anuído em 24/07/2019, por meio do ofício nº 15496/2019/SE/CGU. Em seguida foi realizado um estudo sobre o PAINTE/2019 e seu andamento, e constatou-se que o mesmo necessitava adequar as recomendações da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República - Ciset/Presidência. Cita-se como exemplo: a) trabalhos a serem realizados em função da obrigação normativa; b) relação de trabalhos a serem realizados com base na avaliação de riscos; c) previsão de capacitação de no mínimo 40 horas para cada auditor governamental; d) previsão de monitoramento das recomendações emitidas em trabalhos anteriores e que até então não havia sido implementada pela gestão; e) relação de atividades a serem realizadas para fins de gestão e melhoria da qualidade da atividade de auditoria interna; f) indicação do tratamento a ser dado para demandas extraordinárias recebidas durante a realização do PAINTE; g) exposição das restrições e riscos associados à execução do PAINTE; e h) apêndice contendo a descrição da metodologia utilizada para seleção dos trabalhos de auditoria, com base na avaliação de riscos.

Cabe ressaltar que nas datas de 01/04/2019 a 30/06/2019 a Diretoria do ITI buscou na Administração Pública um profissional com o perfil pré-estabelecido em Portaria CGU para ocupar o cargo de Coordenador de Auditoria Interna do ITI - COAUD. Em 04/07/2019 foi encaminhado à CGU o nome do novo Coordenador de Auditoria Interna da Autarquia para aprovação.

Após a posse do novo Coordenador de Auditoria Interna do ITI, em 01/07/2019, iniciou-se os trabalhos da COAUD, com o foco de corrigir o PAINTE/2019 e implementar os processos de auditoria interna.

Dito isso, após anuência da Controladoria Geral da União – CGU para o novo Coordenador de Auditoria Interna do ITI, priorizou-se sanar pendências do PAINTE/2019,

e que após algumas tratativas junto a Ciset, e considerando o curto espaço de tempo para ajustar o PAINT/2019 e ao mesmo tempo realizar o PAINT/2020, cujo o prazo era 31/10/2019, ficou acordado com a Coordenação-Geral de Auditoria Contínua – CGAC/Ciset/SG/PR para realizar as ações de monitoramento e uma de licitações e contratos e focar na confecção do PAINT/2020, observando todas as recomendações emitidas para o PAINT/2019.

No decorrer do segundo semestre de 2019, a atuação da Coordenação de Auditoria Interna – COAUD, priorizou a execução das ações de monitoramento e licitação e contratos (inexigibilidade e dispensa de licitação), onde foi realizada a implementação do monitoramento das recomendações pretéritas da Ciset e COAUD, referente aos exercícios de 2017, 2018 e 2019, além do planejamento do trabalho de auditoria referente aos contratos do ITI na modalidade de licitação por inexigibilidade e dispensa.

Na ação de implementação do monitoramento foi verificado 15 (quinze) processos em que a COAUD havia emitido recomendações que necessitavam de tratativas dos gestores e 1 (um) processo da Ciset que contemplava 13 recomendações que careciam de ações dos gestores. Todos esses processos foram mapeados e discutido com os gestores para manifestações ou providências, ou seja, todos os 16 (dezesesseis) processos estão em monitoramento ou foram concluídos.

Já na ação de Licitações e Contratos no que diz respeito aos contratos realizados por inexigibilidade ou dispensa de licitação, em 2019, foi realizada toda a matriz de planejamento, com entrevista a área de Licitação, levantado todos os contratos vigentes até a data de 31/12/2019, conforme tabelas abaixo:

Tabela 3- Relação dos contratos por inexigibilidade vigentes

INEXIGIBILIDADE - ITI				
Nº	PROCESSOS	R\$ MENSAL	R\$ ANUAL	%
1	Inexigibilidade nº 02/2016	0,00	96.000,00	4,13%
2	Inexigibilidade nº 03/2011	2.917,28	35.007,39	1,51%
3	Inexigibilidade nº 02/2015	1.631,97	19.583,64	0,84%
4	Inexigibilidade nº 02/2018	12.426,18	149.114,22	6,41%
5	Inexigibilidade nº 03/2018	17.400,00	208.800,00	8,98%
6	Inexigibilidade nº 07/2018	360.000,00	1.800.000,00	77,41%
7	Inexigibilidade Nº 03/2019	0,00	16.900,00	0,73%
TOTAIS		394.375,43	2.325.405,25	100,00%

Tabela 4- Relação dos contratos por dispensa vigentes

DISPENSA - ITI				
Nº	PROCESSOS	R\$ MENSAL	R\$ ANUAL	%
1	Dispensa nº 34/2012	28.750,00	345.000,00	35,10%
2	Dispensa nº 01/2016	95.000,00	115.107,63	11,71%
3	Dispensa nº 02/2018	38.956,86	467.482,32	47,56%
4	Dispensa nº 30/2018	0,00	16.990,00	1,73%
5	Dispensa nº 27/2018	3.200,00	38.400,00	3,91%
TOTAIS		165.906,86	982.979,95	100,00%

Destaca-se esta ação se encontra em execução no exercício de 2020, uma vez que a COAUD teve que atender demanda externa da Ciset (Monitoramento das recomendações do Relatório de Auditoria Anual de contas do ITI – 2017), fato que originou a paralisação dos trabalhos em Licitações e Contratos no final de 2019 e retornando em janeiro de 2020.

Com o objetivo de melhorar a eficiência dos controles internos, priorizou a implementação da auditoria baseada em risco, onde analisou o mapeamento dos processos do ITI realizados pela Coordenação de Planejamento, Orçamento e Modernização Institucional – COPOM, na qual foi o embasamento para a confecção do PAINT/2020.

Vale destacar a elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT/2020 que se encontra em execução, de acordo com o cronograma estabelecido. Cumprimento da carga horária de 40 horas referente a educação continuada (Auditoria Baseada em Riscos, ministrado pelo Instituto Serzedello Corrêa, com carga horária de 50 horas).

4.1.2. Atividades de Correição e de Apuração

Esta Unidade Jurisdicionada está vinculada, para fins de correição, à Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República (Ciset/SG/PR), conforme determina § 3º do Art. 2º do Decreto nº 5.480, de 30 de julho de 2005, a qual exerce as atribuições de unidade seccional de correição dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice- Presidência da República.

A Presidência e a Vice-Presidência da República passaram a contar com estrutura correcional própria a partir da entrada em vigor do Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019, que em seu inciso VIII, ao XV do Art. 24 do ANEXO I estabeleceu que aquela Setorial de Controle Interno atuaria na apuração dos atos ou fatos ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos federais, além de instaurar ou requisitar a instauração de procedimentos disciplinares, de ofício ou a partir de representações e denúncias.

Por meio do inciso X, art. 24 do Decreto nº 9.982 de 20 de agosto de 2019 determina à Secretaria de Controle Interno (CISSET), órgão setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal a competência de exercer as atividades de unidade seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, exceto da Agência Brasileira de Inteligência.

As atividades de correição relacionadas à apuração de ilícitos disciplinares no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República, incluindo suas entidades vinculadas, e das Vice-Presidência da República, são de iniciativa originária das respectivas autoridades administrativas nos termos do art. 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

4.1.2.1. Processos Instaurados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI/PR

Nesse sentido, na esfera de suas atribuições, com base nas Portarias CISSET nº 60/2017 e CGU nº 335, de 30 de maio de 2006, e na Lei acima citada, o **Instituto Nacional de Tecnologia da Informação-ITI/PR**, no exercício de 2019, instaurou procedimentos apuratórios conforme informações constantes no quadro abaixo:

Tabela 5- Atividades de Correição e Apuração

ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO		
PROCESSOS SEI	OBJETOS	FASE ATUAL
00100.005837/2019-35	Apuração de responsabilidade, sumiço do bem patrimonial nº 3361264, um notebook MARCA Sony Vaio.	Encerrada
00100.005612/2019-89	Contrato emergencial de vigilância, no final de 2018, em função da perda dos prazos legais que antecederam o contrato anterior.	Em andamento

4.1.2.2. Processos Instaurados e/ou Supervisionados pela CISSET em relação ao ITI

De forma semelhante, compete à Corregedoria, órgão integrante da estrutura da Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República, a instauração, a condução e o acompanhamento de procedimentos correicionais (supervisão), com base na competência insculpida nos artigos 3º, 6º e 26 §1º, Incisos I, II e III e 3 da Portaria CISSET nº 60, publicada no DOU de 22 de novembro de 2017.

Dito isto, importa consignar que a CISSET detém prerrogativa para instaurar diretamente procedimentos disciplinares, em substituição à autoridade com competência

originária, quando configurados os pressupostos que demandem tal atuação, consoante se destaca a seguir:

Art. 26. Compete ao Corregedor, sem prejuízo da competência do Secretário de Controle Interno, instaurar ou requisitar a instauração, de ofício ou a partir de representações e denúncias, de procedimentos disciplinares e revisá-los, quando necessário.

§ 1º A instauração de procedimentos disciplinares, sem prejuízo da competência originária das demais autoridades administrativas, poderá ocorrer, notadamente, nos seguintes casos, em infrações de natureza grave:

I - Complexidade, relevância da matéria e expressividade do valor do dano ao patrimônio público;

II - Envolvimento de autoridades ocupantes de cargos DAS 101.4 ou 102.4, ou superior, ou de outros cargos de direção, chefia ou assessoramento equivalentes ou superiores; e

III - envolvimento de servidores ou empregados públicos de mais de uma unidade jurisdicionada.

§ 2º O Corregedor poderá, a qualquer tempo, propor a avocação de procedimentos disciplinares.

§ 3º Quando os acusados ocuparem, à época dos fatos ou da decisão, cargos de natureza DAS 101.5 ou 102.5, ou superior, ou outros cargos de direção, chefia ou assessoramento equivalentes ou superior, a decisão quanto à instauração de procedimentos disciplinares será de competência do Secretário de Controle Interno.

4.1.2.3. Utilização do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD

Em 2019, a Corregedoria da Ciset, não recebeu demandas referentes ao ITI, portanto não tiveram processos do ITI supervisionados e nem inseridos no CGU-PAD.

Quanto a procedimentos disciplinares, segue abaixo informação daqueles que se encontraram em curso no exercício de 2019:

- Processo Administrativo Disciplinar nº 00010.000298/2017-95 instaurado para apurar irregularidades relacionadas ao Processo nº 00010.000981/2015-61, bem como fatos conexos. Utilização de veículo para fins particulares. O processo foi julgado em 18/9/2019.

Arquivamento do processo disciplinar em razão da não identificação de provas suficientes quanto à ocorrência de ilícitos administrativos disciplinares que justificassem a imposição de qualquer penalidade dessa natureza.

- Sindicância Investigativa nº 00010.000409/2017-63 instaurada para apurar denúncia anônima relativa ao ITI, acerca de possível favorecimento de empresa em processos de credenciamento e repasse de informações relacionadas a acordos de

certificação digital com o Governo da República de Cabo Verde. Possível atuação do denunciado como intermediário de Autoridade Certificadora junto ao ITI. O processo foi julgado em 21/6/2019. Arquivamento do processo disciplinar em razão da não identificação de elementos de autoria e materialidade da prática de ilício administrativo disciplinar.

4.1.3. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2019, o ITI não recebeu notificações expedidas pelo TCU.

4.1.4. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Em 2019, o ITI recebeu da Ciset o seguinte expediente:

Em 04/11/2019, por meio do e-mail – PR/cgava.ciset@presidencia.gov.br encaminhou a esta COAUD o Relatório de Auditoria Anual de Contas do ITI, referente ao exercício de 2017, cujo o item “D” contém recomendações ao ITI para elaboração de Plano de Ação contendo as medidas a serem adotadas sobre os pontos levantados na auditoria.

Das 13 recomendações elencadas no item “D” do Relatório de Auditoria Anual de Contas do ITI, todas foram respondidas à Ciset no dia 10/12/2019. Esta COAUD aguarda retorno da Ciset, para prosseguimento com o monitoramento ou encerramento das recomendações já mencionadas.

5. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Na mesma linha que vem sendo adotada nos últimos anos, o Planejamento Estratégico do ITI para o período de 2019 a 2022 manteve a metodologia denominada *Balanced Scorecard* – BSC. O objetivo fundamental do BSC é traduzir a missão e a estratégia de uma unidade de negócios em objetivos e medidas tangíveis, monitoradas por indicadores e metas de desempenho.

A cada ciclo de planejamento o ITI tem buscado fortalecer o papel do Mapa Estratégico como direcionador das ações estratégicas da empresa.

O planejamento é uma ferramenta dinâmica e nesse sentido precisa constantemente ser revisado e alinhado ao mercado e as perspectivas do setor.

No segundo semestre do exercício de 2019, o ITI promoveu um processo de revisão do seu plano estratégico. Trata-se de novo ciclo de planejamento, em continuidade àquele estabelecido para o período de 2015 a 2018. A formulação contou com a participação do corpo técnico e gerencial da Autarquia e definiu o conjunto de objetivos, indicadores, projetos e processos necessários ao cumprimento da missão e ao alcance da visão de futuro do ITI para os próximos quatro anos.

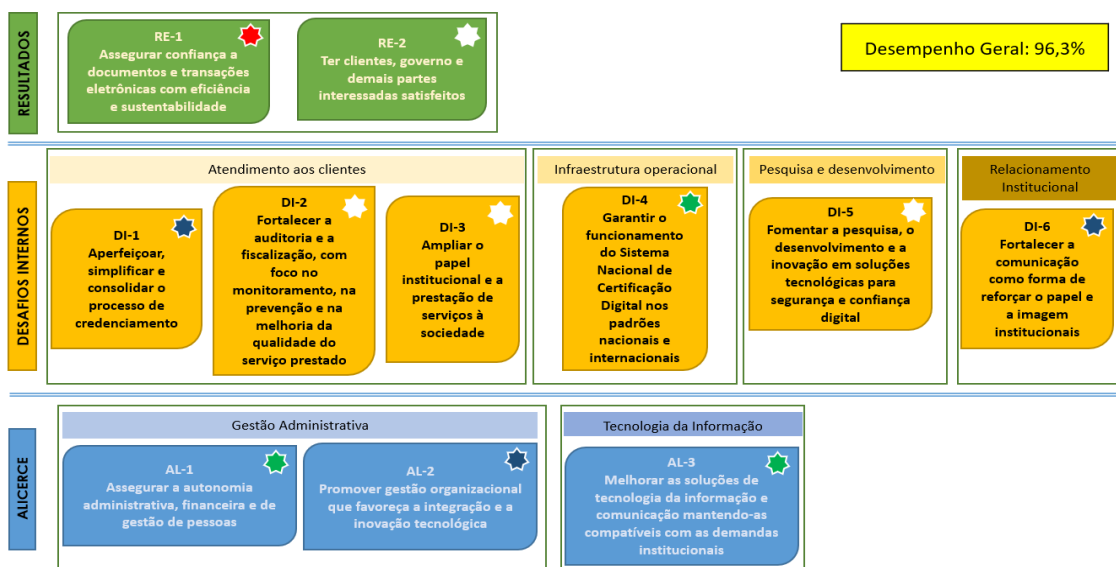
A elaboração do Planejamento Estratégico do ITI 2019-2022 contou com quatro fases principais: (i) a definição pela Alta Administração dos direcionadores estratégicos; (ii) a revisão da identidade estratégica; (iii) a tradução da estratégia; (iv) definição do modelo de governança.

A avaliação do desempenho do ITI no exercício de 2019 ocorreu por meio do monitoramento dos indicadores e dos projetos estratégicos que foram estabelecidas com base nos 11 objetivos estratégicos do Mapa Estratégico 2019-2022.

Para 2019, foram estabelecidos 9 indicadores estratégicos, distribuídos nas perspectivas de Alicerce, Desafios Internos e Resultados. Além disso, foram estabelecidos 7 projetos estratégicos, cujo acompanhamento detalhado é apresentado a seguir.

Os resultados alcançados em 2019 demonstram que o ITI tem conduzido cada momento de sua evolução com determinação e, por isso, tem conseguido vencer seus desafios.

Figura 6 – Painel de Bordo – Visão Mapa Estratégico



A avaliação geral de desempenho à luz da ponderação do peso de cada objetivo estratégico apresenta um resultado de 96,3%.

Dos 11 objetivos estratégicos, temos a seguinte situação:

- 3 objetivos apresentaram desempenho acima de 102% (azul);
- 3 objetivos apresentaram desempenho entre 90% e 102% (verde) e;
- 1 objetivo apresentou desempenho abaixo de 80% (vermelho);
- 4 objetivos não foram medidos (branco). Um destes objetivos (RE-2) ainda estava com seu índice (ISA – Índice de Satisfação) em fase de aperfeiçoamento, isto posto, não houve aferição. Os outros 3 objetivos estratégicos (DI- 2; DI – 3 e DI – 5) não foram medidos por não possuírem indicadores vinculados.

A avaliação geral de desempenho é realizada com base no comportamento dos indicadores de desempenho, conforme critérios a seguir:

- Variação maior que 2% da meta: AZUL
- Variação entre -10 e 2% da meta: VERDE
- Variação entre -20 e -10% da meta: AMARELO
- Variação menor que -20% da meta: VERMELHO
- Não medido: BRANCO

O painel a seguir apresenta os resultados dos indicadores estratégicos em 2019, cujos resultados detalhados, análises e justificativas serão detalhadas em seguida.

Tabela 6- Painel de indicadores estratégicos

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
ISC - Índice de serviços e aplicações com uso de certificação digital	40%	+	Anual	%	ASESP	Ruy	3933	dez/19	N.M	N.M	-
IFC - Índice de fraude por certificados emitidos	60%	-	Mensal	%	CGAFI	Maurício	3873	dez/19	0,0036%	0,0072%	0,0%
ISA - Índice de satisfação	100%	+	Anual	%	ASCOM	Brenda	3929	dez/19	Implantar pesquisa	N.M	-
ITC - Índice de tempo médio de credenciamento	100%	-	Trimestral	Qtd de dias	CGAFI	Maurício	3873	dez/19	134	97	127,6%
IDC - Índice de disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil	100%	+	Mensal	%	CGISI	Gonçalves	3941	dez/19	99,99%	100,00%	100,0%
IEC - Índice de exposição em canais de comunicação	100%	+	Trimestral	%	ASCOM	Brenda	3929	dez/19	40,0%	54,5%	136,3%
EOR - Execução do orçamento	100%	+	Mensal	%	COPOM	Geraldo	3889	dez/19	95,00%	95,92%	101,0%
IOP - Índice de otimização de processos	100%	+	Trimestral	%	COPOM	Geraldo	3889	dez/19	71%	102,00%	143,7%
IAT - Índice de atendimento às demandas de TIC	50%	+	Mensal	%	COTIC	Felipe	3810	dez/19	99,70%	99,85%	100,15%

Objetivo Estratégico RE-1 – Assegurar confiança a documentos e transações eletrônicas com eficiência e sustentabilidade

Indicador ISC – Índice de serviços e aplicações com uso de certificação digital

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
ISC - Índice de serviços e aplicações com uso de certificação digital	40%	+	Anual	%	ASESP	Ruy	3933	jun/19	N.M	N.M	-

O indicador ISC mede o comportamento da curva de ampliação dos titulares de certificados aptos a utilizar serviços e aplicações com uso de certificação digital. Trata-se de um mecanismo de avaliação do comportamento da confiança a documentos e transações eletrônicas.

O resultado é obtido pela relação entre a quantidade de titulares de certificados aptos para utilizar serviços e aplicações do ano atual e a quantidade de titulares de certificados aptos para utilizar serviços e aplicações no ano anterior.

O ISC é medido anualmente e, no exercício de 2019, este índice ainda estava em fase de aperfeiçoamento, isto posto, não houve aferição.

Para subsidiar a coleta de acompanhamento deste indicador, foi desenvolvido durante o exercício de 2019, um catálogo, disponível no endereço <https://aquitemcd.iti.gov.br/>, na qual é possível encontrar serviços, aplicações, sistemas e processos que aceitam o uso do certificado digital no padrão da ICP-Brasil. A página está em constante atualização e poderá prover as informações necessárias para mensurar o indicador.

Indicador IFC – Índice de fraude por certificados emitidos

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
IFC - índice de fraude por certificados emitidos	60%	-	Mensal	%	CGAFI	Maurício	3873	dez/19	0,0036%	0,0072%	0,0%

O indicador IFC mede a incidência de fraudes em certificados digitais comparativamente a quantidade de certificados emitidos. Trata-se de um indicador que reforça a confiança a documentos e transações eletrônicas.

O resultado é obtido pela relação entre a quantidade de fraudes detectadas e a quantidade de certificados emitidos.

O IFC, que é medido mensalmente, tinha como meta até o mês de dezembro o índice de 0,0036%. O resultado do ano de 2019 apresenta um índice de 0,0072%, com um desempenho de 0,0% da meta.

A área observou que o resultado de fraudes detectadas foi maior do que o esperado na projeção, porém não podemos deixar de salientar que 10% do total de fraudes contabilizadas dizem respeito a processos identificados entre 2017 e 2019. A CGAFI está reformulando as ferramentas e sistemas de detecção de fraudes, que serão complementadas por um Modelo Preditivo que irá sinalizar as fraudes antes da efetivação. Com esses novos recursos espera-se diminuir em aproximadamente 70% a quantidade de fraudes efetivadas.

A CGAFI está implementando novos processos e ferramentas para análise de certificados e dossiês de titulares e informa que é necessário revisar a formulação do indicador e as metas atribuídas para melhor refletir a produtividade do ITI no trabalho de detecção e combate às fraudes.

Objetivo Estratégico RE-2 – Ter clientes, governo e demais

partes interessadas satisfeitos

Indicador ISA – Índice de satisfação – ASCOM

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
ISA - Índice de satisfação	100%	+	Anual	%	ASCOM	Brenda	3929	dez/19	Implantar pesquisa	N.M	-

O indicador ISA mede o nível de satisfação mediante aplicação de pesquisa junto ao público de interesse dos serviços do ITI (clientes, governo, cidadão, agentes públicos de destaque, dentre outros). No primeiro ano será elaborada e aplicada a pesquisa para o estabelecimento de metas de desempenho para os anos seguintes.

O resultado é obtido pela pesquisa de satisfação com os clientes.

O ISA é medido anualmente, portanto ainda não houve aferição este índice, porém é preciso o quanto antes iniciar as ações de definição do formato e forma de aplicação da pesquisa.

Objetivo Estratégico DI-1 – Aperfeiçoar, simplificar e consolidar o processo de credenciamento

Indicador ITC – Índice de tempo médio de credenciamento

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
ITC - Índice de tempo médio de credenciamento	100%	-	Trimestral	Qtd de dias	CGAFI	Maurício	3873	dez/19	134	97	127,6%

O indicador ITC mede o tempo médio de credenciamento apurado ao longo do exercício. O prazo é ponderado por tipo de credenciamento, em função dos prazos específicos para cada caso.

O resultado é obtido pela relação entre o tempo médio de credenciamento executado e o tempo de credenciamento definido em norma.

O IAT, que é medido trimestralmente, tinha como meta para ano de 2019 uma média ponderada de 134 dias. O resultado do exercício apresenta uma média de 97 dias com um desempenho de 127,6% em relação à meta.

Não houve credenciamento de ACs de primeiro nível no exercício de 2019, entretanto, houve o credenciamento de 4 (quatro) ACs de segundo nível, sendo 2 (duas) no primeiro trimestre e 2 (duas) no quarto trimestre. O tempo médio de credenciamento de ACs foi reduzido em comparação com os anos anteriores, estando dentro do tempo estipulado pela norma.

O desempenho de credenciamento de ARs foi impactado pela publicação da Resolução nº 151 em 30 de maio de 2019 em que extingui as Instalações Técnicas e Instalações Técnicas Secundárias. Os processos que deram entrada antes daquela foram regularmente analisados, os que ingressaram após a publicação tiveram que se adequar ao normativo, em prazo de 120 dias, prorrogado de mais 20 dias. Os processos já adequados foram analisados regularmente, sendo cumpridos em tempo inferior ao estipulado como meta para 2019.

Considerando que não houve credenciamento de ACs de 1º nível durante todo o ano e AC's de 2º nível no segundo e terceiro trimestre, considerou-se resultado para as AC's de 1º e 2º nível, o prazo em dias previsto na meta.

A análise dos processos de credenciamento de ARs continuaram a sofrer influência do período de adequação à nova norma; levando em conta as solicitações de

credenciamento em conformidade com a atualização da norma. O desempenho de credenciamento de ARs mostrou-se muito bom a partir de alterações no fluxo dos processos, que não passam mais pela PFE, vindo direto à CGAFI, e nem no Gabinete, sendo o deferimento realizado pela DAFN.

Importa observar que as médias foram obtidas a partir das “Estatísticas de Desempenho de Processos” do SEI, podendo haver, portanto, alguma discrepância em função de eventuais catalogações equivocadas do tipo de processo pelo protocolo do ITI.

Objetivo Estratégico DI-3 – Ampliar o papel institucional e a prestação de serviços à sociedade

Projeto: Implantação do SINAID

Ementa: Implantar o Sistema Nacional de Assinatura e Identificação Digital Brasileira.

O projeto encontra-se ainda em tramitação na Câmara dos Deputados, Projeto de Lei N° 7.316-B/2002 em carácter terminativo, na relatoria do Deputado Édio Lopes.

Objetivo Estratégico DI-4 – Garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Certificação Digital nos padrões nacionais e internacionais

Indicador IDC – Índice de disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
IDC - Índice de disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil	100%	+	Mensal	%	CGISI	Gonçalves	3941	jun/19	99,99%	100,00%	100,0%

O indicador IDC mede a disponibilidade da infraestrutura de chaves públicas brasileira – ICP-Brasil, nos termos do DOC-ICP-01 e relatório de disponibilidade. Deve ser equivalente a 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove décimos por cento) do tempo, considerando 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante o exercício.

O resultado é obtido conforme DOC-ICP-01 e relatório de disponibilidade.

Em virtude da alta disponibilidade exigida pelas normas da ICP-Brasil (99,99%), no ambiente seguro principal da AC Raiz, são mantidas duas infraestruturas de rede e internet completamente independentes entre si e também independentes daquela do ambiente seguro de contingência com administração e gerenciamento realizados pelos técnicos do próprio ITI. Além disso, o ITI mantém contrato com empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas do ambiente seguro da AC Raiz,

que são monitorados em regime 24x7 por equipe especializada. Logo, os resultados do 1º e 2º semestre apresentam uma disponibilidade de 100,00%, com um desempenho de 100,0% em relação à meta, indicando a manutenção da disponibilidade prevista.

Projeto: Atualização de Sistema Antifraude

Ementa: Atualização tecnológica do sistema antifraude.

Durante o ano de 2019, ocorreu a implementação de melhorias no algoritmo de detecção de indícios de fraude no Sistema Antifraude. Novas características foram agregadas ao código-fonte do programa, sendo que novos cruzamentos de dados aumentaram a precisão na detecção. Cabe salientar que o status atual do sistema encontra-se em desenvolvimento, com previsão de novas rotinas ficarem prontas ao longo de 2020.

Projeto: Aderência da ICP-Brasil aos padrões internacionais

Ementa: Prestar serviços de Autoridade Certificadora de acordo com princípios e critérios internacionais.

Em junho de 2019, foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 14/2018, firmado entre o ITI e a empresa Ernst & Young Auditores Independentes S/S, que prorrogou o seu prazo de vigência e, ainda, promoveu um acréscimo qualitativo para permitir a realização de auditorias EV (*Extended Validation*) em conformidade com os documentos *WebTrust Principles and Criteria for Certification Authorities – Extended Validation SSL* e *WebTrust Principles and Criteria for Certification Authorities – Extended Validation CodeSigning* uma vez que percebeu-se a necessidade – a partir de demandas apresentadas pelas Autoridades Certificadoras da ICP-Brasil – da obtenção de selo Webtrust Codesign e SSL Extended Validation.

Assim, através do Contrato nº 14/2018 e do seu Primeiro Termo Aditivo foi realizada a auditoria anual baseada nos normativos vigentes, denominados DOC-ICP-01 e DOC-ICP-02, e documentos *WebTrust for Certification Authorities*, para o período de 09 de setembro de 2018 a 08 de setembro de 2019 (exercício 2019), cujos Pareceres Resumo, em português e, também, em inglês, estão disponíveis em <http://www.iti.gov.br/comite-gestor/2-uncategorised/98-extratos-de-auditoria>. As auditorias Point in Time (primeira etapa) para obtenção dos selos SSL e *Codesign* foram realizadas no segundo semestre de 2019 juntamente com a emissão de certificados para duas novas raízes – V10 para SSL e V11 para *Codesigning*. Para conclusão desse processo (Auditoria *Period of Time* – segunda etapa) é necessário que as Autoridades Certificadoras subsequentes emitam certificados de usuário final de acordo com o seu respectivo processo de auditoria *Webtrust*, o que deve acontecer no primeiro semestre de 2020, para que o ITI conclua o seu processo e obtenha os respectivos selos *Webtrust*.

Vale ressaltar que, de acordo com os relatórios apresentados pela empresa de auditoria independente, a AC Raiz está em conformidade com os normativos *WebTrust* e

a partir do momento em que concluir o seu processo de auditoria para obtenção dos selos SSL e *Codesiging*, facilitará, ainda mais, o estabelecimento de acordos internacionais. Com relação à conformidade com os normativos DOC-ICP-01 e DOC-ICP-02 da ICP - Brasil, segundo a empresa de auditoria independente a AC Raiz está no nível adequado, ou seja, conforme critérios para emissão de parecer de auditoria da ICP - Brasil, disponível em <http://antigo.iti.gov.br/images/twiki/URL/pub/Certificacao/AdeIcp/ADE-ICP-08-F-v-1.0-Conceitos.pdf>, sem não conformidades.

Projeto: Protocolo de auditoria e sincronismo de tempo

Ementa: Especificar protocolo padrão para auditoria e sincronismo de tempo para a EAT - Entidade de Auditoria do Tempo da ICP-Brasil.

Os avanços obtidos na infraestrutura da Fonte Confiável do Tempo do ITI exigiram revisão nos requisitos para distribuição do tempo, provocando a suspensão deste projeto no exercício de 2019. Para o próximo exercício deverá ser realizada a referida revisão restabelecendo as necessidades a serem supridas por este projeto.

Projeto: Referência mundial de tempo

Ementa: Tornar o ITI uma das referências mundiais de tempo em conformidade com o INMETRO e BIPM.

No exercício de 2019, o serviço oferecido pela EAT da ICP-Brasil garantiu a exigência em manter sua operação praticamente ininterrupta e com disponibilidade mínima de 99% do Sistema de Carimbo do Tempo. No intuito de prover infraestrutura para operação da Entidade de Carimbo do Tempo foram realizadas no decorrer do exercício, aquisições de equipamentos para aumento de capacidade e disponibilidade da Entidade de Auditoria do Tempo – EAT, sendo: 3 (três) unidades do *Time Code Translator*, 3 (três) unidades de Oscilador de Césio e 4 (quatro) unidades de Receptor GNSS Geodésico. As aquisições feitas no âmbito deste projeto são referentes as execuções dos itens:

- 1) relatório de padronização das tecnologias de disseminação do tempo para FCT;
- 2) relatório de avaliação de consistência técnica e metrológica da cadeia de rastreabilidade entre a FCT ITI e UTC e;
- 3) rede piloto experimental para comparação remota da FCT ITI e UTC.

Tais execuções estão previstas no Acordo de Cooperação Técnica N° 1/2018, que entre si celebram o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI (Processos SEI ITI 99990.001045/2017-18 e 00100.015552/2018-21). Este acordo tem como objeto desenvolvimento de projetos em parceria no campo da metrologia científica, desenvolvimento de sistema para prover rastreabilidade remota para fonte confiável de tempo e treinamento específico e formação de pessoal especializado nas atividades desenvolvidas.

O cronograma de execução está seguindo o plano de trabalho previsto no acordo. O relatório de padronização das tecnologias de disseminação do tempo para a Fonte Confiável do Tempo do ITI (item 1) consistiu em uma avaliação por parte do INMETRO das instalações e equipamentos da FCT e especificações técnicas para as aquisições necessárias para a execução da rede piloto experimental para comparação remota da FCT ITI e UTC (item 3). Com parte das aquisições executadas no exercício do ano de 2019, será possível elaborar relatório de avaliação de consistência técnica e metrológica da cadeia de rastreabilidade entre a FCT ITI e UTC (item 2), atingindo assim os objetivos previstos no acordo e consolidar a FCT como uma escala de tempo dentro dos padrões internacionais.

Projeto: Modernização tecnológica do ambiente seguro (principal e de contingência) da AC Raiz

Ementa: Ampliar e modernizar os subsistemas do ambiente seguro (principal e de contingência) da AC Raiz atualizados tecnologicamente.

No ano de 2019, O ITI cumpriu seu objetivo de garantir o pleno funcionamento da Autoridade Certificadora Raiz - AC Raiz da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, assentada em sua disponibilidade de 99,99%, e deu continuidade ao desenvolvimento e implantação de novas soluções tecnológicas com vistas a garantir a segurança jurídica das transações e documentos eletrônicos realizados com o uso do Certificado Digital ICP – Brasil onde pode ser destacada a seguinte implementação no ambiente seguro principal da AC Raiz da ICP-Brasil:

- Substituição do sistema de climatização redundante da sala-cofre, que se encontrava obsoleto, através da instalação de novos equipamentos mais modernos e com maior capacidade de arrefecimento. Além disso, foi instalado um novo sistema redundante de arrefecimento no ambiente administrativo e realizada a adequação do ambiente de todas as condensadoras dos sistemas de arrefecimento do ambiente seguro a fim de facilitar o acesso e as manutenções preventivas e corretivas.

Objetivo Estratégico DI-6 – Fortalecer a comunicação como forma de reforçar o papel e a imagem institucionais

Indicador IEC – Índice de exposição em canais de comunicação

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
IEC - Índice de exposição em canais de comunicação	100%	+	Trimestral	%	ASCOM	Brenda	3929	dez/19	40,0%	54,5%	136,3%

O indicador IEC mede a exposição do ITI em redes sociais, demonstrando o crescimento da quantidade de seguidores.

O resultado é obtido pela relação entre a quantidade de seguidores em redes sociais (facebook, twitter, instagram e youtube) do ano atual pela quantidade de seguidores em redes sociais no ano anterior.

O IEC, é trimestralmente, tinha como meta para o exercício de 2019 um crescimento de 40,0%, o que equivale ao alcance de 12.701 seguidores. Neste período o ITI alcançou um total de 14.019 seguidores nessas redes sociais sem considerar o número de seguidores da rede LinkedIn, correspondendo a um crescimento de 54,53% em relação aos seguidores de 2018, que totalizaram 9.072, com um desempenho de 136,3% em relação a meta. Destaca-se que a rede LinkedIn foi criada em janeiro de 2019, logo o número total de seguidores de 2019 desconsidera os seguidores da rede LinkedIn.

O início da nova gestão motivou uma dinâmica de reuniões e encontros que geraram pautas e notícias, como a nomeação dos novos membros do Comitê Gestor.

Em junho foram realizadas atividades que motivaram a produção de conteúdo para as redes sociais e para o portal ITI. Entre elas destacamos o 3º Encontro das ACs, abertura das inscrições do CertForum, publicação da Resolução nº 151 e o lançamento do vídeo institucional sobre certificação digital.

Observamos que a produção de conteúdo audiovisual e gráfico contribui para ampliar o número de seguidores. A criação de conteúdo específico e a cobertura de agenda do ITI proporcionaram a difusão de notícias e informações institucionais para diversos públicos.

Tendo em vista que os números indicaram a superação da meta, consideramos que as iniciativas de comunicação, devem ser mantidas com o propósito de realizar uma

cobertura e disseminação de todas as atividades realizadas no ITI e ampliar o número de seguidores nas redes sociais.

O incremento do número de seguidores em junho demonstra que as estratégias de comunicação com a produção de conteúdo próprio (matérias, posts e *cards*) com cobertura das atividades realizadas pelo ITI estão até o momento adequadas para cumprir a meta deste indicador.

Apesar de não haver necessidade de qualquer ação corretiva específica no que diz respeito as ações de comunicação, tendo em vista a evolução dos indicadores, consolidou-se o plano de ação de comunicação com o objetivo de continuar com o crescente número de seguidores e também ampliar o engajamento a partir de 2020, seguindo as diretrizes de comunicação estratégica da ASCOM. Foi observado que existe a necessidade de aprimoramento do índice de exposição assim como proposto uma avaliação do índice atual que diz respeito apenas ao número de seguidores. Desta forma, a proposta de análise qualitativa está sujeita à incorporação de outras informações, como o número de curtidas e compartilhamento. Ressalta-se que devido a dinâmica da área de comunicação e o surgimento de novas tecnologias para redes sociais, há necessidade de incorporar outros canais que podem eventualmente ser criados.

**Objetivo Estratégico AL-1 – Assegurar a autonomia administrativa,
financeira e de gestão de pessoas**

Indicador EOR – Execução do orçamento

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
EOR - Execução do orçamento	100%	+	Mensal	%	COPOM	Geraldo	3889	dez/19	95,00%	95,92%	101,0%

O indicador EOR mede a execução do orçamento autorizado ao longo do exercício. É uma medida de eficiência quanto à aplicação dos recursos necessários ao desenvolvimento do ITI.

O resultado é obtido pela relação entre o valor de execução do orçamento e o valor do orçamento autorizado.

O EOR, que é medido mensalmente, tinha como meta até o mês de dezembro uma execução de 95%.

No início do exercício, o Instituto foi marcado por um contingenciamento de recursos equivalente a 26,2% sobre sua LOA. Diversas medidas foram tomadas para contornar a situação, dentre elas a renegociação de alguns contratos como de aluguel além do fim dos contratos de consultoria, copeiragem e veículos, passando a utilizar o TaxiGov.

No final deste mesmo exercício, recebemos o descontingenciamento do crédito orçamentário total do valor aprovado na LOA. Com isso, foram desenvolvidos todos os esforços para execução das demandas mais prioritárias do Instituto, o que permitiu que fosse adquirido equipamentos para renovar o parque tecnológico como hardwares e softwares, inclusive *storages* e demais equipamentos necessários à manutenção do Sistema Nacional de Certificação Digital da AC Raiz da ICP-Brasil como por exemplo: osciladores de Césio, *timer server*, receptores GNSS, além da aquisição de servidores e estações de trabalho. Também foi possível ampliar os Termos de Cooperação com a Universidade de Santa Catarina e Universidade de Brasília.

O ITI finalizou o exercício de 2019 com uma dotação de crédito da ordem de R\$ 19.785.000,00 e empenhou R\$ 18.977.134,00, ou seja, 95,92% do orçamento. Este resultado corresponde a um desempenho de 101% em relação a meta estabelecida.

Objetivo Estratégico AL-2 – Promover gestão organizacional que favoreça a integração e a inovação tecnológica

Indicador IOP – Índice de otimização de processos

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
IOP - Índice de otimização de processos	100%	+	Trimestral	%	COPOM	Geraldo	3889	dez/19	71%	102,00%	143,7%

O indicador IOP mede o nível de otimização dos processos internos, como métrica de efetividade na promoção da gestão organizacional. Otimizado é a situação de um processo mapeado, reprojeto e implantado.

O resultado é obtido pela relação entre a quantidade de processos otimizados e a quantidade total de processos.

O IOP, que é medido trimestralmente, tinha como meta para o exercício de 2019 uma execução de 71%. O resultado do período apresenta uma execução de 102%, com um desempenho de 143,7% em relação à meta.

No período foram mapeados 64 dos 63 processos previstos para o exercício, conforme relação a seguir:

CGAFI

1. Abrir Posto Provisório PP
2. Gerir Programa Antifraude - AF
3. Gerir Revogação Certificado AC 1
4. Realizar Credenciamento PSConfiança
5. Realizar Fiscalização de PSCs
6. Realizar Fiscalização
7. Realizar Auditoria
8. Realizar Acompanhar a Auditoria da AC Raiz
9. Realizar Credenciamento - AC 1 nível
10. Realizar Credenciamento - AC 2 nível
11. Realizar Credenciamento - ACT - 1
12. Realizar Credenciamento - ACT - 2
13. Realizar Credenciamento - PSBio
14. Realizar Credenciamento Entidade AR
15. Realizar Credenciamento IT
16. Realizar Credenciamento ITS
17. Realizar Renovação Posto Provisório PP-1
18. Realizar Suporte Tecnológico

ASCOM

1. Gerir comunicação Externa
2. Gerir comunicação Interna

COLIC

1. Gerir Contratos e Convênios
2. Gerir Processo Gestão de Contratos
3. Gerir Processo Licitatório
4. Gerir Prorrogação de Contratos
5. Gerir Fiscalização Administrativa
6. Gerir Processo de Pagamentos
7. Gerir Reajuste de Contratos

CGISI

1. Gerir Infraestrutura Tecnológica AC Raiz
2. Gerir Segurança dos Ativos
3. Gerir Acompanhamento da manutenção do ambiente seguro (*ongoing*)
4. Gerir Análise da disponibilidade dos Repositórios da AC Raiz
5. Gerir Atividades do Posto de Monitoração da Sala Cofre

6. Gerir Atividades do Posto de Recepção da Sala Cofre
7. Gerir Atualização de Sistemas – Gestão de Mudança
8. Gerir Cadastro de Acessos físicos e lógicos do CCD
9. Gerir Revisão das documentações (Análise de Risco de Firewall)
10. Gerir Revisão das documentações (Análise e Avaliação de Risco)
11. Gerir Revisão das documentações (Manual de Administração do CCD)
12. Gerir Revisão das documentações (Matriz de Perfil de Acesso)
13. Gerir Revisão das documentações (Plano de Continuidade de Negócios)
14. Gerir Revisão de Acessos Físicos da Sala Cofre
15. Gerir Revisão de Acessos Lógicos (Ativos de Rede)
16. Gerir Revisão de Acessos Lógicos (Servidores Internet)
17. Gerir Revisão de Acessos Lógicos (Servidores Intranet)
18. Gerir Revisão de Acessos Lógicos (Servidores Offline)
19. Gerir Revisão dos manuais de Sistemas e Tabela de Equipamentos (Wiki)
20. Gerir Tratamento de Registros de Acesso

COPOM

1. Gerir Processos
2. Gerir Processos de Mapeamento
3. Gerir Processos de Melhoria
4. Gerir Processos de Monitoramento
5. Gerir Projetos
6. Gerir Planejamento Estratégico
7. Gerir Orçamento
8. Gerir Processos Disciplinares/FalaBr

CGOPE

1. Operar a AC Raiz

CGPOA/PROTOCOLO

1. Gerir Protocolo de Criação de Processo SEI

SEGEP

2. Gerir Nepotismo
3. Gerir Competência de Gestão

DILOG

1. Gerir Patrimônio
2. Gerir Manutenção Predial
3. Gerir Almoxarifado

COTIC

1. Coordenar PDTIC
2. Realizar Suporte Tecnológico

Projeto: Gestão de processos

Ementa: Implantar metodologia de gestão de processos, consistindo na seleção, priorização e otimização dos processos da cadeia de valor, bem como na gestão dos riscos associados.

A Gestão de Processos se torna um fator imprescindível para alcance de resultados organizacionais. No ano de 2019, a metodologia de gestão de processos foi instituída, o que implica no contínuo monitoramento de rotinas. A Gestão de Riscos Associados aos Processos tem como propósito pôr em prática o Programa e o Plano de Integridade e *Compliance* desenvolvidos no ano de 2019, tendo sido a COPOM designada como unidade responsável pela gestão da Integridade e *Compliance*, conforme Portaria n°. 1, de 21 de janeiro de 2019. Dando seguimento, foi aprovado o Plano de Integridade e *Compliance* do ITI por intermédio da Portaria n°. 14 de 15 de abril de 2019, no qual está estabelecido um plano de ação visando o levantamento dos riscos inerentes aos processos da cadeia de valor e os processos não críticos para respaldar possíveis tomada de decisões.

Implantar esta metodologia deve ser percebido como um amadurecimento da forma como os gestores e servidores do Instituto gerenciam suas demandas, como realizam um diagnóstico de problemas, como acompanham seus indicadores e como tomam as decisões necessárias.

Objetivo Estratégico AL-3 – Melhorar as soluções de tecnologia da informação e comunicação mantendo-as compatíveis com as demandas institucionais

Indicador IAT – Índice de atendimento às demandas de TIC

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
IAT - Índice de atendimento às demandas de TIC	50%	+	Mensal	%	COTIC	Felipe	3810	dez/19	99,70%	99,85%	100,15%

O indicador IAT mede as demandas por atendimento ao usuário e por suporte à infraestrutura de TIC conforme o Nível de Serviço (SLA) definido em contrato.

O resultado é obtido pela relação entre a quantidade de demandas atendidas dentro do SLA e o total de demandas atendidas.

O IAT, que é medido trimestralmente, tinha como meta para o exercício de 2019 uma execução de 99,70%. O resultado apresenta uma execução de 99,85%, com um desempenho de 100,15% em relação à meta.

Desta forma, as metas dos níveis de serviço estabelecidas nos instrumentos contratuais, fonte dos dados apresentados, no que tange ao atendimento de chamados, apresentam-se satisfatoriamente atendidas.

5.1. Áreas de Gestão que contribuíram para o Alcance dos Resultados

5.1.1. Gestão de Pessoas

5.1.1.1. Estrutura de pessoal da Unidade

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI não dispõe de quadro próprio de servidores. Sua força de trabalho advém de funcionários e servidores públicos requisitados de outros órgãos, nomeados sem vínculo, e pessoal terceirizado.

Em 31/12/2019, a composição do efetivo foi de 36 cargos de DAS/FCPE, além de 27 servidores sem ocupação de função comissionada. Desse efetivo, 43 são requisitados de outros órgãos do governo, 11 não possuem vínculo com a Administração Pública e 9 são descentralizados.

Ressalta-se que, o quantitativo de funções autorizados pelo Decreto nº 8.985/2017, alterado pelo Decreto nº 9.183/2017, é de 40 DAS/FCPE, restando 04 vagas a serem preenchidas.

O ITI, como órgão integrante do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC), utiliza o sistema SIAPE como fonte de execução e consulta de todos os dados referentes a cadastro e pagamento de pessoal. Como registrado anteriormente, dada a ausência de quadro próprio, não há pessoal inativo e pensionista, tendo cadastrado na folha de pagamento da Unidade, somente o pessoal nomeado em cargos de comissão – DAS/FCPE.

O número de colaboradores da Autarquia para cada tipo de cargo é ilustrado na Tabela 7.

Tabela 7- Força de Trabalho da Unidade – Situação em 31/12/2019

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	46	52	22	21
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3 + 1.2.4)	46	52	22	21
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	6	6	5	6
1.2.3. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas ocupantes de Função Comissionada	40	25	8	13
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos sem ocupação de Função Comissionada	Não há	21	9	2
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores s/ Vínculo com a Administração Pública	Não há	11	7	3
4. Total de Servidores (1+2+3)	46	63	29	24

Fonte: SIAPE

O quantitativo da lotação efetiva, constante no subitem 1.2.4 e item 3, refere-se aos servidores requisitados e sem vínculos, ocupantes de DAS previsto no Decreto 8985/2017, e alterações do Decreto 9183/2017, que também consta na tabela 8 abaixo, pois a força de trabalho da Autarquia é composta pelos ocupantes de DAS/FCPE, servidores de carreira em exercício descentralizado e terceirizados.

Tabela 8 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	31	21
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	31	21
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	8	1
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	23	20
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	5	6
4. Total de Servidores (1+2+3)	36	27

Obs.: Foi considerado como área-fim da Autarquia, o pessoal lotado nas duas Diretorias.

Tabela 9 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Unidade – Situação em 31/12/2019

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	40	36	20	23
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	40	36	3	5
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	3	2	2
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	22	8	13
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	4	3	0
1.2.5. Aposentados	Não há	7	4	3
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	40	36	20	23

Fonte: Decreto nº 5.420/2005, que dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão para o ITI.

Conforme demonstrado no quadro acima, foram autorizados 40 cargos, sendo 24 DAS e 16 FCPE. Em 31.12.2019 o quantitativo efetivamente ocupado era de 36 vagas.

5.1.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Tabela 10 - Despesas de Pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribui- ções	Gratificações DAS	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2019	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2018	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2019	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2018	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2019	5.612	0	733.848	0	86.511	120.543	20.129	0	0	975.643
	2018	4.402	0	873.923	0	16.198	0	89.752	0	0	984.275
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários) (ocupantes de Cargos de DAS)											
Exercícios	2019	0	0	900.562	0	0	21.453	0	0	0	922.005
	2018	0	0	1.007.657	0	0	0	0	0	0	1.007.657
Servidores requisitados com ônus para a UJ											
Exercícios	2019	4.938.614	0	535.685	0	0	163.560	0	0	0	5.637.859
	2018	3.484.037	0	194.118	0	0	0	0	0	0	3.678.155
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2019	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2018	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAPE

Registra-se que, o ITI não possui quadro próprio de pessoal, nem tampouco Plano de Carreira, desde sua criação em 2001. Dessa feita, é necessário o Instituto valer-se de servidores de carreira cedidos por outros órgãos, servidores “sem vínculo” com administração pública e trabalhadores terceirizados para apoio administrativo.

A despesa com servidores requisitados, no exercício de 2019, foi de R\$ 5.637.859,00, os servidores sem vínculo com o montante de R\$ 975.643,00, enquanto os servidores sem vínculo e ocupantes de cargo de DAS encerraram o exercício com o montante de R\$ 922.005,00.

5.1.1.3. Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários

5.1.1.3.1. Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)

Tabela 11 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI													
UG: 243001							CNPJ: 04.039.532/0001-93						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natura	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2018	5	O	06/2018	20.204.491.0001-08	30/05/2018		2	2	0	0	0	0	P
2017	11	O	03/2017	20.204.491.0001-08	15/05/2017		0	0	8	8	0	0	P
2017	11	O	04/2017	20.204.491.0001-08	04/04/2017		0	0	21	21	0	0	P
2017	11	O	05/2017	18.133.134.0001-37	15/05/2017		0	0	0	0	22	22	P

Fonte: Fiscal Contrato de Pessoal Terceirizado

LEGENDA

Área:

- 1.Segurança;
- 2.Transportes;
- 3.Informática;
4. Copeiragem;
- 5.Recepção;
- 6.Reprografia;
- 7.Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis

9. Manutenção de bens imóveis

10. Brigadistas

11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes

12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Tabela 12 - Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2019	2018	2017		
Auxiliar Administrativo Níveis I, II e III	44	42	42	2	0
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
<p>Não houve variação entre os exercícios de 2018 e 2017, não impactando na força de trabalho terceirizado depois da redução significativa ocorrida no exercício de 2015, por conta da restrição orçamentária naquele ano.</p> <p>No exercício de 2019, houve duas contratações para recomposição do efetivo.</p> <p>Considerando-se a inexistência de Plano de Carreira, necessário para o estabelecimento de quadro próprio de servidores, o ITI se vê obrigado a continuar a contratar mão de obra para apoio administrativo para tarefas específicas, muito embora o Instituto venha envidando esforços para atrair servidores de outros órgãos para atuarem em diversas frentes.</p>					

Fonte: Fiscal Contrato de Pessoal Terceirizado

5.1.1.3.2. Contratação de Estagiários

A contratação de estagiários no decorrer de 2019 está espelhada no quadro abaixo:

Tabela 13 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	09	11	09	09	
1.1 Área Fim	02	03	02	04	
1.2 Área Meio	07	07	07	05	
2. Nível Médio	05	04	04	01	
2.1 Área Fim	01	01	01	00	
2.2 Área Meio	04	03	03	01	
3. Total (1+2)	14	15	13	10	R\$ 33.062,66

Fonte: SIAFI/SIAPE

Análise Crítica

As contratações de estagiários são realizadas considerando a necessidade das áreas demandantes, observada a correlação do curso com as atividades a serem desempenhadas no ITI.

Ressalta-se que as contratações em questão, foram efetuadas dentro do quantitativo de vagas autorizadas pelo então Ministério do Planejamento hoje, Ministério da Economia, num total de 19 vagas.

5.1.2. Gestão Patrimonial

5.1.2.1. Gestão do Patrimônio da União

5.1.2.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

O ITI não dispõe de imóvel próprio, em que pese as diversas gestões nesse sentido.

5.1.2.3. Cessão de espaços físicos e imóveis a Órgãos e entidades Públicas ou Privadas

O ITI não dispõe de imóvel próprio e, portanto, não tem espaços físicos ou imóveis cedidos a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas.

5.1.2.4. Informações sobre imóveis locados de terceiros

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação possui contrato de locação de imóvel localizado na área central de Brasília (SCN Quadra 02, Bloco E), com área de 3.200 m², para as suas instalações, visto que não dispõe de imóvel próprio, não faz uso de imóveis de propriedade da União, e nem de imóveis funcionais.

Registra-se que a manutenção predial, no sentido de reparos do sistema elétrico e hidráulico, sempre que necessário, é solicitado para o proprietário do imóvel que disponibiliza seus técnicos para realizá-lo, ficando às expensas do ITI as despesas com manutenção do sistema de ar-condicionado, elevador, serviços de limpeza e vigilância.

Tabela 14 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2019	Exercício 2018
BRASIL	DF	1	1
Brasília		1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS	0	0
		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	

Fonte: Contrato nº 03/2016 - Processo nº 00100.000154/2016-49 e 99990.000296/2017-77.

5.1.3. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

5.1.3.1. Conformidades Legal ou no estabelecido no Regimento Interno

Regimento interno, Portaria 20, de 28 de fevereiro de 2018, Art. 14 - À Divisão de Recursos Logísticos, compete:

I - Executar e controlar as atividades relacionadas a:

- a) patrimônio;
- b) almoxarifado;
- c) concessão de diárias e passagens;
- d) serviços de transporte de pessoas e materiais;
- e) vigilância;
- f) limpeza;
- g) protocolo e arquivos;
- h) administração predial;
- i) demais serviços administrativos de apoio logístico; e

II - realizar outras atividades determinadas pelo Coordenador Geral da CGPOA do ITI.

5.1.3.2. Principais Investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do custo benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos

Não houve investimento de capital no item que trata da infraestrutura, por parte deste Instituto, tendo em vista que o ITI-PR, possui contrato de locação de imóvel, e os investimentos, sempre que necessário, são realizados pelo proprietário do imóvel.

No que se refere aos itens de investimento de capital de equipamentos e mobiliário, foram adquiridos no ano de 2019 os itens descritos na Tabela 34, totalizando R\$ 996.640,00.

Tabela 15 – Entrada de bens no exercício de 2019

ITEM	MÊS DE ENTRADA	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR
1	04/2019	HSM	4	R\$ 720.000,00
2	06/2019	HSM	2	R\$ 360.000,00
3	06/2019	GNSS	2	R\$ 290.000,00
4	06/2019	TOTEM	2	R\$ 3.400,00
5	07/2019	HSM	1	R\$ 180.000,00
6	08/2019	HSM	2	R\$ 360.000,00
7	09/2019	SERVIDOR	3	R\$ 724.000,00
8	09/2019	HSM	1	R\$ 180.000,00
9	09/2019	CAFETEIRA	1	R\$ 239,00
10	09/2019	COFRE	1	R\$ 446,40
11	11/2019	KIT DE SOM	1	R\$ 1.785,30
			TOTAL	R\$ 2.819.870,70

Tabela 16 – Entrada de bens no exercício de 2020

Os itens abaixo foram adquiridos no exercício de 2019 e estão inscritos em Restos a Pagar.

ITEM	MÊS DE ENTRADA	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR
1	01/2020	TV	1	R\$ 1.174,00
2	02/2020	DESKTOP	4	R\$ 57.180,00
3		CADEIRAS E MESA	9	R\$ 12.600,00
4		SERVIDORES	6	R\$ 471.540,00
5		NOTEBOOK	22	R\$ 104.346,00
6		DESKTOP	55	R\$ 349.800,00
			TOTAL	R\$ 996.640,00

5.1.3.3. Desfazimento de ativos

No exercício de 2019 houve desfazimento de bens no valor total de R\$ 18.846,34 conforme descrito na tabela 35.

Tabela 17 – Desfazimento de bens

ITEM	MÊS DE ENTRADA	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR
1	08/2019	DIREITO DE SOFTWARE LIVRE E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1	47,06
2	08/2019	MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO	1	R\$ 53,58
3	08/2019	ESTABILIZADOR	1	R\$ 242,00
4	08/2019	NOTEBOOK	1	R\$ 7.800,00
5	08/2019	SWITCH	1	R\$ 4.830,00
6	08/2019	POLTRONA EM COURO PRETA	1	R\$ 1.874,71
8	11/2019	NOTEBOOK	1	R\$ 3.999,00
			TOTAL	R\$ 18.846,35

5.1.3.4. Principais custos com serviços

- Vigilância: R\$ 742.100,07 (setecentos e quarenta e dois mil, cem reais e sete centavos);
- Limpeza: R\$ 146.093,20 (cento e quarenta e seis mil, noventa e três reais e vinte centavos);
- Energia elétrica: R\$ 314.809,91 (trezentos e quatorze mil, oitocentos e nove reais e noventa e um centavos);
- CAESB: R\$ 29.316,64 (vinte e nove mil, trezentos e dezesseis reais e sessenta e quatro centavos);
- CORREIOS: R\$ 1.117,80 (mil, cento e dezessete reais e oitenta centavos);
- OVER ELEVADORES: R\$ 4.561,07 (quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e sete centavos);
- ARCADE: R\$ 19.901,00 (dezenove mil, novecentos e um reais);

- LOVARTH: R\$ 11.999,95 (onze mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos).
- TRANSPORTE: R\$ 68.519,16 (sessenta e oito mil, quinhentos e dezenove reais e dezesseis centavos).
- COPEIRAGEM E GARÇOM: R\$ 137.148,39 (cento e trinta e sete mil, cento e quarenta e oito reais e trinta e nove centavos).

Vale ressaltar que ambos os contratos de transporte e copeiragem foram encerrados no início de 2019 haja vista o contingenciamento que esta Autarquia sofreu. Ao invés do carro, todos passaram a utilizar o TáxiGov, se beneficiando de uma considerável economia mensal.

5.1.3.5. Custos com terceirização de administrativos

- ADM I: R\$ 494.742,53 (quatrocentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e três centavos);
- ADM II: R\$ 1.284.948,28 (um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil, novecentos e quarenta e oito reais e vinte e oito centavos);
- ADM III: R\$ 1.697.179,16 (um milhão, seiscentos e noventa e sete mil, cento e setenta e nove reais e dezesseis centavos);
- RECEPÇÃO: R\$ 106.060,73 (cento e seis mil, sessenta reais e setenta e três centavos).

5.1.4. Principais desafios e Ações Futuras

5.1.4.1. Principais desafios

- Aperfeiçoar o controle de patrimônio e materiais de consumo;
- Melhorar a segurança com aparelhamento de CFTV (circuito fechado de televisão); e
- Qualificação de servidores.

5.1.4.2. Ações futuras

- Requisitar mais servidores;
- Adquirir aparelhamentos modernos para o controle do patrimônio, aperfeiçoar com treinamentos os servidores para controle de patrimônio e materiais de consumo; e
- Contratação de cursos para aperfeiçoamento dos servidores.

5.1.5. Gestão da Tecnologia da Informação

5.1.5.1. Conformidade Legal

A Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicações – COTIC foi institucionalizada pela Portaria 20/2018, de 28 de fevereiro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI.

5.1.5.2. Modelo de Governança de TI

O Instituto dispõe de um Comitê de Governança, Riscos, Controle e Governança Digital – CGRD-GD, criado em junho de 2017 que, em substituição ao antigo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI – é responsável por deliberar sobre as demandas de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC – apresentadas pelas diversas áreas, assim como elaborar e aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTIC. O Comitê é composto por 3 (três) integrantes, a saber:

- a) Diretor-Presidente do ITI;
- b) Diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas; e
- c) Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normatização.

5.1.5.3. Montante de Recursos Aplicados em TI

Tabela 18 – Custeio

3 - CUSTEIO	
Empresa / Serviço	Valor Contratado
TECNOSET OUTSOURCING DE IMPRESSÃO c-04/2018	R\$ 29.035,59
SANTOS & CIA LTDA-ME c-09/2019	R\$ 225.000,00
TELEFONIA CELULAR TIM MÓVEL c-09/2017	R\$ 16.452,12
TELEFONIA CLARO c-15/2018	R\$ 2.065,09
MESOTEC IMFORMÁTICA - c-08/2017	R\$ 524.361,48
SERPRO-INFOVIA – c-02/2018	R\$ 467.482,32
COMPWIRE Manutenção <i>Storage</i> – Serviços de TI – c-07/2015	R\$ 83.567,16
ARCADE - REMANEJAMENTO DE PONTOS LOGICOS c-07/2018	R\$ 295.400,00
UNITECH RIO - Manutenção de suporte técnico para as unid. robóticas de backup da AC Raiz – c-12/2017	R\$ 183.000,00
EVO SDK –E-SEC Tecnologia em Segurança de Dados – c-06/2015	R\$ 19.583,64
CLICK SENSE C-18/2017	R\$ 81.680,00
TOTAL CUSTEIO	R\$ 1.927.627,40

Tabela 19 – Investimento

4 - INVESTIMENTO	
Empresa / Serviço	Valor Contratado
Servidores Dell (00100.007211/2019-63)	R\$471.540,00
Storage (00100.006601/2019-16)	R\$ 1.070.000,00
Desktop (00100.002973/2019-73)	R\$ 349.800,00
Notebooks (00100.002973/2019-73)	R\$ 104.346,00
Estacoes Alto desempenho (00100.006913/2019-20)	R\$ 57.180,00
Contratação de HDs para CFTV (00100.005816/2019-10)	R\$ 2.820,00
TOTAL INVESTIMENTO	R\$ 1.749.686,00
TOTAL	R\$ 3.805.372,00

5.1.6. Principais iniciativas (sistema e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

5.1.6.1. Principais Sistemas de Informação

Os principais sistemas computacionais que atendem aos macroprocessos finalísticos e objetivos estratégicos do ITI estão relacionados abaixo e possuem criticidade alta, sendo monitorados no modelo 24x7 com acordo de nível mínimo de serviço de 99% de disponibilidade (mensal).

Tabela 20 – Principais Sistemas de Informação

NOME DO SISTEMA	OBJETIVOS E PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL DA ÁREA DE NEGÓCIO
ANTIFRAUDE (SAF)	Comunicação e detecção de tentativas e ocorrências de fraudes entre as entidades pertencentes a ICP-Brasil	COTIC	CGAFI
CADASTRO	Mantém informações cadastrais das entidades participantes da ICP-Brasil	COTIC	CGAFI
FISCALIZAÇÃO	Possibilita o gerenciamento dos trabalhos de fiscalização nas entidades integrantes da ICP-Brasil	COTIC	CGAFI
AUDITORIA	Contém informações de controles de auditoria realizadas pelo ITI, empresas de auditoria independentes e auditorias internas da ICP-Brasil	COTIC	CGAFI
MAPA BRASIL DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL	Sistema de mapeamento e divulgação dos postos de atendimento para emissão de certificado digital em uma determinada região ou em todo o Brasil	COTIC	CGAFI
SEI	Sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos	COTIC	CGPOA
PORTAL INSTITUCIONAL	Portal que disponibiliza informações do ITI e da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, bem como normas e regulamentações sobre a certificação digital	COTIC	CGPOA
INTRANET	Canal de interação entre o ITI e seus funcionários com a disponibilização de notícias e serviços.	COTIC	CGPOA

5.1.6.2. Projetos

5.1.6.2.1. Atualização do Parque Tecnológico do ITI

- ampliação do *Storage*;
- aquisição de notebook e desktop;
- estações de alto desempenho para a ASCOM;
- servidores de infraestrutura de rede.

5.1.6.2.2. Nova contratação de infraestrutura de rede

5.1.6.3. Resultados

Todos os projetos encontram-se concluídos.

5.1.6.3.1. Resultados do projeto “Atualização do parque tecnológico do ITI”

- Evolução da infraestrutura de armazenamento, conectividade e do parque de ativos;
- Melhora das soluções de tecnologia da informação e comunicação mantendo-as compatíveis com as demandas institucionais;
- Promoção da gestão organizacional que favoreça a integração e a inovação Tecnológica;
- Modernização de infraestrutura de rede de dados do ITI;
- Aprimoramento das ferramentas de comunicação institucionais;
- Fornecimento das ferramentas e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação adequadas para as necessidades de negócio do ITI;
- Expansão de capacidade de armazenamento de dados;
- Aprimoramento de serviços e governança de TIC;
- Integração de bases de dados e sistemas;
- Aperfeiçoamento dos processos de gestão da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil;
- Otimização da gestão dos recursos de TIC do ITI.

5.1.6.3.2. Resultados do projeto “Nova contratação de suporte ao usuário final”

- Novo contrato suporte ao usuário final;
- Contratação de serviços por resultado, efetuando o pagamento com base nos resultados alcançados e verificados por meio dos níveis mínimos de serviço;
- Realização de melhorias identificadas ao longo do período de prestação do serviço;
- Garantia de adequação e controle dos serviços administrados pela COTIC, provendo suporte especial às áreas estratégicas do ITI.
- Garantia de que os serviços sejam prestados com agilidade por equipe

especializada e dedicada exclusivamente à administração do ambiente de infraestrutura da Autarquia.

- Oferta de um serviço profissional de TI visando a constante busca pela melhoria na qualidade dos serviços prestados ao Órgão;
- Uso e incorporação das melhores práticas de mercado na área de infraestrutura;
- Redução dos riscos de interrupção dos serviços de TI.

5.1.7. Segurança da Informação

5.1.7.1. CGRC-GD

O CGRC-GD do ITI, instituído por meio da publicação da Portaria nº 16, de 9 de fevereiro de 2018, de caráter estratégico e deliberativo, é composto por representantes das unidades organizacionais e tem por finalidade deliberar sobre políticas, diretrizes e planos relativos à TIC e à Governança Digital.

5.1.7.2. POSIC

Em 2018 iniciou-se a revisão da Política de Segurança da Informação (POSIC) para instituição do Comitê de Segurança da Informação, em atendimento ao Decreto nº 9.637 (SEI 0294521), instituindo a nova Política Nacional de Segurança da Informação e dispendo sobre a governança da segurança da informação para a Administração Pública Federal – APF. Em 2019, ocorreu o processo de consolidação de uma minuta de atualização da portaria em tela ainda pendente de aprovação final e publicação.

5.1.8. Principais desafios e Ações Futuras

5.1.8.1. Aprimorar o Parque Tecnológico do ITI

Esta Coordenação planeja continuar expandido as contratações de ativos de infraestrutura visando o aprimoramento do parque tecnológico do ITI. Para isto, há a previsão de algumas aquisições, tais como:

- para o ambiente de Segurança: Firewall;
- para o ambiente de Rede: Switches, Ambiente de Virtualização de Máquinas;
- aquisição de software de escritório Microsoft Office;
- ambiente de desenvolvimento de software, com a contratação de duas fábricas de Software e de Métricas de Desenvolvimento.

5.1.8.2. Atualizar normativos do órgão

Além de aprimorar o Parque Tecnológico, o Instituto almeja atualizar alguns normativos, tais como, do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTIC e da Política de Segurança da Informação – POSIC.

5.1.8.3. Confeccionar normativos

Os normativos são confeccionados à medida da necessidade ou quando a legislação assim exigir.

5.1.9. Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC)

O Instituto desenvolveu um Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC – 2019-2020, que norteia todas as decisões relativas a Tecnologia da Informação, disponível no sítio <https://www.iti.gov.br/institucional/43-institucional/508-plano-diretor-de-tecnologia-da-informacao-pdti>.

O PDTIC é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação, permitindo o direcionamento das ações e projetos de TIC de todas as unidades organizacionais do ITI, a fim de garantir eficiência e eficácia na gestão de TIC.

Atualmente o ITI está em fase de revisão do PDTIC 2019-2020 para Elaboração do PDTIC 2021-2022.

- **Treinamentos realizados:** Foi realizado um treinamento de pessoal no período 02 a 06 de dezembro de 2019 chamado *RootDay - Web Conference*, que é um evento online de Tecnologia da Informação no Brasil, com palestras sobre Segurança da Informação, Proteção de Dados e LGPD para 5(cinco) servidores;
- **Quantitativo de pessoas da COTIC:**

A Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicações atualmente conta com 17 (dezesete) colaboradores, entre eles:

- 1 (um) Coordenador de Tecnologia da Informação e Comunicações
- 4 (quatro) Analistas em Tecnologia da Informação – ATI
- 1 (um) Engenheiro (Eletricista / Eletrônico)
- 1 (um) Analista de Sistemas
- 4 (quatro) terceirizados na equipe de Administração de Redes

- 3 (três) terceirizados na equipe de Atendimento ao Usuário
- 2 (dois) estagiários, um na área administrativa e o outro na área de TI
- 1 (um) terceirizado atuando como auxiliar administrativo

5.1.10. Descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TI implantados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado

Tabela 21 – Descrição dos processos

Serviços	Processos	Descrição
Suporte e Atendimento ao usuário de TIC Infraestrutura de TIC	Gerenciamento de Incidente, Gerenciamento Nível de Serviço e Gerenciamento de problema	A Área recebe a comunicação dos incidentes de TI pela ferramenta de gerenciamento de Chamados – OTRS e realiza o tratamento dos incidentes de TI. O monitoramento dos Níveis Mínimos de Serviço estabelecidos contratualmente entre o ITI e a empresa contratada para prestação dos serviços de suporte e atendimento aos usuários de TI também é realizado por meio da ferramenta. Para registro de problemas conhecidos e sua resolução definitiva utiliza-se o Redmine.

5.1.11. Gestão de Licitações e Contratos

5.1.11.1. Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios – COLIC

A Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios – COLIC, tem como principais atribuições a realização das compras e a condução dos processos licitatórios, incluindo a realização de pregões, dispensa e inexigibilidade, bem como gestão dos Contratos, Convênios e Fiscalização Administrativa. Sendo o processo licitatório o principal macro processo, resultando na aquisição de bens e serviços para o ITI.

As principais responsabilidades do setor podem ser observadas conforme tabela abaixo:

Tabela 22 – Principais responsabilidades do setor

ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL	OBJETIVOS E PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	COORDENAÇÃO
LICITAÇÃO	É através do procedimento da licitação que a Administração Pública objetiva selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de bens e serviços, mediante contratação de seu interesse.	COLIC
CONTRATOS	Conjunto de procedimentos, medidas de controles que visam a correta administração das contratações, discussão e redação de cláusulas na formalização dos contratos, assim com negociação, prorrogação e encerramento.	COLIC
FISCALIZAÇÃO	A fiscalização tem como objeto avaliar a gestão das obrigações tributaria e trabalhistas da contratada. Esse processo consiste, basicamente, em capturar dados e informações, analisar, produzir um diagnóstico e aplicar as decisões legalmete cabíveis.	COLIC
PAGAMENTO	Se resume na avaliação de todo os dados dos serviços prestados assim como os valores apresentados e as documentações/certidões, para assim, poder providenciar a realização de pagamento.	COLIC

5.1.12. Conformidade com a Gestão

Dentre as contratações efetuadas, os principais enquadramentos são:

- Contratação de empresa remanescente: artigo 24, inciso XI da Lei nº 8.666/1993;
- Contratações de baixo valor (artigo 24, inciso II da Lei nº 8666/1993);
- Inexigibilidade, enquadrada no artigo 25 caput da Lei nº 8.666/1993;
- Pregão Eletrônico: Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 10.024/2019;

- Regime Diferenciado de Contratações: Lei nº 1.2462/2011; e
- Enquadramento em todas as normas e manuais dos órgãos de controle e fiscalização, assim como em todas as instruções normativas, de acordo com cada peculiaridade na gestão e contratação a ser realizada.

5.1.13. Detalhamento da Operações

Tabela 23 – Licitações

Processo de Contratações no período de 2019	
Modalidade	Quantidade
Adesão a ata	5
Pregão concluído	7
Pregão revogados	5
Dispensa de licitação	21
Inexigibilidade	5
TED recebido	3
TED disponibilizado	1
Total de contratação	42

Tabela 24 – Detalhamento da Gestão de Contratos

Processo de Acompanhamento no período de 2019	
Contratos	Quantidade
Criados	16
Prorrogados	36
Encerrados	19
Total de contratos vigentes	50

Tabela 25 – Detalhamento da Fiscalização e Pagamentos

Processo de Acompanhamento no período de 2019	
Contratos	Quantidade
Ocorrências	19
Notificações	19
Advertência	1
Multa	4
Glosas realizadas	6
Pagamento vetado	8
Pagamentos encaminhados	616
Total de ocorrências resolvidas	19

Tabela 26 – Detalhamento dos Gastos por Finalidade

Funcionamento Administrativo - Detalhamento	
Modalidade	Estimativa Anual
Locação de imóvel	R\$ 1.260.645,78
Energia	R\$ 345.000,00
Água	R\$ 35.007,39
Apoio administrativo	R\$ 4.158.939,71
Vigilância	R\$ 1.379.283,36
Limpeza	R\$ 151.220,49
Manutenção dos bens móveis e imóveis	R\$ 2.205.804,44
Passagens	R\$ 359.381,10
Telefonia	R\$ 16.452,12

5.1.14. Projetos Implementados e Resultados

- Implantação da conta depósito em garantia (Conta Vinculada): Segurança financeira aos funcionários prestadores de serviços terceirizados, onde estão com seus direitos trabalhistas sendo reservados mensalmente, para uma futura necessidade ter os valores garantidos, evitando o risco de inadimplência pela contratada.
- Convênios realizados por meio de TED: Simplifica os procedimentos na formulação da demanda; diminui a burocracia; aumenta a agilidade nas tratativas e ganho de tempo real para a realização dos projetos de forma jurídica e transparente.
- Fiscalização com novos critérios nos contratos administrativos: Redução de falhas na execução dos contratos; aumento na qualidade da prestação dos serviços pelas contratadas e pagamentos realizados de acordo com os serviços realmente prestados.
- Sistematização do ponto de controle de demanda: Aperfeiçoamento das rotinas e dos processos de trabalho de cada seção, aumentando a eficácia, eficiência e efetividade dos serviços prestados, por meio da eliminação do retrabalho, da redução dos custos e do tempo de execução, assim como a uniformização da linguagem e implementação de sistema de monitoramento das ações.
- Revisão de todos os contratos passíveis de encerramento ou redução: Economicidade no orçamento do órgão com a redução no número de contratos, como por exemplo, de copeirarem e garçom, manutenção do aparelho de raio-x, transporte e nos valores de alguns contratos, por exemplo o de aluguel e manutenção de elevador, sem que houvesse prejuízo aos serviços prestados.
- Implementando o sistema contas da AGU: Possibilidade de acompanhar a gestão dos contratos de forma mais prática e completa.
- Correção dos custos não renováveis: Redução dos valores dos contratos.
- Contratação da Kryptus para o TSE: Disponibilidade dos mesmos serviços para o ITI.

5.1.15. Desafios e Riscos na Gestão de Licitações e Contratos

A qualificação do pessoal assume uma grande importância no andamento dos processos, inclusive, em decorrência das recorrentes mudanças da legislação na gestão de licitações e contratos.

5.1.16. Objetivos Estratégicos

As boas práticas da gestão de licitações e contratos visam criar condições para que os objetivos estratégicos finalísticos possam ser plenamente trabalhados e alcançados. Dessa forma, prestando apoio para que o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação atinja sua missão institucional.

5.1.17. Quantitativos de Colaboradores

A Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios atualmente conta com 10 (dez) prestadores de serviços, dentre eles:

- 1 (um) Coordenador de Licitações, Contratos e Convênios;
- 2 (dois) Analistas na área de licitação, (sendo 2 requisitados, 1 (um) da Eletrobras e 1 (um) da Ebserh);
- 2 (dois) Analistas na área de contratos, (sendo 2 requisitados, 1 (um) da Serpro e 1 (um) da Ebserh);
- 1 (um) Analista na área de fiscalização administrativa e pagamentos, (requisitado da Serpro);
- 1 (um) Auxiliar Administrativo Terceirizado na área de licitação;
- 2 (dois) Auxiliares Administrativos Terceirizados na área de contratos; e
- 1 (um) Auxiliar Administrativo Terceirizado na área de fiscalização administrativa e pagamentos.

5.1.18. Conclusão

Em 2019, as novas contratações concluídas somaram um total de **R\$ 8.788.440,78**.

A área de Licitações finalizou 7 (sete) pregões, 21 (vinte e uma) dispensas de licitação, 5 (cinco) adesões a atas de registro de preços, 5 (cinco) inexigibilidades, 1 (um) TED disponibilizado e 3 (três) TED recebidos, somando 42 (quarenta e dois) procedimentos concluídos.

Por sua vez, a área de Gestão e Contratos foi responsável pela macrogestão de cerca de 50 (cinquenta) contratos administrativos vigentes.

A maior demandante de novas contratações em termos financeiros foi a Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas (DINFRA). Por sua vez, a (Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicações (COTIC) foi a segunda maior demandante em termos reais e ao número de aquisições.

Os fatos elencados acima demonstram a dimensão da responsabilidade da DINFRA no provimento de estrutura e infraestrutura de chave pública para todo o Brasil. Do mesmo modo, também se ressalta a importância da COTIC, coordenação que está relacionada às contratações para melhoria da área de tecnologia e comunicação do Instituto.

No que diz respeito a fiscalização, foi realizado 19 ocorrências, sendo 1 (uma) advertência, 4 (quatro) multas, 6 (seis) glosas e 8 (oito) pagamentos retidos os quais não serão realizados, totalizando 19 (dezenove) ocorrências solucionadas e 616 pagamentos encaminhados ao setor de execução financeira.

Em 2019, a COLIC também buscou aumentar a sua produtividade, de forma a resultar na diminuição dos prazos de instrução processual. Desse modo, a duração média da fase interna das contratações via pregão atingiu, no último trimestre desse ano, o menor patamar da série história.

Disponibilizou curso para os servidores do setor, tais como: gestão de contratos e atualização do novo decreto 10.024 de 2019 que trata das contratações e aquisições de bens e serviços na modalidade de pregão eletrônico.

Para o ano de 2020, a coordenação mantém a sua busca por melhorias contínuas, pelo atendimento dos prazos das instruções processuais, pela otimização dos fluxos de trabalho, pela motivação e capacitação de seus colaboradores e pelo aprimoramento da comunicação com os demais setores do Instituto, sobretudo aqueles que cuidam da fiscalização e gestão de contratos. A COLIC também continua buscando dar, cada vez mais, transparência aos seus processos de trabalho e a todos os processos de contratação do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI.

5.2. Relacionamento com a Sociedade

5.2.1. Canais de acesso do Cidadão

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, possui os seguintes canais públicos que permitem interação com o cidadão:

- **Serviço de Informações ao Cidadão – SIC**

Em 2019, o relacionamento do público externo com o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI e a solicitação de informações passaram a ser realizadas pelo Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, regulamentado pela Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/2011), conforme publicada na [Portaria nº 22](#), de 15 de maio de 2019, do Diário Oficial da União – DOU. Os pedidos de informações devem ser encaminhados diretamente pelo [Sistema e-SIC](#), que pode ser acessado no site do ITI, na seção Acesso à Informação. As solicitações ainda podem ser realizadas pelo telefone (61) 3424 -3830, pelo e-mail: sic_iti@iti.gov.br

- **Serviço de Informações ao Cidadão – SIC – Informações presenciais.**

No caso de atendimento presencial, o representante do SIC poderá registrar diretamente o pedido do interessado no e-SIC ou fornecer ao requerente o formulário impresso com posterior registro no sistema. O horário de atendimento é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 9h às 18h, na sede do ITI (Setor Comercial Norte - Quadra 2, Bloco E - Asa Norte, Brasília /DF). O prazo para atendimento é de até 20 dias, sendo possível sua prorrogação por outros 10 dias mediante justificativa ou fundamento legal.

Ao comparar o exercício de 2018 com 2019, observa-se na tabela abaixo, uma considerável redução tanto no número de ligações recebidas quanto nas informações presenciais, por motivo da extinção dos Postos Provisórios quanto das Instalações Técnicas e Instalações Técnicas Secundárias conforme Resolução nº 151 de maio de 2019, Instalação Técnica, Instalação Técnica Secundária e Posto Provisório não existem mais.

Tabela 27 - Quantitativo de Solicitações Via SIC

SIC - SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO			
	2018	2019	%
Ligações Recebidas	5.610	2.027	-63,87%
Informações Presenciais	71	40	-43,66%

- **Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – e-SIC**

O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - e-SIC permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal. O cidadão ainda pode entrar com recursos e apresentar reclamações sem burocracia. Antes de solicitar informação, é recomendável que se leia o [Manual do Usuário](#) e conheça os procedimentos para fazer sua solicitação.

No período houve um total de 301 pedidos de acesso à informação, sendo que 100% destes pedidos foram respondidos dentro do prazo. Os 10 (dez) temas mais requeridos pelos cidadãos, conforme os termos constantes do Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE) encontra-se conforme tabela abaixo:

Tabela 28 – Temas das solicitações

Temas das solicitações (Top 10)		
Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Ciência, Informação e Comunicação - Ciência e Tecnologia	173	57,48%
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso	120	39,87%
Ciência, Informação e Comunicação - Comunicação	2	0,66%
Justiça e Legislação - Legislação e jurisprudência	2	0,66%
Transportes e trânsito - Transporte rodoviário	1	0,33%
Pessoa, família e sociedade - Pessoa	1	0,33%
Educação - Assistência ao estudante	1	0,33%
Economia e Finanças - Administração financeira	1	0,33%

- **E-mail contato**

O relacionamento do público externo com o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI e a solicitação de informações passam a ser realizados exclusivamente pelo Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, regulamentado pela Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/2011). Assim, o Canal Centralizado de Comunicação (por meio do endereço de e-mail contato@iti.gov.br) não estará mais disponível para esse atendimento. A decisão foi publicada na Portaria nº 22, de 15 de maio de 2019, do Diário Oficial da União – DOU.

- **Portaria Institucional**

Em 2019, foram realizadas algumas alterações no portal (<https://www.iti.gov.br/>) com a inclusão de novas sessões, entre elas:

- ITI na Mídia (<https://www.iti.gov.br/iti-na-midia>), que mostra a repercussão de notícias sobre o ITI nos veículos de imprensa;
- Artigos (<https://www.iti.gov.br/artigos/110-artigos-iti>), que publica a opinião dos técnicos da instituição sobre a ICP-Brasil;

- **Opinião do Diretor Presidente**

Em 2019, o portal oficial recebeu 1.752.682 visitas. Essas informações são fornecidas pelo serviço gratuito do Google Analytics. (<https://www.iti.gov.br/artigos-do-diretor-presidente>)

- **Portal do Verificador de Conformidade de Assinaturas Digitais - ICP – Brasil:**

<https://verificador.iti.gov.br/>

- **CertForum - <https://certforum.iti.gov.br/2019/>**

O Certforum é um evento realizado pelo ITI em parceria com outras organizações para discutir o segmento de certificação digital no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas – ICP-Brasil. O portal, um dos canais de comunicação para difundir o evento, é criado anualmente para atender às especificidades de cada edição. Isso significa que o link para acesso está disponível aos usuários a partir do final do 1^a trimestre de cada ano, quando tem início a divulgação dos temas e assuntos relativos ao evento. Ressaltamos que essa particularidade reflete na avaliação dos indicadores definidos anteriormente pelo Planejamento Estratégico – ITI, já que foram criados para aferir o índice de exposição em canais de comunicação, correspondendo ao “Objetivo Estratégico DI-6” para Fortalecer a comunicação como forma de reforçar o papel e a imagem institucionais. Em 2019, houve 14.782 visitas. O tempo médio de visita é de 00:00:26. Essas informações são fornecidas pelo serviço gratuito do Google *Analytics*.

- **Aplicativo CertForum**

Em 2019, foi criado um aplicativo exclusivo (<https://certforum.iti.gov.br/2019/aplicativo/>), disponível em sistemas iOS e Android, com o objetivo de oferecer ao usuário todas as informações sobre o evento de forma simples e interativa. O aplicativo era gratuito e oferecia a opção de realizar a inscrição, acessar a programação e conhecer os palestrantes além de acesso às notícias sobre o evento em tempo real. Um vídeo foi produzido pela ASCOM para divulgar o aplicativo https://youtu.be/mA9_L8PFDqc

- **Aqui tem CD**

<https://aquitemcd.iti.gov.br/> – No site, lançado em 17 de novembro de 2019, o cidadão encontra informações sobre serviços, aplicações, sistemas e processos que aceitam o uso do seu certificado digital no padrão da ICP-Brasil. Desde a divulgação do serviço, a página teve mais de 60 mil visualizações e registra mais de 12 mil visitas únicas. O tempo médio de visita é de 00:02:21. Essas informações são fornecidas pelo serviço gratuito do Google *Analytics*.

- **E-OUV**

As manifestações recebidas do e-OUV totalizaram 128 (cento e vinte e oito). Deste quantitativo, apenas 50% foram atendidas dentro do prazo devido à ausência de recursos humanos para a execução da tarefa. Entretanto, mesmo o cumprimento do restante tendo sido dado fora do prazo, todas as manifestações foram atendidas. Salienta-se, por oportuno, que a partir do segundo semestre do exercício de 2019, com a designação da COPOM para gerir as manifestações oriundas do e-OUV, mais profissionais com habilidades específicas para tal função foram envolvidos, tornando a tarefa célere e eficaz.

- **Redes Sociais**

Com foco na governança participativa combinada à facilidade de uso das plataformas de mídias sociais que promovem o relacionamento entre a sociedade e o governo, a ASCOM deu continuidade à presença do ITI nas redes sociais, criando conteúdos e campanhas para os perfis no Instagram, Facebook, Twitter e Youtube. Além disso, foi criado em janeiro de 2019 o perfil institucional no LinkedIn – <https://www.linkedin.com/company/itigovbr> – utilizado principalmente por profissionais, docentes e pesquisadores com o objetivo de apresentar suas aptidões e currículo.

- **Carta de Serviços ao Cidadão**

O ITI disponibilizou sua Carta de Serviços ao Cidadão em sua página na Internet – www.iti.gov.br no ano de 2018.

- **Aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários**

A pesquisa de satisfação não foi realizada em 2019 devido à ausência de equipe e pessoal especializado para elaboração do projeto básico, com o estabelecimento dos critérios e objetivos. A partir de 2020 sugerimos, como forma de correção, a instituição de um grupo de trabalho constituído por funcionários de diferentes áreas da autarquia e que estejam em relacionamento com os diferentes públicos a serem pesquisados.

- **Mecanismo de transparência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade**

O ITI mantém uma página oficial na internet – www.iti.gov.br –, na qual disponibiliza todos os dados sobre o Instituto, tais como o Planejamento Estratégico; agenda; sistemas; composição do quadro de pessoal; legislação; notícias; regulamentações aplicáveis; cartilhas; folders; manuais; revistas sobre certificação digital; informações técnicas e educativas sobre a ICP – Brasil; normas; e atividades do Comitê Gestor, dentre outras informações de interesse da sociedade.

- **Conteúdo**

Ao longo de 2019 foram elaboradas campanhas específicas e produzido material gráfico no formato de *cards*, vídeos institucionais e conteúdos digitais para disseminar informações sobre o ITI, esclarecer o público em geral a respeito do papel do ITI, sobre a atuação do Comitê Gestor e os usos do certificado digital ICP-Brasil.

- **Vídeos Institucionais**

O Instituto possui 2 (dois) vídeos institucionais. Você conhece a certificação digital ICP-Brasil? Que pode ser encontrada no link: <https://youtu.be/vi1uS7TMJh4> na qual foram registradas nos últimos 7 meses 2,2 mil visualizações. O outro vídeo “O que é a ICP-Brasil?” no link: <https://youtu.be/yE8qGJ2bzjU> com 18 mil visualizações nos últimos 8 meses.

5.3. Sustentabilidade Ambiental

Atuar com responsabilidade é um dos objetivos da Dialog, principalmente na cooperação para promover a “Sustentabilidade”, uma palavra que abrange uma complexibilidade de ideias, derivada do conceito de algo que se pode sustentar e, que compreende um desafio que a Instituição precisa se manter fazendo, pois, o desenvolvimento sustentável é uma questão que tem ganhado destaque no que diz respeito à administração pública, e as razões para isso são variadas.

A primeira delas é a necessidade de uma maior economia dentro dos órgãos públicos, seguida pela própria demanda da população e a estruturação da sociedade, que já não comporta mais um consumo desenfreado.

Diante dessa realidade, o setor público deve estar alinhado à relevância que representa como indutor de transformações estruturais dentro dos principais setores produtivos e de consumo sustentável. Por isso, é importante que as contratações sejam fomentadas com transparência, mas também com inovação tecnológica e uso racional dos recursos.

A ideia de abranger as contratações públicas é promover a valorização de compras mais sustentáveis e a utilização de serviços que estejam ligados à responsabilidade ambiental. Assim, o poder público passa a ser um instrumento protecionista do meio ambiente, além de promover o desenvolvimento econômico e social.

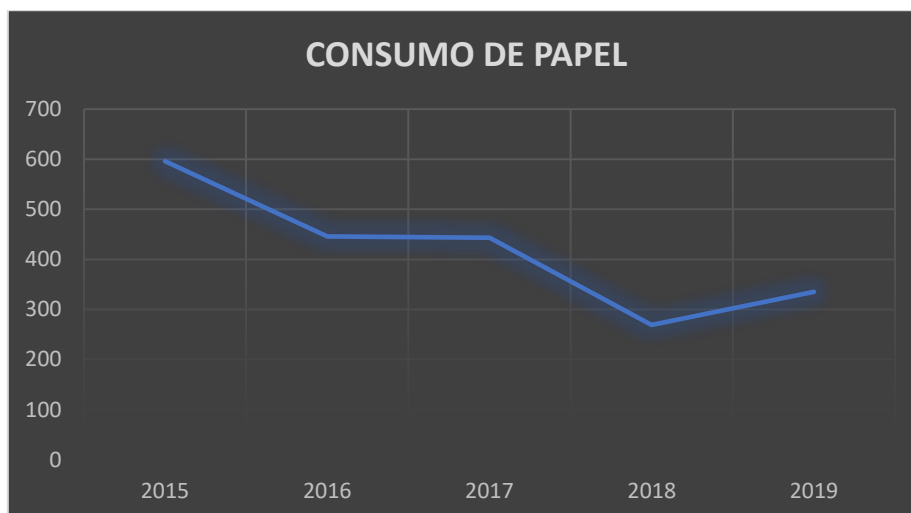
Procurando atender à demanda, a Dilog, já vem adotando uma série de iniciativas nesse sentido, conforme segue abaixo.

5.3.1. Adoção de Critérios de Sustentabilidade na aquisição de bens e contratação de serviços e obras

O tema sustentabilidade é contemplada, sempre que possível, é contemplado nas solicitações referente a aquisições de bens e contratação de serviços e obras do ITI, acatando as recomendações em seus documentos gerados como os Termos de Referência ou Projetos Básicos no que diz respeito aos requisitos ambientais e de sustentabilidade, conforme disposto na Lei de Licitações e Contratos (art. 3º da Lei 8.666/1993).

5.3.2. Adoção de Critérios de Sustentabilidade ambiental diante do consumo de papel, copo descartáveis e outros materiais de escritórios

Conforme Portarias do ITI nº 10/2016 e 16/2017 as quais são respaldadas pela ON nº 02/2009 da AGU, que estabelece procedimentos de gestão de documentos, processos e arquivos pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI). As referidas normas trouxeram as novas diretrizes sobre a gestão de documentos dentro do ITI, que desde sua implantação, o sistema proporcionou uma ruptura no comportamento de consumo de matérias de escritório e de papéis. A exemplo, o gráfico abaixo demonstra que ao longo dos últimos 4 anos, após a inserção do SEI, com relação ao consumo de papéis que era de 596 resmas (500 fl.) papel A4 em 2015, já em 2019 foi de 335 resmas, gerando uma economia nos gastos e contribuindo para sustentabilidade.



5.3.3. Adoção de Critérios de Sustentabilidade ambiental diante do consumo de Energia

Sabemos que é dever do ITI, como de qualquer outro Órgão, ter como meta a economicidade de energia elétrica. Pensado assim, a DILOG tem elaborado projetos que visam esse objetivo. Algumas adequações/modificações já vem sendo executadas desde de janeiro/2019, para mitigar o consumo excessivo de energia, como nos condicionadores de ar, motobombas, na iluminação e tomadas, bem como estudos de melhorias para utilização de nobreaks e estabilizadores.

a) Sistema de condicionadores de ar

A DILOG em conjunto com a equipe de manutenção contratada, vem executando estudos de consumo os quais tem demonstrado que deverão sofrer modificações/alterações através de projetos elétricos e layouts adequados a necessidade do ITI. Desta forma, as primeiras ações tomadas foram dar a orientação devida para que **portas e janelas se mantenham fechadas**, a fim de melhor desempenho dos condicionadores de ar em operação e economicidade de energia.

b) Motores das bombas instaladas

Foram substituídas as bombas de água, por bombas automáticas, energizadas em conformidade com a necessidade do sistema. Desta forma, foi corrigindo também os vazamentos existentes.

Também foram instaladas motobombas elétricas para o sistema de incêndio, o que proporcionou melhor segurança e desempenho para um possível acionamento do sistema.

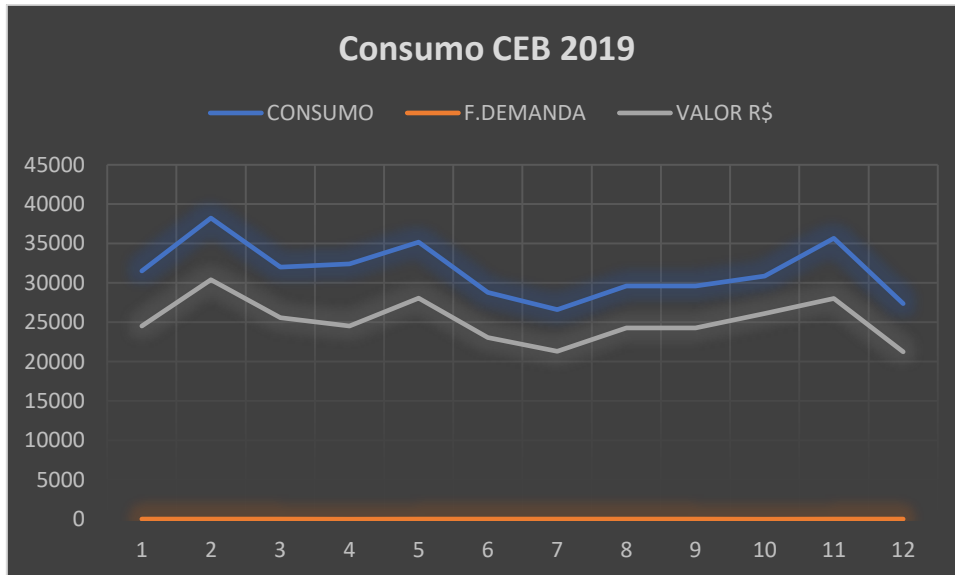
c) Sistema de Iluminação e Tomadas

Foi realizado a substituição da iluminação fluorescentes (duas potências distintas, reatores e lâmpadas), pela iluminação com lâmpadas Leds de 9W, 220 Vca. Foram substituídas mais de 400 lâmpadas e respectivamente retiradas do sistema mais de 130 luminárias de acordo com o projeto executado, as quais foram encaminhadas para o depósito da empresa proprietária da edificação.

A execução do projeto de substituição do sistema de iluminação resultou em uma economicidade de quilowatts/h, e consequentemente no valor pago nas contas de energia, dados que puderam ser comprovados a partir do mês de março/2019, conforme descrição abaixo:

- Fevereiro/2019 - Valor do KWh = 0,7951197 = Valor (R\$) 30.405,37 - Valor faturado = R\$29.368,42
- Março/2019 - Valor do KWh = 0,7989961 = Valor (R\$) 25.567,87 - Valor faturado = R\$24.813,92

Uma diferença de R\$ 4.554,50.



Fonte: Faturas CEB, processo SEI nº 214/2017 - 94

6. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

6.1. Gestão da Execução Orçamentária e Financeira

O Serviço de contabilidade – SECON, tem suas principais atribuições instituídas no Regimento Interno do ITI, publicado na Portaria nº 20, de 28 de fevereiro de 2018, sendo a gestão e execução das atividades e demonstrações contábeis, o principal macroprocesso, seguindo exclusivamente, as orientações definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, Órgão Central de Contabilidade do Governo Federal, com amparado Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000.

As principais informações acerca do setor contábil podem ser observadas conforme tabela abaixo:

Serviço de Contabilidade - SECON	
Estrutura	Serviço de Contabilidade - SECON subordinado a Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração - CGPOA
Composição	Serviço de Contabilidade - SECON
Competências	Gestão e execução das atividades de contabilidade e Elaboração das Demonstrações Contábeis
Responsabilidades	<ul style="list-style-type: none"> - orientação e supervisão dos registros contábeis dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; - elaboração da Prestação de Contas Anual, em articulação com as demais áreas; - elaboração da Tomada de Contas Extraordinárias e Especiais; - execução da Conformidade de Registro de Gestão; - execução da Conformidade Contábil; - elaboração e análise das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas Trimestrais e Anual; - prestação de esclarecimentos, quando necessário, aos órgãos externos, fiscalizadores e de auditoria interna; e - gestão do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP.
Nome, Cargo e Período de Atuação	José Dornelas Batista – Contador – desde Julho/2006 Michele de Souza Teixeira – Contador Substituto – desde Junho/2019

Tabela 29 - Despesas por Modalidade de Contratação

Valores em R\$ 1,00

UG: 243001 Modalidade de Contratação	UO: 20204				III/CASA CIVIL/PR			
	Despesa Executada				Despesa paga			
	2019	%	2018	%	2019	%	2018	%
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	12.242.716	44,13	9.118.730	51,41	12.242.716	44,13	9.118.730	51,41
a) Convite			26.884	0,15			26.884	0,15
b) Tomada de Preços								
c) Concorrência								
d) Pregão	12.242.716	44,13	9.091.846	51,26	12.242.716	44,13	9.091.846	51,26
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas								
2. Contratações Diretas (h+i)	6.078.518	21,91	2.268.188	12,79	6.078.518	21,91	2.268.188	12,79
h) Dispensa	2.704.742	9,75	1.874.820	10,57	2.704.742	9,75	1.874.820	10,57
i) Inexigibilidade	3.373.776	12,16	393.368	2,22	3.373.776	12,16	393.368	2,22
3.Regime de Execução Especial	20.505	0,07	14.752	0,08	20.505	0,07	14.752	0,08
j) Suprimento de Fundos	20.505	0,07	14.752	0,08	20.505	0,07	14.752	0,08
4.Pagamento de Pessoal (k+l)	8.501.809	30,64	5.893.869	33,23	8.501.809	30,64	5.893.869	33,23
k) Pagamento em Folha	8.419.550	30,35	5.758.239	32,47	8.419.550	30,35	5.758.239	32,47
l) Diárias	82.259	0,30	135.630	0,76	82.259	0,30	135.630	0,76
5.Outros	900.796	3,25	440.578	2,49	900.796	3,25	440.578	2,49
6.Total (1+2+3+4+5)	27.744.343	100	17.736.117	100	27.744.343	100	17.736.117	100

Análise crítica: No que se refere aos processos Licitatórios, O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI priorizou a modalidade de Pregão, sendo executado o valor de R\$ 12.242.716,00. Sendo que em relação ao ano de 2018, houve um aumento da despesa nessa modalidade em 34,65%, decorrente da necessidade de modernização, principalmente em investimentos com tecnologia, inovação e comunicação.

Tabela 30 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: ITI				Código UO: 20204		UGO: 243001		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
3190.96 - Requisitado	5.447.915	3.641.235	4.781.416	3.484.037	666.499	157.198	4.574.233	3.484.037
3190.11 – Venc. Vant. fixas	2.516.263	2.309.664	2.516.263	2.309.664	0		2.349.800	2.309.664
3191.13 – Patronais - intra	318.944	270.214	318.944	270.214	0		318.944	270.214
Demais elementos do grupo	136.428	94.154	136.428	94.154	0		136.428	94.154
2. Juros e Encargos da Dívida					0			
1º elemento de despesa					0			
2º elemento de despesa					0			
3º elemento de despesa					0			
Demais elementos do grupo					0			
3. Outras Despesas Correntes					0			
3390.37 – Locação pessoal	6.155.702	5.960.510	5.464.218	5.428.753	691.483	531.757	5.464.218	5.428.753
3390.39 – Serv. Terceiros	2.956.776	3.040.996	2.455.070	2.673.710	501.707	367.286	2.455.070	2.673.710
3390.40 – Serviços TI	1.541.107	2.123.099	1.133.366	1.956.112	407.740	166.987	1.133.366	1.956.112
Demais elementos do grupo	1.804.188	1.645.883	1.386.367	1.441.796	417.821	204.087	1.333.880	1.441.796
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
4490.52 - Equipamentos	6.784.761	2.182.269	1.377.721	60.621	5.407.040	2.121.648	1.377.721	60.621
4490.40 – Software TI		496.819		295.830	0	200.989		295.830
4490.39 – Software Outros		5.600			0	5.600		

Análise Crítica: verifica-se na tabela por grupo e elemento de despesa, que nas despesas com pessoal há uma evolução significativa com pessoal requisitado, decorrente da cessão por diversos órgãos do governo e empresas estatais, na qual o Instituto é obrigado a promover o ressarcimento, cuja execução foi de R\$ 5.447.915,00. Vale registrar que o ITI não possui quadro próprio necessitando de especialistas para atuarem na Infraestrutura de chaves públicas.

No grupo de custeio, a despesa maior foi com pessoal terceirizado no montante de R\$ 6.155.702,00, gastos estes realizados com vigilância, auxiliar administrativo, limpeza, recepção; além disso, serviços de suporte em rede de dados e infraestrutura

No grupo Investimentos, o ITI modernizou seu parque tecnológico e a infraestrutura de chaves públicas, e ainda em parceria com o TSE – Tribunal Superior Eleitoral, executou orçamento no valor de R\$ 2.277.850,00 para atender acordo de cooperação tecnológico com aquele órgão.

Tabela 31 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2019	Pagamento	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2019
2019	3.769.511	3.537.651	231.860	0
2018	5.540.858	4.711.835	815.065	13.958
2017	1.906.778	899.473	498.733	508.572
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2019	Pagamento	Cancelame nto	Saldo a Pagar em 31/12/2019
2019	414.405	414.405	0	0
2018	0	0	0	0
2017	0	0	0	0

Fonte SIAFI

Análise Crítica: As despesas inscritas em Restos a Pagar - RAP em 01/01/2019, no valor de R\$ 3.769.511,00 foram liquidadas obedecendo a programação financeira estabelecida pela Presidência da República. Houve o cancelamento de R\$ 231.860,00 por conta de valores empenhados, cujo serviço não foi executado ou não atendia a legislação vigente. Sendo assim, ao final de 2019 não havia RAP a liquidar, o que demonstra que a execução foi atendida em 100%.

Tabela 32 - Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente						
Nome:	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO					
UG/GESTÃO	243001/24208					
	Quantidade de Instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (1,00)		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Termo de Cooperação	10	7	3	2.493.165	1.563.281	1.306.100
Totais	10	7	3	2.493.165	1.563.281	1.306.100

Fonte SIAFI

Análise Crítica: Em 2019 foram emitidos 10 termos de descentralização orçamentária – TED. O objetivo foi a continuidade de parcerias, principalmente com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Fundação Universidade de Brasília – FUB, além de acordos com a Presidência da República na utilização do TáxiGov e passagens. No caso da UFSC, o montante de maior impacto foi a utilização das instalações seguras da sala cofre, totalizando o valor de R\$ 1.098.060,40.

Tabela 33 - Concessão de Suprimento de Fundos

Valores em R\$ 1,00

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2019	243001	ITI			5	28.000	7.000
2018					4	18.000	5.000
2017					5	12.500	5.500

Fonte: SIAFI

Tabela 34 - Utilização de Suprimento de Fundos

Valores em R\$ 1,00

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2019	243001	ITI			15	6.770	13.735	20.505
2018					7	2.893	11.858	14.751
2017					8	4.372	6.092	10.464

Fonte: SIAFI

Tabela 35 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício

Valores em R\$ 1,00

Unidade Gestora (UG) do		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
243001	ITI	339030	04 – Gás e outros	888
			07 – Alimentos	133
			16 – Mat. Expediente	392
			17 – Mat. Proc. Dados	2.011
			21 – Mat. Cozinha	191
			24 – Manut. Imóveis	40
			25 – Manut. Móveis	1.295
			26 – Mat. Elétrico	2.596
			28 – Mat. Segurança	225
			42 – Ferramentas	20
			59 – Material para Divulgação	950
		99 – Outros materiais	380	
		339039	05 – Serv. Tec. Profissionais	350
			12 – Locação de Equipamento	3.680
			16 – Man. Bens Imóveis	1.600
			20 – Man. Bens Móveis	1.910
			37 – Juros	10
			47 – Comunicação	464
			48 – Treinamento	640
		59 – Áudio, vídeo e foto	500	
		449052	63 – Serv. gráficos	1.544
			12 – Aparelhos domésticos	239
				24 – Equipam. de segurança
TOTAL				20.505

Análise Crítica: Em relação as tabelas 11 a 13, que trata do Suprimento de fundos, este Instituto fez a abertura de 5 concessões em nome dos servidores Jorge Luis e Roberto Bueno. O maior valor individual concedido foi de R\$ 7.000,00. A despesa anual foi de R\$ 20.505,00, sendo que na modalidade de Saque foi realizado a execução de R\$ 6.770,00, com 15 saques realizados. O gasto de maior impacto foi com locação de equipamentos, totalizando R\$ 3.680,00. As despesas foram realizadas obedecendo a Macrofunção STN 021121 – Suprimento de Fundos, atendendo as necessidades eventuais deste Instituto

Identificação da Iniciativa – PPA 2016-2019

Tabela 36 – Iniciativa

Identificação da Iniciativa – PPA 2016-2019						
Iniciativa	06LB – Massificação e aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados e dos Municípios, do Distrito Federal e da sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da infraestrutura de chaves Públicas Brasileira e do Carimbo de Tempo da ICP – Brasil.					
Objetivo	1158 – Aumentar a eficiência da ação do Estado mediante o uso integrado da tecnologia da informação e o aprimoramento da gestão, contribuindo para a segurança da informação e comunicações e a segurança cibernética.					
Programa	2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa em 2019 (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
19.764.480	19.564.480	18.880.893	12.683.996	12.676.233	0	6.196.897
Execução Física da Iniciativa						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Massificação do uso de	Percentual de	99,99%	99,99%	99,99%		
Restos a Pagar não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física e Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
3.601.978	3.375.729	226.249	Percentual de	Percentual	99,99%	

Análise Crítica: O ITI considera que atingiu o objetivo estabelecido pela Iniciativa que trata da massificação e aperfeiçoamento da Certificação digital, pois foi empenhado praticamente todo o orçamento disponível, no montante de R\$ 18.880.893,00. A meta física foi alcançada, mantendo-se o funcionamento de 99% da Infraestrutura de chaves públicas, durante 7 dias da semana, por 24 horas.

Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

Tabela 37 – PO 0002 – Promoção e Disseminação do Uso da Certificação Digital – ICP-Brasil

AÇÃO: 04.128.2038.217Z.0001 – PO 0002						
Título: Promoção e Disseminação do Uso da Certificação Digital – ICP – Brasil						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa em 2019 (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
32.525	21.878	21.878	21.878	21.878	0	0
Execução Física da Iniciativa						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Evento Realizado	Unidade	1	1			
Restos a Pagar não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física e Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
2.300	2.300	0	Evento Realizado	Unidade		

Análise Crítica: Nesta ação, os objetivos foram alcançados empenhando-se o montante de R\$ 21.878,00, que representa toda a dotação disponível, sendo que a despesa de maior impacto foi com a contratação de empresa especializada para a roteirização e produção de vídeos institucionais, sobre conceitos, atividades e atribuições da ICP-Brasil e do ITI, cuja despesa foi de R\$ 14.750,00.

Tabela 38 – PO 0000 – Gestão do Sistema Nacional de Certificação Digital da ICP-Brasil

AÇÃO: 04.128.2038.217Z.0001 – PO 0000						
Título:		Gestão do Sistema Nacional de Certificação Digital da ICP - Brasil				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa em 2019 (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.607.887	6.880.161	6.478.826	3.340.818	3.340.818		3.138.008
Execução Física da Iniciativa						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Sistema Disponibilizado		Percentual	99	99	99	
Restos a Pagar não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física e Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
2.476.130	2.365.978	110.152	sistema disponibilizado	Percentual	99	

Análise Crítica: Nesta ação, os objetivos foram alcançados empenhando-se o montante de R\$ 6.478.826,00, que representa quase toda a dotação disponível, sendo que a despesa de maior impacto foi com a aquisição de equipamentos como o oscilador de césio que faz a medição, rastreabilidade e padronização e o servidor de código de tempo, interno, padrão rubídio para uso nas redes de telecomunicações, cuja despesa foi de R\$ 1.040.000,00.

Tabela 39 – PO 0001 – Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviços de Certificação Digital

AÇÃO: 04.128.2038.217Z.0001 – PO 0001						
Título: Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviços de Certificação Digital						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa em 2019 (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
236.443	19.584	19.584	17.952	17.952	0	1.632
Execução Física da Iniciativa						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Auditoria realizada	Unidade	120	120			
Restos a Pagar não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física e Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
5.428	1.632	3.796	Auditoria realizada	unidade		

Análise Crítica: Nesta ação, os objetivos foram alcançados empenhando-se o montante de R\$ 19.584,00, que representa toda a dotação disponível, sendo que a despesa de maior impacto foi com a prestação de serviços de suporte, atualização e manutenção da biblioteca de criptografia e certificação digital EVO SDK, cuja despesa foi de R\$ 19.584,00.

Tabela 40 – PO 0003 – Administração da Unidade

AÇÃO: 04.128.2038.217Z.0001 – PO 0003						
Título:		Administração da Unidade				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa em 2019 (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
9.612.625	9.273.857	9.069.509	7.929.348	7.921.586	0	1.140.161
Execução Física da Iniciativa						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Unidade	Unidade	1	1	1		
Restos a Pagar não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física e Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
1.114.497	1.005.819	108.678	Unidade Administrada	unidade	1	

Análise Crítica: Nesta ação, os objetivos foram alcançados empenhando-se o montante de R\$ 9.069.509,00, que representa quase toda a dotação disponível, sendo que a despesa de maior impacto foi com pessoal terceirizado no valor de R\$ 6.155.702,00 e aluguel no valor de R\$ 1.209.652,64. Esta ação assegura, também, todas as despesas de manutenção da atividade-meio, como energia elétrica, água, telefonia, diárias e passagens, entre outras.

Tabela 41 – Ação 216H - PO 0000 – Auxílio Moradia

AÇÃO: 04.122.2101.216H.0001 – PO 0000						
Título:		Auxílio Moradia				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa em 2019 (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20.520	220.520	96.242	96.242	86.819	0	0
Execução Física da Iniciativa						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Agente Público	Unidade	1	1	4		
Restos a Pagar não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física e Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
0	0	0	Agente Público	Unidade	4	

Análise Crítica: Nesta ação, os objetivos foram alcançados empenhando-se o montante de R\$ 96.242,00, sendo que mais de 50% da dotação não foi empenhada em razão da frustração na nomeação de servidores, cuja previsão inicial não foi atendida. No entanto, ressalta-se que o Auxílio moradia atendeu a legislação vigente no que se refere aos servidores nomeados para cargos comissionados de nível 4 a 6, oriundos de outros estados da federação.

Tabela 42 – Ação 15R7 - PO 0000 – Ampliação da Entidade de Carimbo do Tempo da ICP-Brasil

Ação: 04.126.2038.15R7.0001 – PO 0000						
Título: Ampliação da Entidade de Carimbo do Tempo da ICP - Brasil						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa em 2019 (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.425.000	1.374.000	1.374.000	1.374.000	1.374.000	0	0
Execução Física da Iniciativa						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Sistema Implantado	Percentual	1	1			
Restos a Pagar não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física e Metas				
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
0	0	0	Sistema implantado	Percentual		

Análise Crítica: Nesta ação, os objetivos foram alcançados empenhando-se o montante de R\$ 1.374.000,00, que representa toda a dotação disponível, sendo que a despesa de maior impacto foi com a aquisição de equipamentos como o oscilador de césio que faz a medição, rastreabilidade e padronização e o servidor de código de tempo, interno, padrão rubídio para uso nas redes de telecomunicações, cuja despesa foi de R\$ 724.000,00.

Tabela 43 – Ação 2004 - PO 0001 – Assistência médica aos servidores

AÇÃO: 04.301.2101.2004.0001 – PO 0001						
Título: Assistência médica aos servidores						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa em 2019 (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.240	155.240	155.240	92.681	75.602	0	62.559
Execução Física da Iniciativa						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Pessoa Beneficiada	Unidade					
Restos a Pagar não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física e Metas				
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
0	0	0	Pessoa beneficiada	Unidade		

Tabela 44 – Ação 212B - PO 0001 – Assistência Pré-escolar

AÇÃO: 04.331.2101.212B.0001 – PO 0001						
Título:		Assistência Pré-escolar				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa em 2019 (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.980	15.280	15.280	12.605	12.027	0	2.675
Execução Física da Iniciativa						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Pessoa Beneficiada	Unidade	3	3			
Restos a Pagar não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física e Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
0	0	0	Pessoa beneficiada	Unidade		

Tabela 45 – Ação 212B - PO 0003 – Auxílio Transporte

AÇÃO: 04.331.2101.212B.0001 – PO 0003						
Título:		Auxílio Transporte				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa em 2019 (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.134	20.134	20.134	6.626	6.591	0	13.508
Execução Física da Iniciativa						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Pessoa Beneficiada	Unidade	1	1			
Restos a Pagar não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física e Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
0	0	0	Pessoa beneficiada	Unidade		

Tabela 46 – Ação 212B - PO 0001 – Auxílio Alimentação

AÇÃO: 04.331.2101.212B.0001 – PO 0005						
Título:		Auxílio Alimentação				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa em 2019 (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
74.352	290.060	290.060	193.644	176.034	0	96.416
Execução Física da Iniciativa						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Pessoa Beneficiada	Unidade	14	14			
Restos a Pagar não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física e Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
0	0	0	Pessoa beneficiada	Unidade		

Análise Crítica: Nas ações referentes as tabelas 21 a 24, os objetivos foram alcançados. Foram empenhadas e liquidadas todas as despesas com benefícios a servidores comissionados e requisitados, sendo que a despesa de maior impacto foi com o auxílio-alimentação, cuja despesa foi de R\$ 290.060,00.

6.2. Desempenho Financeiro e Informações Contábeis

6.2.1. Desempenho Financeiro do Exercício

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI cumpriu regularmente todas as obrigações assumidas no exercício de 2019, uma vez que a LOA foi totalmente descontingenciada, o que permitiu renovar grande parte do parque tecnológico da ICP – Brasil, contratar serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas essenciais ao funcionamento do sistema nacional de certificação digital e contratar ferramentas que permitam avaliar o desempenho da gestão em várias frentes.

As demandas para a Infraestrutura de Chaves Públicas que ficaram pendentes devem ser atendidas no decorrer do próximo exercício.

6.2.2. Sistema de apuração de custos

O ITI ainda não utiliza o Sistema de Informação de Custo (SIC) do Governo Federal, visto que no exercício de 2019, a gestão orçamentária, financeira e patrimonial ocorreu somente no programa 2038 - ação 217Z - Sistema Nacional de Certificação da ICP-Brasil, voltada para as atividades de custeio e investimento, no âmbito da Autarquia.

6.2.2.1. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.

No Balanço Patrimonial do ITI, a Conta Contábil 1.2.3.8.1.01.00 – Depreciação Acumulada – Bens Móveis, no valor de R\$ 10.182.579,55, é resultante das depreciações ocorridas ao longo dos exercícios anteriores, até o presente exercício, pelo desgaste ou perda de utilidade pelo uso dos bens patrimoniais do Órgão. O aumento do saldo da conta de depreciação decorre de baixa da conta patrimonial, por desfazimento de bens.

O ITI adota os procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial os dispositivos contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10 no que tange aos critérios contábeis de depreciação de itens do patrimônio, avaliação e mensuração de ativos e passivos, conforme Macrofunção 020330, da Secretaria do Tesouro Nacional, que trata da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Em relação a reavaliação patrimonial, foi instituída comissão por meio da Portaria nº 46, de 19 de julho de 2019, para elaboração da metodologia para ajuste da avaliação patrimonial. A efetivação dos ajustes patrimoniais será efetuada no decorrer do exercício de 2020.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica dos bens teve como parâmetro a tabela descrita na Macrofunção 020330.

As taxas utilizadas para os cálculos da depreciação, no que se refere ao percentual aplicado ao valor residual dos bens do Órgão, foi aplicada uniformemente, utilizando-se

as taxas descritas na Macrofunção 020330, com observância ao percentual aplicado ao valor residual dos bens do Órgão.

O impacto da conta 1.2.3.1.0.00.00 – Bens Móveis foi um acréscimo na ordem de R\$ 3.460.288,60, em relação ao exercício de 2018, representando uma variação de 24%.

6.2.3. Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64

As demonstrações contábeis e as notas explicativas foram elaboradas e apresentadas de acordo com os dispositivos constantes da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, e suas alterações, observando ainda, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, as Macro funções da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, e obedecendo ao plano de contas da União - PCASP, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Sendo assim, o presente documento tem como objetivo dar transparência referente as informações contábeis, patrimoniais, orçamentárias, econômicas e financeiras do ITI aos diversos usuários.

As Demonstrações Contábeis são as seguintes:

- a) Balanço Patrimonial: evidencia a situação patrimonial (ativos e passivos) do ITI;
- b) Balanço Orçamentário: traz a informação do orçamento aprovado em confronto com a sua execução, ilustrando a receita prevista x receita arrecada, e despesa autorizada x despesa executada;
- c) Balanço Financeiro: evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte;
- d) Demonstrações dos Fluxos de Caixa: demonstram o fluxo financeiro no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- e) Demonstrações das Variações Patrimoniais: demonstram as alterações verificadas no patrimônio durante o exercício financeiro, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

6.2.4. Notas Explicativas

6.2.4.1. Balanço Patrimonial – BP

Tabela 47 - Balanço Patrimonial

				(Em R\$)			
ATIVO	2019	2018	Var. %	PASSIVO	2019	2018	Var. %
Ativo Circulante	2.971.831,67	2.025.222,21	47%	Passivo Circulante	1.935.986,41	414.405,10	367%
Caixa e Equivalente de Caixa	2.866.180,20	1.898.443,49	51%	Obrigações Trabalh., Previd. E Assist. a Pagar	606.868,43	405.069,14	50%
Créditos a Curto Prazo	-	25,36	n.m.	Fornecedores e Contas a Pagar	-	-	0%
Estoques	105.651,47	126.753,36	-17%	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.329.117,98	9.335,96	14137%
Ativo Não Circulante	11.983.911,45	10.353.448,39	16%	Passivo Não Circulante	-	-	0%
Investimentos	-	-	0%	Obrigações Trabalh., Previd. E Assist. a Pagar	-	-	0%
Imobilizado	10.924.840,98	9.495.367,39	15%	Provisões de Longo Prazo	-	-	0%
Intangível	1.059.070,47	858.081,00	23%	Resultado Diferido	-	-	0%
				Patrimônio Líquido	13.019.756,71	11.964.265,50	9%
				Capital Social	-	-	0%
				Resultados Acumulados	13.019.756,71	11.964.265,50	9%
TOTAL DO ATIVO	14.955.743,12	12.378.670,60	21%	TOTAL DO PASSIVO	14.955.743,12	12.378.670,60	21%

Caixa e Equivalente de Caixa

A conta encerrou o exercício de 2019 com o montante de R\$ 2.866.180,20, 51% superior aos valores de 2018. Representa o montante do Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS do ITI para fazer jus as despesas e/ou transferências de recursos.

Estoque

O estoque do Instituto está representado pelo material de consumo constante no almoxarifado. Houve redução do saldo de 17% em relação ao ano anterior, encerrando o exercício com o montante de R\$ 105.651,47.

Imobilizado e Intangível

O grupo Imobilizado sofreu um acréscimo na ordem de 15% em relação ao exercício de 2018, decorrente de aquisições de bens móveis.

Os Bens Móveis representam um saldo de R\$ 17.829.597,54, valor este, que sofreu uma depreciação acumulada na ordem de R\$ 10.182.579,55 ao longo da vida útil. Para a realização de depreciação dos bens móveis, foram utilizados os critérios descritos na Macrofunção 020330, tais como a metodologia para estimar a vida útil econômica dos bens, taxas aplicadas para os cálculos da depreciação, e percentual praticado ao valor residual dos bens.

Em relação ao Bens Imóveis, o Instituto não possui imóveis de sua propriedade. O valor de R\$ 3.450.340,00, contabilizada na conta 1.2.3.2.1.08.00 – Benfeitorias em propriedade de terceiros, refere-se a despesas para a montagem da sala-cofre do ITI, instalada em espaço físico do Anexo III, Ala A, piso inferior, da Presidência da República.

A amortização desse montante passou a ser registrado no exercício de 2019 com saldo de R\$ 172.517,01.

Quanto ao Intangível houve acréscimo de 23%, em relação ao mesmo período anterior, encerrando o exercício de 2019 com saldo de R\$ 1.059.070,47. Esta conta refere-se a aquisições de licenças da solução de plataforma, virtualização *Vmware vSphere*.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistencial a Pagar

Em 2019, houve um aumento de 50% em comparação com ao mesmo período anterior, passando de R\$ 405.069,14 para R\$ 606.868,43.

Demais Obrigações a Curto Prazo

O grupo encerrou o exercício de 2019 com saldo de R\$ 1.329.117,98, bem acima do montante registrado em 2018 de R\$ 9.335,96.

O acréscimo ocorreu em virtude, de saldo na conta 2.1.8.9.2.06.00 – Transferências Financeiras a Comprovar referente ao recebimento de recursos para aquisição e fornecimento de módulo de segurança criptográfico para o TSE.

6.2.4.2. Balanço Orçamentário – BO

No âmbito do ITI, a receita total realizada no exercício foi de R\$ 404.161,68.

As Receitas de Serviços, advindas das tarifas cobradas das autoridades certificadoras pelos serviços de certificação digital, encerrou o exercício no montante de R\$ 404.158,52, com excesso de arrecadação de R\$ 154.158,52 superando em 62% a previsão de receitas para o exercício findo.

O valor de R\$ 30.003,16, do grupo de Outras Receitas Correntes, refere-se à aplicação de multa por atraso contratual.

Em relação as despesas, o montante empenhado em 2019 foi de R\$ 27.662.083,54, sendo 75% desse montante referente as Despesas Correntes e 25% as Despesas de Capital.

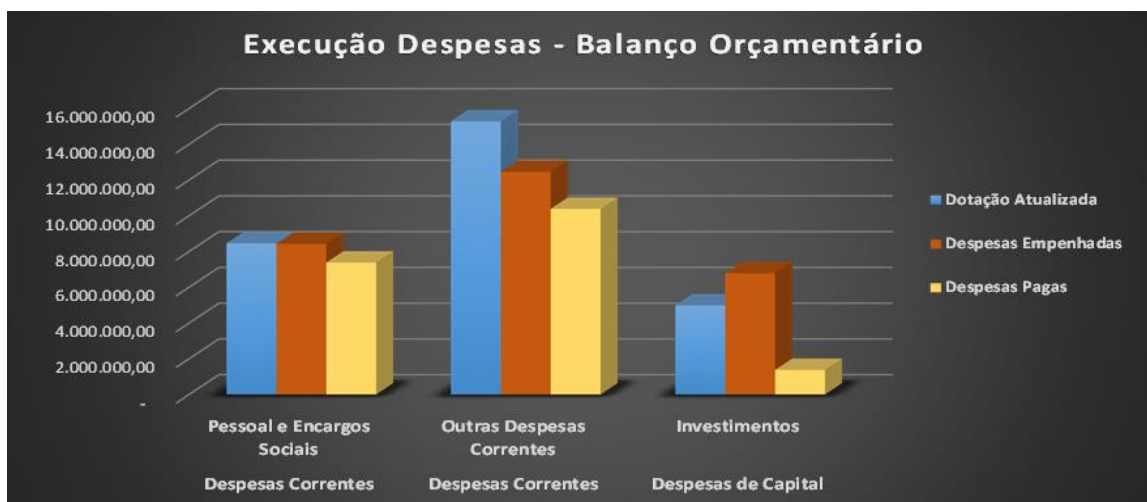
Do montante de R\$ 20.877.322,84 das Despesas Correntes empenhadas, 40% corresponde as despesas com Pessoal e Encargos Sociais e 60% com Outras Despesas Correntes, que são utilizadas para cobrir os gastos com as atividades do Instituto. Desse total, foi pago o montante de R\$ 17.765.940,10 correspondendo a 85% de execução orçamentária.

Tabela 48 - Balanço Orçamentário

(Em R\$)							
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	% EXEC.		
Receitas Correntes	250.000,00	250.000,00	434.161,68	184.161,68	174%		
Receitas Tributárias	-	-	-	-	0%		
Receita Patrimonial	-	-	-	-	0%		
Receitas de Serviços	250.000,00	250.000,00	404.158,52	154.158,52	162%		
Outras Receitas Correntes	-	-	30.003,16	30.003,16	0%		
Receitas de Capital	-	-	-	-	0%		
Operações de Crédito	-	-	-	-	0%		
Alienação de Bens	-	-	-	-	0%		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-		
Subtotal de Receitas	250.000,00	250.000,00	434.161,68	184.161,68	174%		
Déficit	-	-	27.227.921,86	27.227.921,86	-		
TOTAL	250.000,00	250.000,00	27.662.083,54	27.412.083,54	-		

DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO	% EXEC.
Despesas Correntes	19.544.836,00	23.741.326,00	20.877.322,84	18.192.072,70	17.765.940,10	2.864.003,16	88%
Pessoal e Encargos Sociais	6.588.432,00	8.458.432,00	8.419.549,90	7.753.051,14	7.379.405,57	38.882,10	100%
Outras Despesas Correntes	12.956.404,00	15.282.894,00	12.457.772,94	10.439.021,56	10.386.534,53	2.825.121,06	82%
Despesas de Capital	6.935.000,00	4.982.820,00	6.784.760,70	1.377.720,70	1.377.720,70	(1.801.940,70)	136%
Investimentos	6.935.000,00	4.982.820,00	6.784.760,70	1.377.720,70	1.377.720,70	(1.801.940,70)	136%
Inversões Financeira	-	-	-	-	-	0,00	0%
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	0,00	0%
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	0,00	0%
Subtotal das Despesas	26.479.836,00	28.724.146,00	27.662.083,54	19.569.793,40	19.143.660,80	1.062.062,46	-
Déficit	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	26.479.836,00	28.724.146,00	27.662.083,54	19.569.793,40	19.143.660,80	1.062.062,46	-

Figura 7 – Execução de Despesas – Balanço Orçamentário



Em relação as Despesas de Capital, o total empenhado é de R\$ 6.784.760,70 com execução de 20%, ou seja, R\$ 1.377.720,70.

6.2.4.3. Balanço Financeiro – BF

Demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie (disponível) provenientes do exercício anterior, e os que são transferidos para o exercício seguinte. O balanço evidencia o somatório das operações realizadas durante o exercício.

As receitas orçamentárias apresentaram uma queda de 52% em relação ao mesmo período anterior, enquanto as despesas orçamentárias obtiveram aumento de 27% no período.

No grupo de Recebimentos Extra Orçamentários são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento de 2019. A Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados teve um aumento de 115% em relação ao mesmo período de 2018, encerrando o exercício com o montante de R\$ 8.092.290,14. Já os dispêndios referentes ao pagamento de Restos a Pagar Não Processados tiveram diminuição de R\$ 1.174.184,43, ou seja, uma diminuição de 29% considerando o mesmo período do ano de 2018.

O fechamento do saldo de dispêndio para o exercício seguinte, encerrou o exercício de 2019 na ordem de R\$ 2.866.180,20, que foi contemplado com o saldo de R\$ 1.898.443,49 de ingressos do exercício anterior. Isso demonstra que no exercício de 2019, os ingressos superaram os dispêndios em R\$ 967.736,71.

Tabela 49 - Balanço Financeiro

				(Em R\$)			
DESCRIÇÃO	2019	2018	Var. %	DESCRIÇÃO	2019	2018	Var. %
Receitas Orçamentárias	434.161,68	900.000,00	-52%	Despesas Orçamentárias	27.662.083,54	21.770.445,62	27%
Ordinárias	-	-	-	Ordinárias	27.412.083,54	19.985.159,62	37%
Vinculadas	534.161,68	1.000.000,00	-47%	Vinculadas	250.000,00	1.785.286,00	-86%
Previdência Social	-	-	0%	Previdência Social	-	-	0%
Outros Rec. Fundos, Órgãos e Programas	534.161,68	1.000.000,00	-47%	Outros Rec. Fundos, Órgãos e Programas	250.000,00	1.785.286,00	-86%
Recursos a Classificar	-	-	0%	Recursos a Classificar	-	-	0%
(-) Deduções da Receita Orçamentária	(100.000,00)	(100.000,00)	0%				
Transferências Financeiras Recebidas	25.947.456,51	21.984.219,84	18%	Transferências Financeiras Recebidas	2.318.524,95	1.866.974,12	24%
Resultantes da Execução Orçamentária	23.575.587,11	18.966.299,83	24%	Resultantes da Execução Orçamentária	2.318.164,62	1.861.201,23	25%
Independentes da Execução Orçamentária	2.371.869,40	3.017.920,01	-21%	Independentes da Execução Orçamentária	360,33	5.772,89	-94%
Recebimentos Extraorçamentários	8.848.668,20	4.336.625,24	104%	Pagamentos Extraorçamentários	4.281.941,19	4.872.729,53	-12%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	426.132,60	414.405,10	3%	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	414.405,10	-	0%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	8.092.290,14	3.755.553,11	115%	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	3.537.650,96	4.711.835,39	-25%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	329.885,13	160.894,14	105%	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	329.885,13	160.894,14	105%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	360,33	5.772,89	-94%	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-	0%
Saldo do Exercício Anterior	1.898.443,49	3.187.747,68	-40%	Saldo do Exercício Seguinte	2.866.180,20	1.898.443,49	51%
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.898.443,49	3.187.747,68	-40%	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.866.180,20	1.898.443,49	51%
TOTAL	37.128.729,88	30.408.592,76	22%	TOTAL	37.128.729,88	30.408.592,76	22%

6.2.4.4. Demonstrações do Fluxo de Caixa – DFC

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Compreende a diferença entre as receitas relativas às atividades operacionais e transferências recebidas e as despesas relativas às atividades operacionais e transferências concedidas.

Em 2019, houve aumento no fluxo operacional de 228% em relação ao mesmo período de 2018, encerrando o exercício com saldo de R\$ 4.671.495,22. Houve aumento de 16% nos ingressos, que são compostos quase que inteiramente por receitas de serviços, advindas das tarifas cobradas das autoridades certificadoras pelos serviços de certificação digital.

Os desembolsos operacionais apresentaram um aumento de 2% em 2019. Os gastos com pessoal administrativo totalizaram R\$ 18.853.709,02, com redução de 1% em relação ao mesmo período de 2018.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

Compreende a diferença entre os ingressos de caixa em função de alienação de bens, amortização de empréstimos e financiamentos e os desembolsos com aquisições de ativos não circulantes e concessão de empréstimos e financiamentos.

Em 2019, houve aumento de 37% no fluxo de investimentos. Não houve ingressos de caixa neste fluxo. Os desembolsos com aquisição de Ativos Não Circulante tiveram uma variação positiva de 89%, chegando a R\$ 3.499.369,04 em 2019.

Tabela 50 – Demonstração de Fluxo de Caixa

(Em R\$)			
DESCRIÇÃO	2019	2018	Var. %
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.671.495,22	1.423.531,95	228%
INGRESSOS	26.711.863,65	23.050.886,87	16%
Receitas Derivadas e Originárias	434.161,68	900.000,00	-52%
Receita Tributária	0,00	0,00	0%
Receita de Serviços	404.158,52	900.000,00	-55%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	30.003,16	0,00	0%
Outros Ingressos Operacionais	26.277.701,97	22.150.886,87	19%
Ingressos Orçamentários	329.885,13	160.894,14	105%
Transferências Financeiras Recebidas	25.947.456,51	21.984.219,84	18%
Arrecadação de Outra Unidade	360,33	5.772,89	-94%
DESEMBOLSOS	(22.040.368,43)	(21.627.354,92)	2%
Pessoal e Demais Despesas	(18.853.709,02)	(19.063.027,89)	-1%
Legislativo	0,00	0,00	0%
Administração	(18.853.709,02)	(19.063.027,89)	-1%
Transferências Concedidas	(538.249,33)	(536.458,77)	0%
Intergovernamentais	0,00	0,00	0%
Intragovernamentais	(538.249,33)	(536.458,77)	0%
Outros Desembolsos Operacionais	(2.648.410,08)	(2.027.868,26)	31%
Dispêndios Extraorçamentários	(329.885,13)	(160.894,14)	105%
Transferências Financeiras Concedidas	(2.318.524,95)	(1.866.974,12)	24%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(3.703.758,51)	(2.712.836,14)	37%
INGRESSOS	0,00	0,00	0%
Alienação de Bens	0,00	0,00	0%
DESEMBOLSOS	(3.703.758,51)	(2.712.836,14)	37%
Aquisição de Ativo Não Circulante	(3.499.369,04)	(1.854.755,14)	89%
Outros Desembolsos de Investimentos	(204.389,47)	(858.081,00)	0%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00	0%
INGRESSOS	0,00	0,00	0%
Operações de Crédito	0,00	0,00	0%
DESEMBOLSOS	0,00	0,00	0%
Amortização/Refinanciamento	0,00	0,00	0%
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	967.736,71	(1.289.304,19)	n.m.

6.3. Conformidade da Gestão e Demandas de Órgãos de Controle (relatório de auditoria interna)

6.3.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2019, o ITI não recebeu notificações expedidas pelo TCU.

6.3.2. Tratamento de Recomendações do Órgãos de Controle Interno

Em 2019, o ITI recebeu da Ciset o seguinte expediente:

Em 04/11/2019, por meio do e-mail – PR/cgava.ciset@presidencia.gov.br encaminhou a esta COAUD o Relatório de Auditoria Anual de Contas do ITI, referente ao exercício de 2017, cujo o item “D” contém recomendações ao ITI para elaboração de Plano de Ação contendo as medidas a serem adotadas sobre os postos levantados na auditoria.

Das 13 recomendações elencadas no item “D” do Relatório de Auditoria Anual de Contas do ITI, todas foram respondidas à Ciset no dia 10/12/2019. Esta COAUD aguarda retorno da Ciset, para prosseguimento com o monitoramento ou encerramento das recomendações já mencionadas.

6.3.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Em 2019, a Corregedoria da Ciset, não recebeu demandas referentes ao ITI, portanto não tiveram processos do ITI supervisionados e nem inseridos no CGU-PAD.

Quanto a procedimentos disciplinares, segue abaixo informação daqueles que se encontraram em curso no exercício de 2019:

- Processo Administrativo Disciplinar nº 00010.000298/2017-95 instaurado para apurar irregularidades relacionadas ao Processo nº 00010.000981/2015-61, bem como fatos conexos. Utilização de veículo para fins particulares. O processo foi julgado em 18/9/2019.

Arquivamento do processo disciplinar em razão da não identificação de provas suficientes quanto à ocorrência de ilícitos administrativos disciplinares que justificassem a imposição de qualquer penalidade dessa natureza.

- Sindicância Investigativa nº 00010.000409/2017-63 instaurada para apurar denúncia anônima relativa ao ITI, acerca de possível favorecimento de empresa em processos de credenciamento e repasse de informações relacionadas a acordos de certificação digital com o Governo da República de Cabo Verde. Possível atuação do denunciado como intermediário de Autoridade Certificadora junto ao ITI. O processo foi julgado em 21/6/2019. Arquivamento do processo disciplinar em razão da não

identificação de elementos de autoria e materialidade da prática de ilício administrativo disciplinar.

6.3.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/93

Em observância ao artigo 5º da Lei nº 8.666/1993, o Instituto mantém um controle de um cronograma para o cumprimento de suas obrigações, com relação às contratações de bens e serviços.

6.3.5. Revisão de Contratos vigentes, firmados com empresas beneficiárias pela desoneração da folha de pagamento

Destaca-se que o Instituto não possui contratos vigentes, firmados antes do exercício de 2016, beneficiados pela desoneração da folha de pagamento.

6.3.6. Relatório de Auditoria Externa

Destaca-se que o Instituto não possui contratos de auditoria externa (independente) para fins contábeis e orçamentários, tal prática se deve pela Lei 6.404/76 conhecida como Lei das S.A's, na administração pública, observamos esse tipo de contratação nas sociedade de economia mista e sociedades anônimas cuja a União seja controlador (estatais). Entretanto esta autarquia possui contrato de auditoria externa para fins de assegurar a conformidade operacional dos controles internos estabelecidos pela ICP-Brasil. Nesse sentido anexamos (anexo 05) o Relatório de asseguaração razoável dos auditores independente, emitido pela Ernest & Young Auditores Independentes S.S em 16/12/2019 e Selo do WebTrust e informamos que os relatórios da Auditoria Independente referente a 2019 e a exercícios anteriores podem ser acessados por meio do seguinte endereço: [www https://www.gov.br/iti/pt-br/assuntos/comite-gestor/extratos-de-auditoria](http://www.https://www.gov.br/iti/pt-br/assuntos/comite-gestor/extratos-de-auditoria)

7. ANEXOS E APÊNDICES

7.1. Anexo 1 - Demonstrações Financeiras Contábeis

As demonstrações financeiras contábeis encontram-se no seguinte link do site do ITI:

<https://www.gov.br/iti/pt-br/assuntos/demonstracoes-financeiras>

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2019		PERÍODO Anual	
TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 17/01/2020		PÁGINA 1	
SUBTÍTULO	24208 - INSTITUTO NAC. DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA	VALORES EM UNIDADES DE REAL			
ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA				
INGRESSOS		DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Receitas Orçamentárias	434.161,68	900.000,00	Despesas Orçamentárias	27.662.083,54	21.770.445,62
Ordinárias	-	-	Ordinárias	27.412.083,54	19.985.159,62
Vinculadas	534.161,68	1.000.000,00	Vinculadas	250.000,00	1.785.286,00
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	534.161,68	1.000.000,00	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	250.000,00	1.785.286,00
Recursos a Classificar	-	-	Recursos a Classificar	-	-
(3) Deduções da Receita Orçamentária	-100.000,00	-100.000,00			
Transferências Financeiras Recebidas	25.947.456,51	21.984.219,84	Transferências Financeiras Concedidas	2.318.524,95	1.866.974,12
Resultantes da Execução Orçamentária	23.575.587,11	18.960.299,83	Resultantes da Execução Orçamentária	2.318.104,62	1.861.201,23
Repasso Recebido	23.575.587,11	18.960.299,83	Repasso Concedido	2.318.104,62	1.751.201,23
Independentes da Execução Orçamentária	2.371.869,40	3.017.920,01	Repasso Devolvido	-	110.000,00
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.371.869,40	3.017.920,01	Independentes da Execução Orçamentária	360,33	5.772,89
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	360,33	5.772,89
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	8.848.668,20	4.336.625,24	Pagamentos Extraorçamentários	4.281.941,19	4.872.729,53
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	420.132,60	414.405,10	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	414.405,10	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	8.062.260,14	3.755.953,11	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	3.537.650,99	4.711.635,36
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	329.895,13	160.594,14	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	329.895,13	160.594,14
Outros Recebimentos Extraorçamentários	300,33	5.772,89	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	300,33	5.772,89			
Saldo do Exercício Anterior	1.898.443,49	3.187.747,68	Saldo para o Exercício Seguinte	2.866.180,20	1.898.443,49
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.898.443,49	3.187.747,68	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.866.180,20	1.898.443,49
TOTAL	37.128.729,88	36.408.592,76	TOTAL	37.128.729,88	36.408.592,76

**JOSE DORNELAS
BATISTA**

Assinado de forma digital
 por JOSE DORNELAS
 BATISTA
 Dados: 2020.02.06 10:27:01
 -03'00'

TÍTULO		BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO	PERÍODO
				2019	Anual
SUBTÍTULO		24208 - INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ITI - AUTARQUIA		EMISSÃO	PÁGINA
ORÇAO SUPERIOR		20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA		17/01/2020	1
VALORES EM UNIDADES DE REAL					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	2.971.831,67	2.025.222,21	PASSIVO CIRCULANTE	1.935.986,41	414.405,10
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.896.180,20	1.898.443,49	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	606.858,43	405.069,14
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	25,36	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	105.651,47	126.753,36	Obrigações de Reparação a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.329.117,98	9.335,96
ATIVO NÃO CIRCULANTE	11.983.911,45	10.353.448,39	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	1.935.986,41	414.405,10
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	10.924.840,98	9.495.367,39	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	-	-	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	7.647.017,90	6.045.027,39	Resultados Acumulados	13.019.756,71	11.964.265,50
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	17.820.597,54	14.309.308,40	Resultado do Exercício	1.187.787,82	-1.497.420,17
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	11.004.265,50	13.450.746,17
Bens Imóveis	3.277.822,90	3.450.340,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	-132.278,61	1.939,50
Bens Imóveis	3.450.340,00	3.450.340,00	(+) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Deprec./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-172.517,01	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.019.756,71	11.964.265,50
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	1.059.070,47	858.061,00			
Softwares	1.059.070,47	858.061,00			
Softwares	1.059.070,47	858.061,00			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2019	PERÍODO	Anual
SUBTÍTULO	24208 - INSTITUTO NAC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA	EMISSÃO	17/01/2020	PÁGINA	2
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	14.955.743,12	12.378.670,60	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.955.743,12	12.378.670,60

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	2.805.180,20	1.898.443,49	PASSIVO FINANCEIRO	8.518.422,74	4.183.915,94
ATIVO PERMANENTE	12.089.562,92	10.480.227,11	PASSIVO PERMANENTE	1.509.853,81	-
			SALDO PATRIMONIAL	4.927.466,57	8.194.754,66

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.508.190,67	1.322.007,08	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	5.889.477,34	9.914.360,92
Execução dos Atos Potenciais Ativos	1.508.190,67	1.322.007,08	Execução dos Atos Potenciais Passivos	5.889.477,34	9.914.360,92
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	556.323,09	1.322.007,08	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conventados e Outros Instrumentos Cong	951.866,68	-	Obrigações Conventadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	5.889.477,34	9.914.360,92
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	1.508.190,67	1.322.007,08	TOTAL	5.889.477,34	9.914.360,92

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS			
Recursos Ordinários			4.222.135,59
Recursos Vinculados			569.893,05
Previdência Social (RPPS)			-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog			569.893,05
TOTAL			-5.652.242,54

JOSE DORNELAS
BATISTA

Assinado de forma digital por
JOSE DORNELAS BATISTA
Dados: 2020.02.06 10:30:55 -03'00'


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	24208 - INSTITUTO NAC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCICIO 2019	PERIODO Anual
EMISSAO 17/01/2020	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	250.000,00	250.000,00	434.161,68	184.161,68
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profs.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	250.000,00	250.000,00	404.158,52	154.158,52
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	250.000,00	250.000,00	404.158,52	154.158,52
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	30.003,16	30.003,16
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	30.003,16	30.003,16
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019 PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	24208 - INSTITUTO NAC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EMISSAO 17/01/2020 PAGINA 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Ressgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	250.000,00	250.000,00	434.161,68	184.161,68
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	250.000,00	250.000,00	434.161,68	184.161,68
DEFICIT	-	-	27.227.921,86	27.227.921,86
TOTAL	250.000,00	250.000,00	27.662.083,54	27.412.083,54
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superlêve Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	19.544.846,00	23.741.326,00	20.877.322,84	18.192.072,70	17.765.940,10	2.864.003,16
Pessoal e Encargos Sociais	6.588.432,00	8.458.432,00	8.419.549,90	7.753.051,14	7.379.405,57	38.882,10
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	12.956.414,00	15.282.894,00	12.457.772,94	10.439.021,56	10.386.534,53	2.825.121,96
DESPESAS DE CAPITAL	6.535.000,00	4.982.820,00	6.784.760,70	1.377.720,70	1.377.720,70	-1.801.940,70
Investimentos	6.535.000,00	4.982.820,00	6.784.760,70	1.377.720,70	1.377.720,70	-1.801.940,70
Investimentos Financeiros	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	26.479.846,00	28.724.146,00	27.662.083,54	19.569.793,40	19.143.660,80	1.062.062,46
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	24209 - INSTITUTO NAC. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ITI - AUTARQUIA	EMISSÃO 17/01/2020	PÁGINA 3
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	26.479.846,00	29.724.146,00	27.862.083,54	19.369.793,40	19.143.660,80	1.852.952,46
TOTAL	26.479.846,00	29.724.146,00	27.862.083,54	19.369.793,40	19.143.660,80	1.852.952,46

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	13.957,73	1.427.315,30	1.211.613,15	1.211.613,15	229.639,88	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	157.198,33	157.198,33	157.198,33	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	13.957,73	1.270.116,97	1.054.414,82	1.054.414,82	229.639,88	-0,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	2.328.237,81	2.326.037,81	2.326.037,81	2.200,00	-
Investimentos	-	2.328.237,81	2.326.037,81	2.326.037,81	2.200,00	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	13.957,73	3.755.553,11	3.537.650,96	3.537.650,96	231.839,88	-0,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	414.405,10	414.405,10	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	399.830,82	399.830,82	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	14.574,28	14.574,28	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	414.405,10	414.405,10	-	-

JOSE DORNELAS
BATISTA

Assinado de forma digital
por JOSE DORNELAS
BATISTA
Dados: 2020.02.06 10:29:26
-03'00'


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	24208 - INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ITI - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCÍCIO 2019 PERÍODO Anual

EMISSÃO 17/01/2020 PÁGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	26.517.114,96	22.919.345,43
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	404.158,52	900.014,04
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	404.158,52	900.014,04
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	25.958.207,91	22.013.572,54
Transferências Intragovernamentais	25.947.456,51	21.984.219,84
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	10.751,40	29.352,70
Valorização e Ganhos ou Ativos e Desincorporação de Passivos	124.385,04	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	124.385,04	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	30.363,49	5.758,85
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	24208 - INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ITI - AUTARQUIA	EMISSÃO 17/01/2020	PÁGINA 2
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	30.363,49	5.758,85
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	25.329.347,14	24.416.765,60
Pessoal e Encargos	8.389.701,23	6.869.564,99
Remuneração a Pessoal	2.734.017,28	2.304.125,00
Encargos Patronais	318.044,40	270.214,46
Benefícios a Pessoal	305.555,91	74.284,83
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	5.040.283,64	4.260.939,71
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	13.152.720,86	14.222.783,56
Uso de Material de Consumo	200.543,08	57.490,08
Serviços	11.037.022,06	12.862.171,76
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.915.155,72	1.282.631,72
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	10,28	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	10,28	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	2.318.524,95	1.915.727,85
Transferências Intragovernamentais	2.318.524,95	1.860.074,12
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	48.753,73
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.328.212,80	1.235.112,31
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	2.229,46	1.746,62
Incorporação de Passivos	1.325.983,32	-
Desincorporação de Ativos	-	1.233.365,69



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	24208 - INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
EMISSÃO 17/01/2020	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
Tributárias	58.203,03	59.225,36
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	49.353,03	50.657,62
Contribuições	8.850,00	8.567,74
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custo dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	71.973,99	14.351,53
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	71.973,99	14.351,53
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.187.767,82	-1.497.420,17
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2019	2018

**JOSE
DORNELAS
BATISTA**

Assinado de forma
digital por JOSE
DORNELAS BATISTA
Dados: 2020.02.06
10:31:41 -03'00'



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2019

PERÍODO
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
17/01/2020

PÁGINA
1

SUBTÍTULO 24208 - INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ITI - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.671.495,22	1.423.531,95
INGRESSOS	26.711.863,45	23.050.886,87
Receitas Derivadas e Originárias	434.161,68	900.000,00
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	404.158,52	900.000,00
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	30.003,16	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	26.277.701,97	22.150.886,87
Ingressos Extraorçamentários	320.886,13	100.894,14
Transferências Financeiras Recebidas	25.947.456,51	21.084.210,84
Arrecadação de Outra Unidade	390,33	5.772,89
DESEMBOLSOS	-22.040.368,43	-21.627.354,92
Pessoal e Demais Despesas	-18.853.709,02	-19.063.027,89
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-18.853.709,02	-19.063.027,89
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-




MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	24208 - INSTITUTO NAC. DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCICIO 2019	PERIODO Anual
EMISSAO 17/01/2020	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2019	2018
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-538.249,33	-536.458,77
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-538.249,33	-536.458,77
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-2.648.410,08	-2.027.868,26
Despêndios Extraparamentários	-329.895,13	-100.304,14
Transferências Financeiras Concedidas	-2.318.524,95	-1.899.974,12
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.703.758,51	-2.712.836,14
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-3.703.758,51	-2.712.836,14
Aquisição de Ativo Não Circulante	-3.499.389,04	-1.854.755,14
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-204.389,47	-858.081,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	967.736,71	-1.289.304,19

		MINISTÉRIO DA FAZENDA		EXERCÍCIO	PERÍODO
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL				2019	Anual
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO	PÁGINA		
SUBTÍTULO	24208 - INSTITUTO NAC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA	17/01/2020	3		
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA	VALORES EM UNIDADES DE REAL			
		2019	2018		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		1.898.443,49	3.187.747,68		
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2.866.180,20	1.898.443,49		

**JOSE
DORNELAS
BATISTA**

Assinado de forma
digital por JOSE
DORNELAS BATISTA
Dados: 2020.02.06
10:33:38 -03'00'

7.2. Anexo 2 - Pareceres e Declarações



Declaração de Integridade

O Relatório de Gestão do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI/2019 elucida os principais resultados e objetivos atingidos pela Autarquia ao longo do ano. O documento informa de modo integrado e transparente como as estratégias e diretrizes do ITI, associadas aos instrumentos de conformidade e governança, contribuem substancialmente para que a missão do Instituto seja alcançada.

Cabe destacar o comprometimento do ITI em integrar, de maneira estratégica e transparente, as informações que compõem este Relatório, de forma a ilustrar um documento completo, relevante, íntegro e de linguagem adequada e acessível.

A Autarquia tem empregado esforços para aperfeiçoar o pensamento estratégico, o registro e o alinhamento das informações de suas diversas áreas sistêmicas, no intuito de melhorar o processo de elaboração do seu Relatório de Gestão e promover maior integração e contundência na apresentação de suas informações.

Consta, neste Relatório de Gestão do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, melhorias significativas e inovações decorrentes da implementação desse processo, além das respectivas declarações de integridade dos responsáveis pela governança da Instituição, conforme as determinações e orientações do TCU para a prestação de contas do exercício, tendo posto que a nova gestão iniciou-se em fevereiro de 2019.

Declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo, que todas as informações contidas neste documento, além do monitoramento do PPA exigidas no Módulo de Monitoramento Temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP, conforme orientações do Ministério da Economia.

**BIANCA MARTINS
ROCKENBACH** Assinado de forma digital por
BIANCA MARTINS ROCKENBACH
Dados: 2020.03.05 16:12:34 -03'00'

Bianca Martins Rockenbach

Coordenadora de Planejamento, Orçamento e Modernização Institucional

Autoridade Certificadora Raiz – ICP-Brasil

Declaração sobre a integridade e completude dos registros de atos no Sisac

DECLARAÇÃO			
UG: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação		Código da UG: 243001	
<p>Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo, que considerando que este Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, não dispõe de quadro próprio de pessoal, restou prejudicada as informações de atos decorrentes de admissão, concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos a pessoal para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.</p> <p>Informa-se ainda, que o quadro de pessoal desta Autarquia é composta simplesmente por cargos de Direção de Assessoramento Superior – DAS, bem como Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE, distribuído na seguinte estrutura:</p> <p>Diretoria da Presidência, Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas, Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização, Procuradoria Federal Especializada e Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e de Administração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	13/03/2020
Autoridade Responsável	Roberto Bueno de Assunção	CPF nº	189.296.721-91
Cargo	Chefe de Serviço	Unidade	Gestão de Pessoas

**ROBERTO
BUENO DE
ASSUNÇÃO**

Assinado de forma
digital por ROBERTO
BUENO DE ASSUNCAO
Dados: 2020.03.13
10:35:43 -03'00'



Autoridade Certificadora Raiz – ICP-Brasil

**Integridade e completude do atendimento dos requisitos da Lei 8.730/1993
quanto à entrega das declarações de bens e renda**

DECLARAÇÃO			
UG: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação		Código da UG: 243001	
Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo, que todos os servidores deste Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, obrigados pela Lei 8.730/1993, disponibilizaram suas declarações de bens e rendas e ou assinaram formulário que autoriza os órgãos de controle a ter acesso aos dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física, junto a este Serviço de Gestão de Pessoas - SEGEP, para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.			
Local	Brasília-DF	Data	13/03/2020
Autoridade Responsável	Roberto Bueno de Assunção	CPF nº	189.296.721-91
Cargo	Chefe de Serviço	Unidade	Gestão de Pessoas

**ROBERTO BUENO
DE ASSUNCAO**

Assinado de forma digital por
ROBERTO BUENO DE
ASSUNCAO
Dados: 2020.03.13 10:37:08
-03'00'

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2019, do Instituto Nacional de Tecnologia e Informação - ITI.

A presente declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019, que é realizada pelo Serviço de Contabilidade do ITI, e é pautada na Macrofunção 020315 - Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira, sistema do Governo Federal, onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2019, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Brasília-DF, 27 de janeiro de 2020

**JOSE DORNELAS
BATISTA**

Assinado de forma digital por
JOSE DORNELAS BATISTA
Dados: 2020.01.27 14:00:21 -03'00'

José Dornelas Batista

Contador

CRC/DF nº 7.089

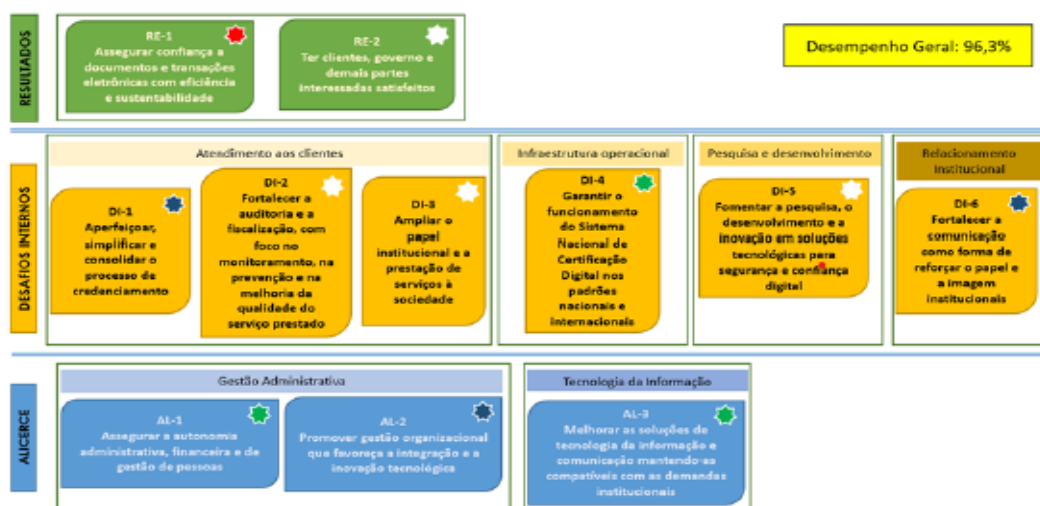
7.3. Anexo 3 – Resultados do Planejamento Estratégico 2019



RESULTADOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2019

Informamos abaixo os resultados obtidos em cada um dos indicadores estratégicos, distribuídos nas perspectivas de Alicerce, Desafios Internos e Resultados no exercício de 2019.

Panel de Bordo – Visão Mapa Estratégico



A avaliação geral de desempenho à luz da ponderação do peso de cada objetivo estratégico apresenta um resultado de 96,3%.

Dos 11 objetivos estratégicos, temos a seguinte situação:

- 3 objetivos apresentaram desempenho acima de 102% (azul). Sendo: DI – 1; DI – 6 e AL – 2.
- 3 objetivos apresentaram desempenho entre 90% e 102% (verde). Sendo: DI – 4; AL – 1; AL – 3; e
- 1 objetivo apresentou desempenho abaixo de 80% (vermelho). RE – 1, pois este objetivo possui 2 índices (ISC, e IFC) e o Índice de serviços e aplicações com uso de certificação digital – ISC, ainda estava em fase de aperfeiçoamento e, por tanto, não houve aferição.
- 4 objetivos não foram medidos (branco). Um destes objetivos (RE-2) ainda estava com seu índice (ISA – Índice de Satisfação) em fase de aperfeiçoamento, isto posto, não

houve aferição. Os outros 3 objetivos estratégicos (DI- 2; DI – 3 e DI – 5) não foram medidos por não possuírem indicadores vinculados.

A avaliação geral de desempenho é realizada com base no comportamento dos indicadores de desempenho, conforme critérios a seguir:

- Variação maior que 2% da meta: AZUL
- Variação entre -10 e 2% da meta: VERDE
- Variação entre -20 e -10% da meta: AMARELO
- Variação menor que -20% da meta: VERMELHO
- Não medido: BRANCO

O painel a seguir apresenta os resultados dos indicadores estratégicos em 2019, cujos resultados detalhados, análises e justificativas serão detalhadas em seguida.

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
ISC - Índice de serviços e aplicações com uso de certificação digital	40%	+	Anual	%	ASESP	Ruy	3933	dez/19	N.M	N.M	-
IFC - Índice de fraude por certificados emitidos	60%	-	Mensal	%	CGAFI	Maurício	3873	dez/19	0,0036%	0,0072%	0,0%
ISA - Índice de satisfação	100%	+	Anual	%	ASCOM	Brenda	3929	dez/19	Implantar pesquisa	N.M	-
ITC - Índice de tempo médio de credenciamento	100%	-	Trimestral	Qtd de dias	CGAFI	Maurício	3873	dez/19	134	97	127,6%
IDC - Índice de disponibilidade de infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil	100%	+	Mensal	%	CGISI	Gonçalves	3941	dez/19	99,99%	100,00%	100,0%
IEC - Índice de exposição em canais de comunicação	100%	+	Trimestral	%	ASCOM	Brenda	3929	dez/19	40,0%	34,3%	136,1%
EOR - Execução do orçamento	100%	+	Mensal	%	COPOM	Geraldo	3889	dez/19	95,00%	95,32%	101,0%
IOP - Índice de otimização de processos	100%	+	Trimestral	%	COPOM	Geraldo	3889	dez/19	71%	102,00%	143,7%
IAT - Índice de atendimento às demandas de TIC	50%	+	Mensal	%	COTIC	Felipe	3810	dez/19	99,79%	98,15%	100,15%

Objetivo Estratégico	
RE-1	Assegurar confiança a documentos e transações eletrônicas com eficiência e

Descrição do indicador	
ISC - Índice de serviços e aplicações com uso de certificação digital	

Fórmula	
ISC = Quantidade de titulares de certificados aptos para utilizar serviços e aplicações do ano	

Polaridade	Representação	Frequência	Área	Responsável	Ramal
Positiva	%	Anual	N.d.	Ruy	N.d.

Histórico		
Ano	Quantidade de Titulares	Variação
2015		
2016	2.108.837	
2017	2.759.327	30,8%
2018	5.751.563	108,4%

 Crescimento Médio
 65%

0,0%
0,0%
30,8%
108,4%

Metas		
Ano	Quantidade de Titulares	Variação
2019	7.477.031	30%
2020	9.720.141	30%
2021	12.636.183	30%
2022	16.427.038	30%

30%	0%
30%	0%
30%	0%
30%	0%

Objetivo Estratégico	
RE-1	Assegurar confiança a documentos e transações eletrônicas com eficiência e

Descrição do indicador	
ISC - Índice de serviços e aplicações com uso de certificação digital	

Resultados 2019			
Mês	Qtde titulares	Qtde titulares ano anterior	Variação
Dezembro	N.M	N.M	#VALOR!

Análise de Desempenho - Responsável	
Dezembro	O resultado é obtido pela relação entre a quantidade de titulares de certificados aptos para utilizar serviços e aplicações do ano atual e a quantidade de titulares de certificados aptos para utilizar serviços e aplicações no ano anterior. O ISC é medido anualmente e, no exercício de 2019, este índice ainda estava em fase de aperfeiçoamento, isto posto, não houve aferição.

Proposta de Ação Corretiva - Responsável	
Dezembro	Para subsidiar a coleta de acompanhamento deste indicador, foi desenvolvido durante o exercício de 2019, m catálogo, disponível no endereço https://aquitemcd.iti.gov.br/ , na qual é possível encontrar serviços, aplicações, sistemas e processos que aceitam o uso do certificado digital no padrão da ICP-Brasil. A página está em constante atualização e poderá prover as informações necessárias para mensurar o indicador.

Objetivo Estratégico					
RE-1	Assegurar confiança a documentos e transações eletrônicas com eficiência e sustentabilidade				
Descrição do Indicador					
IFC - Índice de fraude por certificados emitidos					
Fórmula					
IFC = Quantidade de fraudes detectadas / Quantidade de certificados emitidos					
Polaridade	Representação	Frequência	Área	Responsável	Ramal
Negativa	%	Mensal	N.d.	Pedro	N.d.
Histórico					
Ano	Quantidade de fraudes detectadas	Quantidade de certificados emitidos	Valor		
2015	244	3.280.537	0,0074%		
2016	179	3.226.452	0,0055%		
2017	144	3.587.709	0,0040%		
2018	153	4.166.258	0,0037%		
Metas					
Ano	Quantidade de fraudes detectadas	Quantidade de certificados emitidos	Valor		
2019	164	6.318.941	0,0026%		
2020	162	4.746.648	0,0034%		
2021	166	5.126.697	0,0032%		
2022	169	5.506.746	0,0031%		
Desdobramento Meta 2019					
Mês	Quantidade de fraudes detectadas	Quantidade de certificados emitidos	Valor		
Janeiro	13	492.590	0,0027%		
Fevereiro	36	970.303	0,0037%		
Março	46	1.438.356	0,0032%		
Abril	57	1.972.600	0,0029%		
Maior	77	2.550.429	0,0030%		
Junho	97	3.025.564	0,0032%		
Julho	119	3.598.281	0,0033%		
Agosto	132	4.138.715	0,0032%		
Setembro	150	4.674.198	0,0032%		
Outubro	174	5.260.365	0,0033%		
Novembro	199	5.841.948	0,0034%		
Dezembro	164	6.318.941	0,0035%		
Fonte das informações					
SAF e base de dados db_certificado					
Observações					
Objetivo Estratégico					
RE-1	Assegurar confiança a documentos e transações eletrônicas com eficiência e sustentabilidade				
Descrição do Indicador					
IFC - Índice de fraude por certificados emitidos					
Resultados 2019					
Mês	Quantidade de fraudes detectadas	Quantidade de fraudes acumuladas	Quantidade de certificados emitidos	Quantidade de certificados acumulados	Valor
Janeiro	28	28	428.333	428.333	0,0061%
Fevereiro	19	45	415.397	843.730	0,0052%
Março	23	68	406.997	1.250.727	0,0046%
Abril	71	139	464.554	1.715.281	0,0041%
Maior	57	196	502.453	2.217.734	0,0026%
Junho	10	206	413.155	2.630.889	0,0039%
Julho	57	263	498.008	3.128.897	0,0046%
Agosto	71	334	469.936	3.598.833	0,0050%
Setembro	18	352	465.631	4.064.464	0,0047%
Outubro	30	382	510.225	4.574.689	0,0046%
Novembro	10	392	505.196	5.079.885	0,0077%
Dezembro	5	397	414.771	5.494.656	0,0072%
-61,9288% 144,7%					
Proposta de Ação Corretiva - Responsável					
Dezembro	Observamos que o resultado de fraudes detectadas foi maior do que o esperado na projeção, porém não podemos deixar de salientar que 10% do total de fraudes contabilizadas dizem respeito a processos indetificados entre 2017 e 2019. A CGAFI está reformulando as ferramentas e sistemas de detecção de fraudes, que serão complementadas por um Modelo Preditivo que irá sinalizar as fraudes antes da efetivação. Com esses novos recursos esperamos diminuir em aproximadamente 70% a quantidade de fraudes efetivadas.				

Objetivo Estratégico	
RE-2	Ter clientes, governo e demais partes interessadas satisfeitos

Descrição do indicador
ISA - Índice de satisfação

Fórmula
Pesquisa de satisfação

Polaridade	Representação	Frequência	Área	Responsável	Ramal
Positiva	%	Anual	N.d.	Brenda	N.d.

Metas	
Ano	Valor
2019	Implantação da pesquisa
2020	A definir
2021	A definir
2022	A definir

Fonte das informações

Observações
Resultado a ser apurado mediante pesquisa de satisfação, que abranja os principais aspectos de qualificação dos serviços oferecidos pelo ITI. No primeiro ano será elaborada e realizada a pesquisa e a estrutura do indicador. A definição de meta ocorrerá a partir do segundo ano, em 2020.

Objetivo Estratégico	
RE-2	Ter clientes, governo e demais partes interessadas satisfeitos

Descrição do indicador
ISA - Índice de satisfação

Resultados 2019	
Mês	
Dezembro	

Análise de Desempenho - Responsável	
Dezembro	A Pesquisa de Satisfação não foi realizada em 2019 devido à ausência de equipe e pessoal especializado para elaboração do projeto básico, com o estabelecimento dos critérios e objetivos.

Proposta de Ação Corretiva - Responsável	
Dezembro	A partir de 2020 sugerimos, como forma de correção, a instituição de um grupo de trabalho constituído por funcionários de diferentes áreas da autarquia e que estejam em relacionamento com os diferentes públicos a serem pesquisados.

Presidência da República
Casa Civil

Objetivo Estratégico	
DI-1	Aperfeiçoar, simplificar e consolidar o processo de credenciamento
Descrição do indicador	
ITC - Índice de tempo médio de credenciamento	
Fórmula	
ITC = Tempo médio de credenciamento executado / Tempo de credenciamento previsto	

Polaridade	Representação	Frequência	Área	Responsável	Ramal
Negativa	Qtd de Dias	Trimestral	N.d.	Maurício	N.d.

Histórico								
Ano	Autoridade Certificadora - AC 1º Nível		Autoridade Certificadora - AC 2º Nível		Autoridade de Registro - AR		Instalações Técnicas	
	Tempo médio de credenciamento executado	Tempo de credenciamento definido em norma	Tempo médio de credenciamento executado	Tempo de credenciamento definido em norma	Tempo médio de credenciamento executado	Tempo de credenciamento definido em norma	Tempo médio de credenciamento executado	Tempo de credenciamento definido em norma
2015	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
2016	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
2017	200	180	200	180	160	30	n.d	n.d
2018	180	180	180	180	57	30	n.d	n.d

Metas					
Ano	Autoridade Certificadora - AC 1º Nível (em dias)	Autoridade Certificadora - AC 2º Nível (em dias)	Autoridade de Registro - AR (em dias)	Instalações Técnicas (em dias)	Média Ponderada (em dias)
Peso	4	4	1,5	0,5	10
2019	160	160	30	30	134
2020	140	140	20	20	116
2021	120	120	15	15	99
2022	100	100	10	10	82

Desdobramento Meta 2019					
Trimestre	Autoridade Certificadora - AC 1º Nível (em dias)	Autoridade Certificadora - AC 2º Nível (em dias)	Autoridade de Registro - AR (em dias)	Instalações Técnicas (em dias)	Média Ponderada (em dias)
Peso	4	4	1,5	0,5	10
1º	180	180	57	30	154
2º	170	170	50	30	145
3º	165	165	45	30	140
4º	160	160	30	30	134

Fonte das informações	

Observações	
Haverá meta para cada tipo de credenciamento. O desempenho do indicador será ponderado em função do desempenho em cada segmento.	

Objetivo Estratégico	
DI-1	Aperfeiçoar, simplificar e consolidar o processo de credenciamento
Descrição do indicador	
ITC - Índice de tempo médio de credenciamento	

Resultados 2019					
Trimestre	Autoridade Certificadora - AC 1º Nível (em dias)	Autoridade Certificadora - AC 2º Nível (em dias)	Autoridade de Registro - AR (em dias)	Instalações Técnicas (em dias)	Média Ponderada (em dias)
Peso	4	4	2	n.d	10
1º	n.d	62	17	n.d	4
2º	n.d	51	16	n.d	4
3º	n.d	72	15	n.d	3
4º	n.d	73	24	n.d	5

-98%

Análise de Desempenho - Responsável	
Março	<ul style="list-style-type: none"> Não houve credenciamento de AC's de primeiro nível, entretanto, no trimestre houve o credenciamento de 2 (duas) AC's de segundo nível. O tempo médio de credenciamento de AC's foi reduzido em comparação com os anos anteriores, estando dentro do tempo estipulado pela norma. O desempenho de credenciamento de AR decorrente da alteração anterior do fluxo de processos, envolvendo na análise apenas a CSAP e a DAFN, persistiu. Com a extinção das IT's e ITN's, ocorreu um aumento na demanda dos pedidos de credenciamento de AR. Apesar desses fatores, os processos foram cumpridos em tempo inferior ao estipulado como meta para 2019. Importa observar que as médias foram obtidas a partir das "Estatísticas de Desempenho de Processos" do SR, podendo haver, portanto, alguma discrepância em função de eventuais catalogações equivocadas do tipo de processo pelo protocolo do IT.
Junho	<ul style="list-style-type: none"> Não houve credenciamento de AC's neste trimestre. O desempenho de credenciamento de AR's foi impactado pela publicação da Resolução 151 em 30 de Maio de 2019. Os processos que deram entrada antes daquela foram regularmente analisados, os que ingressaram após a publicação tiveram que se adequar ao normativo, em prazo de 120 dias, prorrogado de mais 20 dias. Os processos já adequados foram analisados regularmente, sendo cumpridos em tempo inferior ao estipulado como meta. Importa observar que as médias foram obtidas a partir das "Estatísticas de Desempenho de Processos" do SR, podendo haver, portanto, alguma discrepância em função de eventuais catalogações equivocadas do tipo de processo pelo protocolo do IT.
Dezembro	<ul style="list-style-type: none"> Neste período, compreendido entre Junho e Dezembro, houve o credenciamento de 2 (duas) AC's no mês de Dezembro, estando o tempo médio levado dentro do estipulado como meta. A análise dos processos de credenciamento de AR's continuaram a sofrer influência do período de adequação à nova norma, levando em conta as solicitações de credenciamento em conformidade com a atualização da norma. Importa observar que as médias foram obtidas a partir das "Estatísticas de Desempenho de Processos" do SR, podendo haver, portanto, alguma discrepância em função de eventuais catalogações equivocadas do tipo de processo pelo protocolo do IT.

Proposta de Ação Corretiva - Responsável	
Dezembro	<ul style="list-style-type: none"> Embora os tempos médios estejam em conformidade com a meta e inclusive inferiores, encontra-se na agenda da CSAP a modernização e a implementação de nova tecnologia para dar celeridade aos processos de Credenciamento. A expectativa é que o tempo médio de dias de credenciamento seja reduzido com a implementação do novo modelo tecnológico.

Objetivo Estratégico					
DI-4	Garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Certificação Digital nos padrões nacionais e internacionais				
Descrição do Indicador					
IDC - Índice de disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil					
Fórmula					
Conforme DOC-ICP-01 e relatório de disponibilidade					
Polaridade	Representação	Frequência	Área	Responsável	Ramal
Positiva	%	Mensal	CGISI	Gonçalves	3941
Histórico					
Ano	Valor				
2015	99,99%				
2016	99,99%				
2017	99,99%				
2018	99,99%				
Metas					
Ano	Valor				
2019	100,00%				
2020	99,99%				
2021	99,99%				
2022	99,99%				
Desdobramento Meta 2019		Meta 2020	Meta 2021	Meta 2022	Meta 2023
Mês	Valor				
Janeiro	100,00%				
Fevereiro	100,00%				
Março	100,00%				
Abril	100,00%				
Maior	100,00%				
Junho	100,00%				
Julho	100,00%				
Agosto	100,00%				
Setembro	100,00%				
Outubro	100,00%				
Novembro	100,00%				
Dezembro	100,00%				
Fonte das informações					
Relatórios mensais de disponibilidade da AC Raiz da ICP-Brasil elaborados para fins de atendimento aos controles verificados por empresa de auditoria independente					
Objetivo Estratégico					
DI-4	Garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Certificação Digital nos padrões nacionais e internacionais				
Descrição do Indicador					
IDC - Índice de disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil					
Resultados 2019		Resultados 2019			
Mês	Valor	Mês	Valor		
Janeiro	100,00%	Julho	100,00%		
Fevereiro	100,00%	Agosto	100,00%		
Março	100,00%	Setembro	100,00%		
Abril	100,00%	Outubro	100,00%		
Maior	100,00%	Novembro	100,00%		
Junho	100,00%	Dezembro	100,00%		
100,00%					
Análise de Desempenho - Responsável					
Dezembro	Em virtude da alta disponibilidade exigida pelas normas da ICP-Brasil (99,99%), no ambiente seguro principal da AC Raiz, são mantidas duas infraestruturas de rede e Internet completamente independentes entre si e também independentes daquela do ambiente seguro de contingência com administração e gerenciamento realizados pelos técnicos do próprio ITI. Além disso, o ITI mantém contrato com empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas do ambiente seguro da AC Raiz, que são monitorados em regime 24x7 por equipe especializada.				
Proposta de Ação Corretiva - Responsável					
Dezembro	NÃO há.				

DI-6	Objetivo Estratégico Fortalecer a comunicação como forma de reforçar o papel e a imagem institucionais
-------------	--

Descrição do Indicador IEC - Índice de exposição em canais de comunicação

Fórmula IEC = Quantidade de seguidores em redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram e Youtube) do ano atual / Quantidade de seguidores em redes sociais no ano anterior

Polaridade	Representação	Frequência	Área	Responsável	Itamul
Positiva	%	Trimestral	N.d.	Brenda	N.d.

Histórico		
Ano	Valor	Variação
2015	4.128	0,0%
2016	5.667	37,3%
2017	7.664	35,2%
2018	9.072	18,4%

Metas		
Ano	Valor	Variação
2019	10.107	40,0%
2020	13.644	35,0%
2021	18.420	35,0%
2022	24.867	35,0%

Desdobramento Meta 2019	
Trimestre	Valor
1º	9.868
2º	10.734
3º	11.676
4º	12.701

Fonte das informações As informações serão obtidas por meio de levantamento nas respectivas redes sociais.
--

Observações A partir do segundo ano será incluído mecanismo de avaliação qualitativa das interações, bem como de exposição em mídia impressa e digital.

DI-6	Objetivo Estratégico Fortalecer a comunicação como forma de reforçar o papel e a imagem institucionais
-------------	--

Descrição do Indicador IEC - Índice de exposição em canais de comunicação

Resultados 2018						
Ano	Twitter	Facebook	Instagram	Youtube	LinkedIn	Total s/ LinkedIn
2018	1.201	5.942	625	1.304	0	9.072
Resultados 2019						
Trimestre	Twitter	Facebook	Instagram	Youtube	LinkedIn	Total s/ LinkedIn
1º	1.279	6.450	1.017	1.361	1.524	10.107
2º	1.355	7.068	1.430	1.916	1.670	11.769
3º	1.423	7.823	1.806	2.107	1.914	13.159
4º	1.476	8.010	2.282	2.251	3.959	14.019
					% crescimento	

Análise de Desempenho - Responsável	
Março	O início da nova gestão motivou uma dinâmica de reuniões e encontros que geraram pautas e notícias, como a nomeação dos novos membros do Comitê Gestor. Observamos que não há dados comparativos referentes ao ano de 2018, por trimestre, o número de seguidores equivale a 9.072. Destacamos que a rede LinkedIn foi criada em janeiro de 2019.
Junho	Em junho foram realizadas atividades que motivaram a produção de conteúdo para as redes sociais e para o portal ITI. Entre elas destacamos o 3º Encontro das ACs, abertura das inscrições do Certforum, publicação da Resolução nº 151 e o lançamento do vídeo institucional sobre certificação digital.
Dezembro	Observamos que a produção de conteúdo audiovisual e peças gráficas, como cards e posts, contribuiu para ampliar o número de seguidores no último trimestre. A criação de conteúdo específico e a cobertura de agenda do ITI proporcionaram a difusão de notícias e informações institucionais para diversos públicos.

Proposta de Ação Corretiva - Responsável	
Março	Tendo em vista que os números indicaram a superação da meta, consideramos que as iniciativas de comunicação, devem ser mantidas com o propósito de realizar uma cobertura e disseminação de todas as atividades realizadas no ITI e ampliar o número de seguidores nas redes sociais.
Junho	O incremento do número de seguidores em junho demonstra que as estratégias de comunicação com a produção de conteúdo próprio (matérias, posts e cards) com cobertura das atividades realizadas pelo ITI estão até o momento adequadas para cumprir o objetivo Estratégico DI-6.
Dezembro	Apesar de não haver necessidade de qualquer ação corretiva específica no que diz respeito às ações de comunicação, tendo em vista a evolução dos indicadores, consolidamos o plano de ação de comunicação com o objetivo de continuar com o crescente do número de seguidores e também ampliar o engajamento a partir de 2020, seguindo as diretrizes de comunicação estratégica da Ascom. Observamos que existe a necessidade de aprimoramento do índice de exposição e propomos uma avaliação do índice atual que diz respeito apenas ao número de seguidores. Assim, a proposta de análise qualitativa está sujeita à incorporação de outras informações, como o número de curtidas e compartilhamento. Ressaltamos que devido à dinâmica da área de comunicação e o surgimento de novas tecnologias para redes sociais, há necessidade de incorporar outros canais que podem eventualmente ser criados.

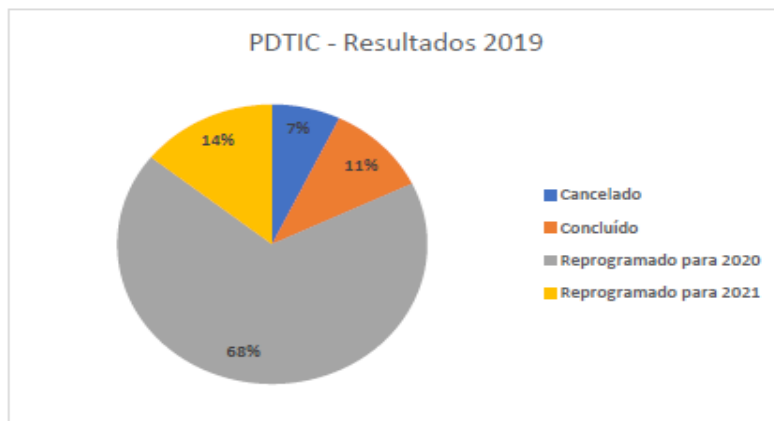
Objetivo Estratégico					
AL-2	Promover gestão organizacional que favoreça a integração e a inovação tecnológica				
Descrição do indicador					
IOP - Índice de otimização de processos					
Fórmula					
IOP = Quantidade de Processos Otimizados / Quantidade total de Processos					
Polaridade	Representação	Frequência	Área	Responsável	Ramal
Positiva	%	Trimestral	CGPOA	Conzatti	3889
Histórico					
Ano	Quantidade de processos otimizados	Quantidade total de processos		Valor	
2015	n.d	n.d		n.d	
2016	n.d	n.d		n.d	
2017	n.d	n.d		n.d	
2018	15	63		23,8%	
Metas					
Ano	Quantidade de processos otimizados	Quantidade total de processos		Valor	
2019	45	63		71%	
2020	63	63		100%	
2021	63	63		100%	
2022	63	63		100%	
Desdobramento Meta 2019					
Trimestre	Quantidade de processos otimizados	Quantidade total de processos		Valor	
1º	23	63		37%	
2º	30	63		48%	
3º	37	63		59%	
4º	45	63		71%	
Fonte das informações					
As informações de execução serão geradas com base no Projeto Estratégico "Gestão de Processos".					
Observações					
Otimizado é a situação de um processo mapeado, reprojeto e implantado					
Objetivo Estratégico					
AL-2	Promover gestão organizacional que favoreça a integração e a inovação tecnológica				
Descrição do indicador					
IOP - Índice de otimização de processos					
Resultados 2019					
Trimestre					
1º	25	63	40%		
2º	32	63	51%		
3º	48	63	76%		
4º	64	63	102%		
Análise de Desempenho - Responsável					
Dezembro	O IOP, que é medido trimestralmente, tinha como meta para o exercício de 2019 uma execução de 71%. O resultado do período apresenta uma execução de 102%, com um desempenho de 143,7% em relação à meta. No período foram mapeados 64 dos 63 processos previstos para o exercício. Sendo: 18 processos da CGAFI, 2 da ASCOM, 7 da COLIC, 20 da CGISI, 8 da COPOM, 1 da CGOPE, 1 do Protocolo/CGPOA, 2 da SEGEP, 3 da DILOG e 2 da COPTIC.				
Proposta de Ação Corretiva - Responsável					
Dezembro	Não há.				

Presidência da República
 Casa Civil

Objetivo Estratégico					
AL-3	Melhorar as soluções de tecnologia da informação e comunicação mantendo-as compatíveis com as demandas institucionais				
Descrição do indicador					
IAT - Índice de atendimento às demandas de TIC					
Fórmula					
IAT = Quantidade de demandas atendidas dentro do SLA / Quantidade total de demandas atendidas					
Polaridade	Representação	Frequência	Área	Responsável	Ramal
Positiva	%	Mensal	COTIC	FELIPE	3810
Histórico					
Ano	Quantidade de demandas atendidas dentro do SLA	Quantidade total de demandas atendidas	Valor		
2015	147.216	147.257	99,97%		
2016	119.565	119.586	99,98%		
2017	59.206	59.278	99,88%		
2018	44.712	44.824	99,75%		
2019	59.820	60.000	99,70%		
Metas					
Ano	Quantidade de demandas atendidas dentro do SLA	Quantidade total de demandas atendidas	Valor		
2020	64.805	65.000	99,70%		
2021	69.860	70.000	99,80%		
2022	74.850	75.000	99,80%		
2023	79.920	80.000	99,90%		
Desdobramento Meta 2019					
Mês	Quantidade de demandas atendidas dentro do SLA	Quantidade total de demandas atendidas	Valor		
Janeiro	4.985	5.000	99,70%		
Fevereiro	9.970	10.000	99,70%		
Março	14.955	15.000	99,70%		
Abril	19.940	20.000	99,70%		
Mai	24.925	25.000	99,70%		
Junho	29.910	30.000	99,70%		
Julho	34.895	35.000	99,70%		
Agosto	39.880	40.000	99,70%		
Setembro	44.865	45.000	99,70%		
Outubro	49.850	50.000	99,70%		
Novembro	54.835	55.000	99,70%		
Dezembro	59.820	60.000	99,70%		
Fonte das informações					
As informações para mensuração do indicador deverão ser obtidas diretamente a partir do software que registra os tickets de atendimentos de TI realizados pela equipe técnica. Atualmente está sendo utilizado o OTRS para esta finalidade, conforme "Relatório de Atividades de Administração de Redes Prestados pela Mexotec", que utiliza o software OTRS para medição de nível de serviço dos chamados.					
Observações					
Mede as demandas por atendimento ao usuário e por suporte à infraestrutura de TIC conforme o Nível de Serviço (SLA) definido em contrato					
Objetivo Estratégico					
AL-3	Melhorar as soluções de tecnologia da informação e comunicação mantendo-as compatíveis com as demandas institucionais				
Descrição do indicador					
IAT - Índice de atendimento às demandas de TIC					
Mês	Quantidade de demandas atendidas dentro do SLA	Acumulado	Quantidade total de demandas atendidas	Acumulado	%
Janeiro	9.346	9.346	9.350	9.350	99,96%
Fevereiro	2.115	11.461	2.119	11.469	99,93%
Março	1.559	13.020	1.571	13.040	99,85%
Abril	843	13.863	856	13.896	99,76%
Mai	2.461	16.324	2.466	16.362	99,77%
Junho	1.754	18.078	1.758	18.120	99,77%
Julho	2.336	20.414	2.340	20.460	99,78%
Agosto	13.324	33.738	13.326	33.786	99,86%
Setembro	2.120	35.858	2.122	35.908	99,86%
Outubro	994	36.852	1.000	36.908	99,85%
Novembro	1.965	38.817	1.969	38.877	99,85%
Dezembro	1.204	40.021	1.206	40.083	99,85%
Análise de Desempenho - Responsável					
Dezembro	Fiscalização e Controle do Acordo de nível de serviço acordado bem como contratações de itens de infraestrutura no decorrer do ano de 2019				
Proposta de Ação Corretiva - Responsável					
Dezembro	Para manutenção/melhoria dos índices, será necessário um aumento dos investimentos na coordenação bem como a melhoria dos processos de gestão				

7.4. Anexo 4 – Resultados do PDTIC 2019-2020

O PDTIC 2019-2020 apresenta um inventário com 28 ações para 2019, do qual foram obtidos os seguintes resultados:



PDTIC - Resultados 2019	
Cancelado	2
Concluído	3
Reprogramado para 2020	19
Reprogramado para 2021	4
Total	28

As necessidades não implementadas em sua totalidade foram reprogramadas.

Ação	Descrição da Ação	Situação Atual	Data limite	Observação
Serviço de suporte técnico ao ambiente seguro da AC Raiz	Contratação de suporte técnico para manutenção e operação da infraestrutura de rede e demais serviços da AC Raiz.	Previsto	dez/19	reprogramado para 2020
Licenciamento e suporte de software para publicação de formulários integrados ao SEI	Contratação e manutenção do licenciamento e suporte de software para a geração de formulários web a serem utilizados no credenciamento de entidades da ICP-Brasil, com possibilidade de integração ao sistema SEI.	Em planejamento	dez/19	reprogramado para 2020
Enlaces de comunicação de dados de Internet (redundancia) para atendimento da infraestrutura da AC Raiz	Hoje dispomos de 2 links: infovia e RNP, sendo que o acesso à RNP depende de uma saída através da INFOVIA. Para garantir redundância real no acesso à Internet da AC Raiz de Brasília é necessário a contratação de link de dados adicional. No sítio de contingência redundância, sendo atendido atualmente apenas por meio da INFOVIA	Previsto	dez/19	reprogramado para 2020

Auditoria independente para AC Raiz	Avaliar e adequar as operações da AC Raiz em conformidade da ICP-Brasil e demais normativos internacionais	Previsto	dez/19	reprogramado para 2020
Monitoramento do ambiente seguro da AC Raiz	Contratação de serviços de monitoramento do ambiente seguro da AC Raiz	Previsto	dez/19	reprogramado para 2020
Solução de controle de frequência dos servidores	Implantação de sistema desenvolvido pelo Ministério do Planejamento para controle de frequência dos servidores do ITI, em atendimento à Instrução Normativa nº 02/2018 - MPDG	Solução interna	dez/19	reprogramado para 2021
Serviços de métricas de software	Contratação de serviço de apoio aos projetos de desenvolvimento de software por meio da quantificação do trabalho pela metodologia de contagem de pontos de função.	Contratado	ago/19	reprogramado para 2020
Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação e a Presidência da República	Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação e a Presidência da República, tendo como objetivo a cessão de espaço físico e demais recursos do centro de dados daquela instituição para hospedagem da infraestrutura de servidores e de armazenamento de dados do ITI	Previsto	dez/19	reprogramado para 2020
Infraestrutura de Carimbo de Tempo	Contratação que visa ampliar a disponibilidade da EAT	Previsto	dez/19	reprogramado para 2020
Aquisição de licenças de software Qlik Sense QAP e Geoanalytics.	Aquisição de licenças de softwares componentes da plataforma Qlik Sense visando a publicação de painéis analíticos para o público externo à instituição e a capacidade de análise de dados georreferenciados.	Em planejamento	ago/19	reprogramado para 2020
Aquisição de software de backup e alta disponibilidade para múltiplos sites	Aquisição de software com capacidade de gerenciamento de backup em disco com o uso de deduplicação e com capacidade para gerenciar a disponibilidade de máquinas virtuais e realizar a recuperação de desastres em ambiente de múltiplos sites.	Previsto	ago/19	reprogramado para 2020
Solução para backup e alta disponibilidade de serviços em múltiplos sites	Implantação de solução para orquestração automatizada de cópias de segurança de dados em estrutura on-site e off-site e para a recuperação de desastres nos sistemas corporativos.	Previsto	dez/19	reprogramado para 2021
Solução para balanceamento de aplicações e monitoramento e visibilidade de serviços	Implantação de solução para o balanceamento do acesso e para a alta disponibilidade das aplicações corporativas, incluindo ferramentas para monitoramento do desempenho de acesso às aplicações.	Previsto	dez/19	reprogramado para 2021

NOC dos ambientes seguros (DF/UFSC)	Criação de ambiente nível 3 para monitoramento e operação remota da infraestrutura da AC Raiz	Previsto	dez/19	reprogramado para 2021
Modernização de equipamentos (Endpoints) dedicados de videoconferência	Aquisição de novos equipamentos para salas e terminais de videoconferência, visando a integração com a nova infraestrutura de videoconferência do ITI.	Previsto	dez/19	reprogramado para 2020
Aquisição de licenças de para serviços de domínio Microsoft	Aquisição de licenças de sistema operacional Windows Server e de licenças CAL (Client Access License), visando a consolidação dos serviços de domínio do ITI.	Em planejamento	ago/19	concluído
Aquisição de software de virtualização e de orquestração de ambiente virtualizado	Aquisição de licenças perpétuas de software de virtualização, contemplando a plataforma de orquestração e gerenciamento de recursos do ambiente virtualizado, com os objetivos de melhorar as ferramentas hoje disponíveis para as equipes de gestão de infraestrutura de TI e de evitar falhas nos serviços.	Previsto	dez/19	concluído
Solução de orquestração de ambiente virtualizado	Implantação de solução para gerenciamento, orquestração e administração do ambiente de servidores virtuais.	Previsto	ago/19	reprogramado para 2020
Solução para autenticação em rede sem fio integrada à autenticação de domínio	Implantação de solução de autenticação para a rede sem fio por meio do protocolo 802.1X (WPA2-Enterprise) integrada ao domínio corporativo.	Previsto	ago/19	cancelado
Solução para autenticação unificada (single sign-on) para os serviços de TIC, com uso de certificado digital	Implantação de solução de autenticação unificada para os serviços de domínio e para as aplicações web, por meio do uso de certificado digital.	Previsto	dez/19	reprogramado para 2020
Plano de Dados Abertos 2019-2020	Elaboração do Plano de dados Abertos do ITI para o biênio 2019-2020	Previsto	dez/19	concluído
Aquisição de dispositivos e interfaces de redes	Aquisição de interfaces de rede para adequação da infraestrutura tecnológica	Previsto	dez/19	reprogramado para 2020
Solução para controle de automação de deployment e integração contínua	Implantação de solução integrada ao repositório de software corporativo para automação da geração de pacotes (build) e disponibilização das aplicações (deployment).	Previsto	ago/19	reprogramado para 2020

Solução para controle de qualidade de software	Implantação de solução para análise de repositório de código e para definição de parâmetros de qualidade a serem seguidos pelos desenvolvedores de soluções	Previsto	ago/19	reprogramado para 2020
Solução de repositório de código e controle de versionamento	Implantação de solução para controle de versões de software e de repositório de código e informações relativas aos projetos do ITI	Previsto	ago/19	reprogramado para 2020
Aquisição de novos equipamentos de rede sem fio (WLAN)	Substituição da atual infraestrutura de rede sem fio do ITI por equipamentos mais modernos, melhor adequados para as necessidades da instituição e cobertos por garantia.	Em planejamento	dez/19	reprogramado para 2020
Escritório de projetos de TIC	Instituir estrutura para acompanhamento e monitoramento dos projetos de TIC	Previsto	dez/19	cancelado
Criar programa de capacitação continuado para área de TIC	Criar programa para definir as capacitações necessárias na área de TIC	Demanda futura	dez/19	reprogramado para 2020

7.5. Anexo 5 - Parecer da Auditoria Independente (AC Raiz e Webtrust AC Raiz)



Relatório de asseguarção razoável dos auditores independentes

Aos Srs. Administradores,
AC Raiz da ICP-Brasil
Brasília - DF

Fomos contratados para realizar um serviço de asseguarção razoável sobre a conformidade operacional dos controles internos estabelecidos pela administração da AC Raiz da ICP-Brasil para atendimento aos itens citados no Anexo I do documento "Relatório de asseguarção razoável dos auditores independentes para auditoria de conformidade operacional de AC Raiz da ICP-Brasil, primeira autoridade da cadeia de certificação da ICP-Brasil", extraídos da Declaração de Práticas de Certificação e da Política de Segurança da AC Raiz da ICP-Brasil, no período compreendido entre 09 de setembro de 2018 a 08 de setembro de 2019.

Responsabilidade da administração da entidade

A Administração da AC Raiz da ICP-Brasil é responsável pela manutenção dos controles internos que propiciem uma adequada segurança do ambiente de operação das atividades da AC Raiz da ICP-Brasil e a qualidade dos seus respectivos procedimentos operacionais, incluindo medidas para situações de ruptura, contingência ou emergência do ambiente de certificação digital.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é de expressar a conclusão sobre a conformidade dos controles internos relativos à segurança do ambiente de certificação digital e à qualidade dos seus respectivos procedimentos operacionais, incluindo medidas para situações de ruptura, contingência ou emergência do ambiente de certificação digital, com base no trabalho de asseguarção razoável conduzido de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01/12, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança razoável de que as informações quantitativas e qualitativas dos controles internos relativos à segurança do ambiente de tecnologia da informação e à qualidade dos procedimentos operacionais, incluindo medidas para situações de ruptura, contingência ou emergência do ambiente de certificação digital tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.



O serviço de asseguarção razoável envolve a execução de procedimentos para obter evidências adequadas e suficientes de que os controles internos mencionados anteriormente estão aderentes aos requisitos citados no Anexo I do documento "Relatório de asseguarção razoável dos auditores independentes para auditoria de conformidade operacional de AC Raiz da ICP-Brasil, primeira autoridade da cadeia de certificação da ICP-Brasil", extraídos da Declaração de Práticas de Certificação e da Política de Segurança da AC Raiz da ICP-Brasil. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor independente, incluindo a avaliação dos riscos dos controles internos descritos anteriormente de não atenderem significativamente os requisitos citados no Anexo I do documento "Relatório de asseguarção razoável dos auditores independentes para auditoria de conformidade operacional de AC Raiz da ICP-Brasil, primeira autoridade da cadeia de certificação da ICP-Brasil", extraídos da Declaração de Práticas de Certificação e da Política de Segurança da AC Raiz da ICP-Brasil. Nesse sentido, os procedimentos selecionados compreenderam:

- (a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas dos controles internos relativos à segurança do ambiente de certificação digital e à qualidade dos seus respectivos procedimentos operacionais, incluindo medidas para situações de ruptura, contingência ou emergência do ambiente de certificação digital da AC Raiz da ICP-Brasil;
- (b) O entendimento da estrutura organizacional envolvida, bem como os processos referentes à segurança do ambiente de operação e à qualidade dos seus respectivos procedimentos operacionais, conforme detalhado no corpo do relatório; e
- (c) A aplicação de procedimentos de auditoria para a avaliação do desenho e operação dos controles internos relativos à segurança do ambiente de operação e à qualidade dos seus respectivos procedimentos operacionais, incluindo ações a serem tomadas em caso de eventualidade requeridas pelos normativos citados.

Acreditamos que as evidências obtidas são suficientes e adequadas para constituir a base para a nossa conclusão.

Conclusão

A emissão do parecer para as auditorias de conformidade operacional de entidades integrantes da ICP-BRASIL, obedece aos conceitos estabelecidos no documento ADE-ICP-08-F v.1.0 CRITÉRIOS PARA A EMISSÃO DE PARECER DE AUDITORIA. Desta forma, o parecer segue a tabela abaixo:



Conceito	Parecer	Situação
1	Adequado	Ausência de não conformidades.
2	Aceitável	Média da avaliação dos riscos considerada baixa.
3	Deficiente	Média da avaliação dos riscos considerada mediana.
4	Inadequado	Média da avaliação dos riscos considerada alta.
5	Inaceitável	Média da avaliação dos riscos considerada crítica.

Em vista da metodologia de análise de riscos utilizada pela EY, obtivemos o seguinte parecer com relação aos controles internos relativos à segurança do ambiente de operação e à qualidade dos seus respectivos procedimentos operacionais, incluindo ações a serem tomadas em caso de eventualidade requeridas pelos normativos supracitados em operação no período entre 09 de setembro de 2018 e 08 de setembro de 2019:

Conceito	Parecer	Situação
1	Adequado	Ausência de não conformidades.

O parecer adequado é decorrente ausência de não conformidades.

Durante a auditoria operacional não identificamos deficiências de controles relevantes que pudessem impactar nossa opinião. Entretanto, foram mapeadas 2 oportunidades de melhoria que podem ser verificados no Anexo II do documento "Relatório de asseguarção razoável dos auditores independentes para auditoria de conformidade operacional de AC Raiz da ICP-Brasil, primeira autoridade da cadeia de certificação da ICP-Brasil".

Opinião

Em nossa opinião, com base nos procedimentos descritos na seção "Responsabilidade dos auditores independentes", a AC Raiz da ICP-Brasil atendeu aos critérios do normativo Webtrust Services Principles and Criteria for Certification Authorities, Version 2.2 e aos itens citados no Anexo I do documento "Relatório de asseguarção razoável dos auditores independentes para auditoria de conformidade operacional de AC Raiz da ICP-Brasil, primeira autoridade da cadeia de certificação da ICP-Brasil", extraídos da Declaração de Práticas de Certificação (DOC-ICP-01) e da Política de Segurança (DOC-ICP-02) da AC Raiz da ICP-Brasil, no período compreendido entre 09 de setembro de 2018 a 08 de setembro de 2019.

Restrições de uso e distribuição

Este relatório, de acordo com o propósito descrito no primeiro parágrafo, destina-se ao uso da AC Raiz da ICP-Brasil e do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI. Permitimos a divulgação pela da AC Raiz da ICP-Brasil e do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI para terceiros, a seu critério e somente na íntegra, desde



Independent Assurance Report

To the Management of AC Raiz da ICP-Brasil – Root CA:

We have been engaged, in a reasonable assurance engagement, to report on AC Raiz da ICP-Brasil – Root CA management's assertion, that for its Root Certification Authority (CA) operations at *Brasília, Brazil* and *Florianópolis, Brazil*, throughout the period September 9, 2018 to September 8, 2019, for its CAs as enumerated in the Appendix A, AC Raiz da ICP-Brasil – Root CA has:

- disclosed its business, key lifecycle management, certificate lifecycle management, and CA environmental control practices in its:
 - Certification Practice Statements
 - Security Policy

as listed on the appendix B

- maintained effective controls to provide reasonable assurance that:
 - AC Raiz da ICP-Brasil – Root CA Certification Practice Statements are consistent with its Security Policy
 - AC Raiz da ICP-Brasil – Root CA provides its services in accordance with its Security Policy and Certification Practice Statements
- maintained effective controls to provide reasonable assurance that:
 - the integrity of keys and certificates it manages is established and protected throughout their lifecycles;
 - subordinate CA certificate requests are accurate, authenticated, and approved
- maintained effective controls to provide reasonable assurance that:
 - logical and physical access to CA systems and data is restricted to authorized individuals;
 - the continuity of key and certificate management operations is maintained; and
 - CA systems development, maintenance and operations were properly authorized and performed to maintain CA systems integrity

in accordance with the [Webtrust Principles and Criteria for Certification Authorities, Version 2.2](#). AC Raiz da ICP-Brasil – Root CA does not escrow its CA keys, does not provide rekey services and does not provide certificate suspension services. Accordingly, our procedures did not extend to controls that would address those criteria.

Certification authority's responsibilities

AC Raiz da ICP-Brasil – Root CA management is responsible for its assertion, including the fairness of its presentation, and the provision of its described services in accordance with the [Webtrust Principles and Criteria for Certification Authorities, Version 2.2](#).



Our independence and quality control

We have complied with the independence and other ethical requirements of the Code of Ethics for Professional Accountants issued by the International Ethics Standards Board for Accountants, which is founded on fundamental principles of integrity, objectivity, professional competence and due care, confidentiality and professional behaviour.

The firm applies International Standard on Quality Control 1, and accordingly maintains a comprehensive system of quality control including documented policies and procedures regarding compliance with ethical requirements, professional standards and applicable legal and regulatory requirements.

Auditor's responsibilities

Our responsibility is to express an opinion on management's assertion based on our procedures. We conducted our procedures in accordance with International Standard on Assurance Engagements 3000, *Assurance Engagements Other than Audits or Reviews of Historical Financial Information*, issued by the International Auditing and Assurance Standards Board. This standard requires that we plan and perform our procedures to obtain reasonable assurance about whether, in all material respects, management's assertion is fairly stated, and, accordingly, included:

1. obtaining an understanding of AC Raiz da ICP-Brasil – Root CA key and certificate lifecycle management business practices and its controls over key and certificate integrity, over the authenticity and confidentiality of subscriber and relying party information, over the continuity of key and certificate lifecycle management operations and over development, maintenance and operation of systems integrity;
2. selectively testing transactions executed in accordance with disclosed key and certificate lifecycle management business practices;
3. testing and evaluating the operating effectiveness of the controls; and
4. performing such other procedures as we considered necessary in the circumstances.

We believe that the evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our opinion.

Relative effectiveness of controls

The relative effectiveness and significance of specific controls at AC Raiz da ICP-Brasil – Root CA and their effect on assessments of control risk for subscribers and relying parties are dependent on their interaction with the controls, and other factors present at individual subscriber and relying party locations. We have performed no procedures to evaluate the effectiveness of controls at individual subscriber and relying party locations.

Inherent limitations

Because of the nature and inherent limitations of controls, AC Raiz da ICP-Brasil – Root CA ability to meet the criteria may be affected. For example, controls may not prevent, or detect and correct, error, fraud, unauthorized access to systems and information, or failure to comply with internal and external policies or requirements. Also, the projection of any conclusions based on our findings to future periods is subject to the risk that changes may alter the validity of such conclusions.

AC Raiz da ICP-Brasil – Root CA Management’s Assertion

AC Raiz da ICP-Brasil – Root CA operates the Certification Authority (CA) services for Root CA and the subordinated CAs presented in the appendix A, and provides the following CA services:

- Certificate renewal
- Certificate issuance
- Certificate distribution
- Certificate revocation
- Subordinate CA certification

The management of AC Raiz da ICP-Brasil – Root CA is responsible for establishing and maintaining effective controls over its CA operations, including its CA business practices disclosure on its repositories presented in the Appendix B, CA business practices management, CA environmental controls, CA key lifecycle management controls, certificate lifecycle management controls, and subordinate CA certificate lifecycle management controls. These controls contain monitoring mechanisms, and actions are taken to correct deficiencies identified.

There are inherent limitations in any controls, including the possibility of human error, and the circumvention or overriding of controls. Accordingly, even effective controls can only provide reasonable assurance with respect to AC Raiz da ICP-Brasil – Root CA operations. Furthermore, because of changes in conditions, the effectiveness of controls may vary over time.

AC Raiz da ICP-Brasil – Root CA management has assessed its disclosures of its certificate practices and controls over its CA services. Based on that assessment, in AC Raiz da ICP-Brasil – Root CA management opinion, in providing its Certification Authority (CA) services in *Brasília, Brazil* and *Florianópolis, Brazil*, throughout the period September 9, 2018 to September 8, 2019, AC Raiz da ICP-Brasil – Root CA has:

- disclosed its business, key lifecycle management, certificate lifecycle management, and CA environmental control practices in its:
 - Certification Practice Statements
 - Security Policy

as listed on the appendix B

- maintained effective controls to provide reasonable assurance that:
 - AC Raiz da ICP-Brasil – Root CA Certification Practice Statements are consistent with its Security Policy
 - AC Raiz da ICP-Brasil – Root CA provides its services in accordance with its Certificate Policies and Certification Practice Statements
- maintained effective controls to provide reasonable assurance that:
 - the integrity of keys and certificates it manages is established and protected throughout their lifecycles;
 - subordinate CA certificate requests are accurate, authenticated, and approved
- maintained effective controls to provide reasonable assurance that:

- o logical and physical access to CA systems and data is restricted to authorised individuals;
- o the continuity of key and certificate management operations is maintained; and
- o CA systems development, maintenance, and operations are properly authorised and performed to maintain CA systems integrity

in accordance with the [Webtrust Principles and Criteria for Certification Authorities, Version 2.2](#), including the following:

CA Business Practices Disclosure

Certification Practice Statement (CPS)
Security Policy (SP)

CA Business Practices Management

Certification Practice Statement Management
CPS Consistency

CA Environmental Controls

Security Management
Asset Classification and Management
Personnel Security
Physical and Environmental Security
Operations Management
System Access Management
Systems Development and Maintenance
Business Continuity Management
Monitoring and Compliance
Audit Logging

CA Key Lifecycle Management Controls

CA Key Generation
CA Key Storage, Backup, and Recovery
CA Public Key Distribution
CA Key Usage
CA Key Archival and Destruction
CA Key Compromise
CA Cryptographic Hardware Lifecycle Management

Certificate Life Cycle Management Controls

Certificate Renewal (CA's Controls)
Certificate Issuance
Certificate Distribution
Certificate Revocation



Subordinate CA Certificate Life Cycle Management Controls

Subordinate CA Certificate Lifecycle Management

AC Raiz da ICP-Brasil – Root CA does not escrow its CA keys, does not provide rekey services, and does not provide certificate suspension services. Accordingly, our assertion does not extend to controls that would address those criteria.

EDUARDO
MAGALHAES DE
LACERDA FILHO

Assinado de forma digital
por EDUARDO MAGALHAES
DE LACERDA FILHO
Dados: 2019.11.22 18:17:59
+03'00'

November 22, 2019

APPENDIX A

List of CAs in Scope – Classification by Type

Root CAs
1 – Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v1
2 – Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2
3 – Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v4
4 – Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
5 – Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v6
6 – Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v7

List of CAs in Scope – Detailed Information

CA #	Root CA Name	Serial	Key Algorithm	Key Size	Digest Algorithm	Not Before	Not After	SKI	Hash Fingerprint (sha256)
1	CN = Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v1 OU = Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI O = ICP-Brasil C = BR	01	RSA	2048	sha1WithRSA	terça-feira, 29 de julho de 2008 16:17:10	quinta-feira, 29 de julho de 2021 16:17:10	42b22c5c740107be9b1f55333bee29bb5d91bb06	cbdb8cd38d4a2d677d453d70dd8890af4f6c374cba6299943fab3a6936e6fd795
2	CN = Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 OU = Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI O = ICP-Brasil C = BR	01	RSA	4096	sha12WithRSA	segunda-feira, 21 de junho de 2010 16:04:57	quarta-feira, 21 de junho de 2023 16:04:57	0c39203ab7011fcbd7287d41a0c7fa4aad3224be	fb47d92a9909fd4fa9bec02737543e1f3514ced747407a8d9cfa397b0915067c
3	CN = Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v4 OU = Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI O = ICP-Brasil C = BR	01	ECDSA	512	sha512WithECDSA	quinta-feira, 23 de abril de 2015 15:38:58	segunda-feira, 23 de abril de 2035 20:59:58	43692619abdde78df3ac3532115472e8c9990a4d	f0c15afd258fb674c7a96e1a50ff873149364b9ec70d4d93c7a9f1eb6060d020
4	CN = Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 OU = Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI O = ICP-Brasil C = BR	01	RSA	4096	sha512WithRSA	quarta-feira, 2 de marco de 2016 10:01:38	sexta-feira, 2 de marco de 2029 20:59:38	69a8be75d9c4ef6ce71345e4616ce568f8b6405e	caa53f66091c6951887e976c378f6e89aa6377c55d97b6475422b71ed7e9b17
5	CN = Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v6 OU = Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI O = ICP-Brasil C = BR	00cb036869bc2f77e1	EdDSA Ed448	448	EDDSA448	sexta-feira, 28 de dezembro de 2018 10:32:03	terça-feira, 28 de dezembro de 2038 09:00:03	597867c3ec8a31cd0f4e151ea68f4e9d0e7e123e	3bdb9b509352f1d3d71c2bf64d9a38a4e6cebda27809d777ac476cbde6e314a
6	CN = Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v7 OU = Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI O = ICP-Brasil C = BR	00e4ac9a3346e92509	EdDSA Ed521	521	EDDSA521	sexta-feira, 28 de dezembro de 2018 10:47:35	terça-feira, 28 de dezembro de 2038 09:00:35	75513119e1c71321873e415fa31be67bfb0d9e8	5657e70580eb678983f3ed7dfce091d84cae6549389a47fceda8d0e4dc2c5f76

APPENDIX B
List of CAs in Scope – Certification Practice Statements and Security Policy

CA#	Root CA Name (CN)	CPS - Latest Version Available	SP - Latest Version Available	URI
1	AC Raiz de ICP-Brasil v1	DOC-ICP 01 – Versão 5.1 – 13/08/2019	DOC-ICP- 02 – Versão 3.1 – 30/05/2019	Repository Link
2	AC Raiz de ICP-Brasil v2	DOC-ICP 01 – Versão 5.1 – 13/08/2019	DOC-ICP- 02 – Versão 3.1 – 30/05/2019	Repository Link
3	AC Raiz de ICP-Brasil v4	DOC-ICP 01 – Versão 5.1 – 13/08/2019	DOC-ICP- 02 – Versão 3.1 – 30/05/2019	Repository Link
4	AC Raiz de ICP-Brasil v5	DOC-ICP 01 – Versão 5.1 – 13/08/2019	DOC-ICP- 02 – Versão 3.1 – 30/05/2019	Repository Link
5	AC Raiz de ICP-Brasil v6	DOC-ICP 01 – Versão 5.1 – 13/08/2019	DOC-ICP- 02 – Versão 3.1 – 30/05/2019	Repository Link
6	AC Raiz de ICP-Brasil v7	DOC-ICP 01 – Versão 5.1 – 13/08/2019	DOC-ICP- 02 – Versão 3.1 – 30/05/2019	Repository Link